



'12

RELATÓRIO E CONTAS

Metro do Porto



Metro do Porto. A vida em movimento.

'12

RELATÓRIO E CONTAS

Metro do Porto



Metro do Porto. A vida em movimento.

0.1

04 MENSAGEM DO PRESIDENTE

06 RELATÓRIO DE GESTÃO

- 6 1. O Metro do Porto em Números
- 7 2. O Ano de 2012
- 15 3. O Metro e o Ambiente
- 16 4. O Metro e os seus Clientes
 - 16 4.1. Clientes
 - 28 4.2. Serviço
 - 35 4.3. Comunicação e Imagem do Metro do Porto
- 37 5. O Metro e os seus Colaboradores
 - 37 5.1. Estrutura Organizacional
 - 38 5.2. Recursos Humanos
- 38 6. O Metro e os seus Acionistas
 - 38 6.1. Estrutura Acionista
 - 39 6.2. Composição dos Órgãos Sociais
 - 44 6.3. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado
- 66 7. Desempenho Económico e Financeiro
 - 66 7.1. Investimento
 - 67 7.2. Financiamento
 - 74 7.3. Situação Patrimonial
 - 77 7.4. Exploração
 - 82 7.5. Resultados
- 86 8. Notas Finais
- 87 9. Proposta de Aplicação dos Resultados

0.2

88 CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

0.3

150 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO DE AUDITORIA

0.4

154 RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

0.5

162 RELATÓRIO DE AUDITORIA





MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em Julho de 2012 foram nomeados os órgãos sociais para o triénio 2012 a 2015, com a particularidade do Presidente do Conselho de Administração e do vogal executivo do Conselho serem também nomeados, respetivamente, como Presidente e vogal não executivos do Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A, STCP.

O ano de 2012, naturalmente, influenciado pela instabilidade e ausência de crescimento na Zona Euro e pelos efeitos restritivos das medidas de correção dos desequilíbrios financeiros da economia resultantes do programa de assistência celebrado com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, é também o ano em que a Metro do Porto celebra os 10 anos da entrada em exploração da sua primeira linha e, uma vez terminada a Primeira Fase da rede, inicia um novo ciclo de mudança.

Nestes 10 anos a Metro do Porto percorreu 50 milhões de quilómetros, transportou 400 milhões de passageiros, evitou 30 milhões de deslocações em automóvel e criou 500 mil metros quadrados de zonas verdes. A avaliação que a Área Metropolitana servida faz e a satisfação que nos manifesta – atingindo esta o valor mais alto de sempre com 82,2 pontos –, permitem-nos afirmar que o Metro mudou para melhor a vida das pessoas.

No exercício sustentámos a procura acima dos 50 milhões de clientes transportados, menos 2,2 por cento face a 2011, obtivemos uma receita de 39,8M€, mais 8,5 por cento que em 2011, suportámos custos operacionais de 54,8M€, uma redução de 7,8 por cento face ao ano anterior, e a taxa de cobertura global dos custos operacionais pelas receitas passou para 72,6, a que corresponde um aumento relativamente a 2011 de 10,9 pontos percentuais.

Apesar da boa relação com o Subconcessionário, o Consórcio ViaPorto (Prometro, S.A.), este tem ao longo dos anos levantado diversas questões quanto à interpretação do sistema de incentivos do Contrato de Subconcessão/Manutenção Ligeira. Como no final do ano este diferendo se encontrava em plena fase negocial, foi decidido continuar a contabilizar o Malus do exercício como acréscimo de rendimento.

Em termos de resultados a MP obteve um EBITDA positivo de 3,9M€, um Resultado Operacional de -78,5M€ e um Resultado Líquido de -491,4M€.

Assim, a par de um resultado positivo antes das reintegrações e dos encargos financeiros, os resultados líquidos da Empresa continuam a evidenciar a ausência de contrapartidas pela utilização do investimento realizado, a necessidade da criação de provisões para reposição de todos os equipamentos cuja vida útil seja inferior ao período da concessão, a entrega

em normais condições de uso a custo zero de todo o aparelho produtivo no final desta, o financiamento do investimento com 74% de capital alheio e os efeitos dos contratos de derivados financeiros celebrados em anos anteriores.

No âmbito do Plano Estratégico dos Transportes, o Metro do Porto e a STCP iniciaram a meio do ano os seus processos de reestruturação, fusão operacional e aperfeiçoamento/definição dos respetivos modelos de abertura à iniciativa privada.

O exercício de 2012 encerra um ciclo. Agora, sobre os sucessos do passado, que queremos manter, impõe-se-nos os desafios do desenvolvimento e da sustentabilidade.

Presidente do Conselho de Administração
João Velez Carvalho

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

1. O METRO DO PORTO EM NÚMEROS

Rede [31/12]	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	12/11
Extensão (metros)	11.826	15.649	34.505	58.877	58.877	59.593	59.593	66.195	66.659	66.659	0,0%
Estações	18	23	45	69	69	70	70	80	81	81	0,0%

Recursos Humanos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	12/11
Efetivo ao Serviço (final do exercício)	83	96	104	86	94	95	98	100	93	89	-4,3%
Efetivo ao Serviço (média do ano)	73	91	101	89	91	93	94	99	98	90	-7,4%

										valores em milhares		
Procura	Sistema de Metro	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	12/11
	Passageiros	5.960	9.843	18.481	38.637	48.167	51.481	52.600	53.547	55.737	54.498	-2,2%
	Passageiros-km	26.476	46.506	95.978	202.473	245.921	259.361	261.117	267.064	290.700	282.480	-2,8%
	Percurso Médio (mts)	4.443	4.725	5.193	5.240	5.106	5.038	4.964	4.987	5.216	5.183	-0,6%

valores em milhares												
Oferta	Sistema de Metro	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	12/11
	Veículos Km	1.343	1.941	3.398	6.562	6.974	6.480	6.472	6.462	6.714	7.103	5,8%
	Lugares Km	290.076	419.285	733.945	1.417.434	1.506.327	1.399.784	1.398.049	1.464.411	1.540.170	1.627.459	5,7%
	Velocidade Comercial (Km/h)	-	-	-	26,02	26,43	25,67	25,48	25,98	25,93	25,89	-0,2%
	Taxa de Ocupação	9,1%	11,1%	13,1%	14,3%	16,3%	18,5%	18,7%	18,2%	18,9%	17,4%	-1,5pp

Receita e Custo Operacional	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	12/11
Receita (m€)	2.766	5.271	10.326	21.263	26.678	29.418	30.065	31.141	35.546	38.633	8,7%
Receita/Passageiro-km (cent €)	10,45	11,33	10,76	10,50	10,85	11,34	11,51	11,66	12,23	13,68	11,8%
Receita/Lugar km (cent €)	0,95	1,26	1,41	1,50	1,77	2,10	2,15	2,13	2,31	2,37	2,9%

Custo Operacional (m €)	9.423	12.139	24.421	44.245	49.667	48.889	50.257	42.570	42.092	42.530	1,0%
Custo/Passageiro-km (cent €)	35,59	26,10	25,44	21,85	20,20	18,85	19,25	15,94	14,48	15,06	4,0%
Custo/Lugar km (cent €)	3,25	2,90	3,33	3,12	3,30	3,49	3,59	2,91	2,73	2,61	-4,4%

Taxa de Cobertura*	29,4%	43,4%	42,3%	48,1%	53,7%	60,2%	59,8%	73,2%	84,4%	90,8%	6,4 pp
--------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	--------

* Rácio entre as receitas de tarifário e os custos diretos de operação, onde se incluem os custos de operação, o custo com a equipa de fiscalização da operação (até 2010), custos de vigilância e segurança assim como as comissões pagas pela gestão do sistema de bilhética por parte do TIIP, ACE.

valores em milhares de euros												
Resultados	PoC 2003	PoC 2004	PoC 2005	PoC 2006	PoC 2007	PoC 2008	PoC 2009	SNC 2009	SNC 2010	SNC 2011	SNC 2012	12/11
Resultados Operacionais	-9.674	-20.680	-46.234	-81.434	-85.418	-83.016	-87.622	-78.067	-84.726	-98.061	-78.480	20,0%
Antes de Amortizações	6.926	-4.081	-23.575	-40.619	-34.944	-31.128	-33.936	-187.317	-32.078	-40.728	-19.429	52,3%
Antes de IC's	-9.674	-25.411	-48.479	-83.837	-95.777	-94.154	-99.615	-248.386	-96.593	-109.929	-90.025	18,1%
Resultados Financeiros	-16.192	-18.421	-25.696	-41.457	-60.692	-66.247	-53.256	-216.009	-267.789	-299.038	-412.815	-38,0%
Resultados Líquidos	-26.032	-37.949	-71.335	-122.155	-145.189	-148.619	-138.411	-294.123	-352.579	-397.199	-491.357	-23,7%

2. O ANO DE 2012

10º ANIVERSÁRIO DA INAUGURAÇÃO DO SISTEMA

A 7 de dezembro celebraram-se 10 anos sobre a inauguração do Sistema de Metropolitano Ligeiro da Área Metropolitana do Porto. Em 2002, o então Primeiro-Ministro e atual presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, inaugurou oficialmente a Linha Azul (A) e o Sistema de Metro do Porto, numa viagem entre as estações da Trindade e da Casa da Música. Uma data que veio marcar o início de uma revolução na paisagem da região e uma profunda transformação nos hábitos de mobilidade dos cidadãos.

Uma década mais tarde, a celebração ficou associada à visita do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Sérgio Silva Monteiro, que reproduziu o percurso da viagem inaugural, acompanhado dos membros do Conselho de Administração da Metro do Porto e da Sociedade de

Transportes Coletivos do Porto (STCP), do Presidente Assembleia Geral da Metro do Porto, Valentim Loureiro, do Presidente da Junta Metropolitana do Porto, Rui Rio e da representante da SETF, Maria João Araújo.

ELEIÇÃO DE NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em junho de 2012 foram eleitos os órgãos sociais para o mandato do triénio 2012 a 2014, passando o Conselho de Administração a ser composto por seis elementos, dois administradores executivos e um não executivo nomeados pelo acionista Estado e três administradores não executivos nomeados pelo acionista AMP.

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA EMPRESA

Durante o ano de 2012 foi submetido às Tutelas sectorial e financeira o Plano de Reestruturação e o Plano de Alienação de Imóveis aprovados no âmbito do Plano de Atividades e do Orçamento da Empresa para 2013.

INTERFACE CASA DA MÚSICA

Os interfaces entre diferentes modos de transporte assumem vital importância na articulação de serviços e aumento da eficiência do sistema de transportes da Área Metropolitana.

Em 2012 passou a ser formalmente gerido e explorado pela Metro do Porto ao abrigo do "Protocolo de Gestão do Interface Casa da Música", celebrado com a Autoridade Metropolitana de Transportes e a Câmara Municipal do Porto, estando todos os operadores e prestadores de serviços no Interface abrangidos por um Regulamento de Utilização do espaço de Interface. Este Interface passou desde então a utilizar sinalética e imagem próprias, a dispor de um regulamento de uso, a possuir um orçamento de exploração próprio e a taxar o uso de cais para transporte rodoviário.

Desde junho de 2012, este Interface oferece não só serviços rodoviários urbanos, como também de transporte rodoviário internacional, através da transportadora Internorte.

O Interface tem revelado forte atratividade junto de outros operadores rodoviários, tendo-se incorporado, em agosto de 2012, os serviços expressos de ligação Monção-Lisboa, encontrando-se em fase de estudo a integração de serviços rodoviários de outros operadores.

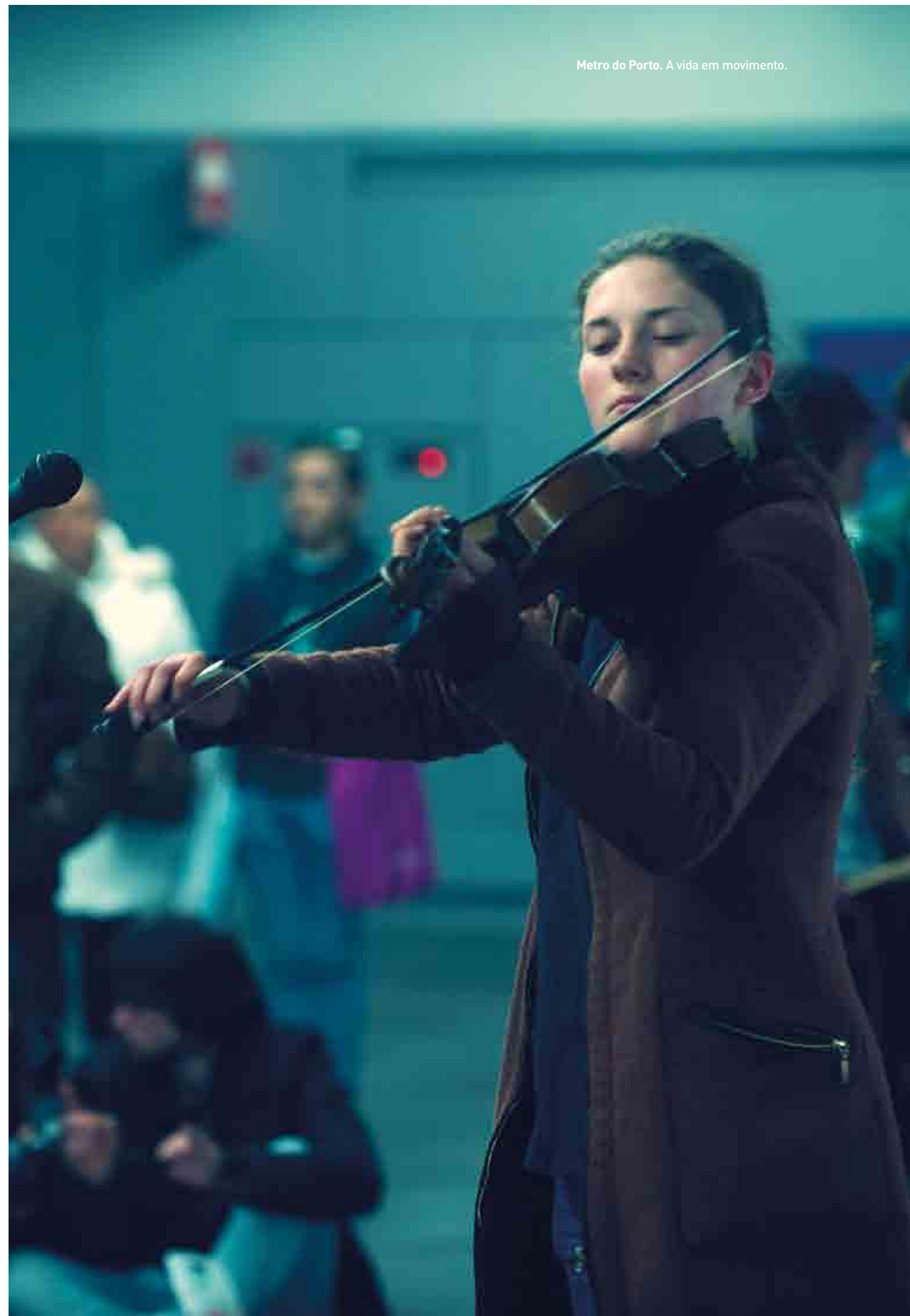
EVENTOS CULTURAIS

Em 2012, a rede do Metro do Porto foi palco de diversos eventos culturais – música, teatro, fotografia, pintura, instalações e moda, num total de 701 realizações ao longo do ano. O Metro e os seus espaços afirmam-se como um dos centros privilegiados da atividade cultural da Área Metropolitana, não apenas através das ações que decorrem em consequência de parcerias estabelecidas com as principais instituições culturais da cidade, mas também e sobretudo pela abertura da rede à promoção e à valorização de novos talentos.

A música voltou a ocupar um lugar de destaque na programação cultural do Metro do Porto, com a realização da 3ª edição do "Música na Rua", entre fevereiro e maio, com a participação de 30 bandas.

O grande destaque do ano vai para a exposição fotográfica que assinalou o Décimo Aniversário da Inauguração e entrada em funcionamento regular do Metro do Porto.

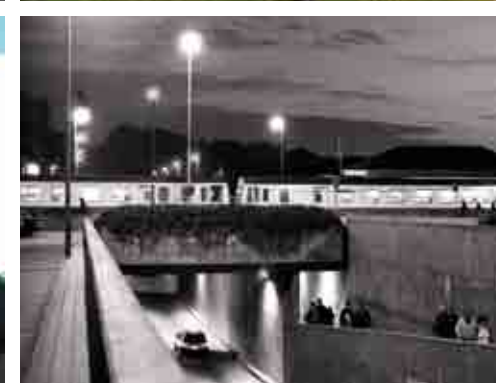
Metro do Porto. A vida em movimento.



EXPOSIÇÃO "O METRO E A CIDADE. 10 ANOS DE VIDA EM MOVIMENTO."

Patente nas principais estações subterrâneas da rede, esta mostra apresentou o olhar de alguns dos mais consagrados fotógrafos nacionais - Egídio Santos, Fernando Guerra, Fernando Veludo, José Farinha, Leonel de Castro, Luís Ferreira Alves, Nelson Garrido, Paulo Pimenta, Ricardo Fonseca e Rui Ochoa, sobre o Metro do Porto, por ocasião da celebração do décimo aniversário da inauguração do Metro do Porto.

Esta exposição reuniu retratos de aspetos particulares da paisagem contemporânea do Porto, das obras de construção da rede, de facetas da sua utilização quotidiana ou de marcas históricas de locais atualmente servidos pelo Metro. A exposição incluiu também fotografias históricas selecionadas no Arquivo do Museu do Carro Elétrico, da STCP. Imagens dos anos 50, 60 e 70 do Século XX, transmitindo uma visão histórica do transporte público na cidade, apresentando ambientes urbanos que, com o correr dos tempos, sofreram uma profunda modernização e uma evidente transformação. Imagens que fizeram os utilizadores do Sistema viajar ao longo do tempo e relembrar a cidade antes do Metro.



0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

NOVO PROGRAMA DE SINALÉTICA E INFORMAÇÃO AOS CLIENTES

O ano de 2012 marcou a fase de consolidação na rede do Metro do Porto das novas soluções de sinalética estática e peças de suporte de informação aos clientes. Os trabalhos iniciaram-se em 2009, procurando-se um reforço da imagem e do serviço do Metro e o melhoramento da informação estática aos clientes em toda a rede. Foi preparado e lançado um plano geral de ação desenvolvido em três fases:

1. Resolução de situações-chave no sistema de sinalética, cumprida por ocasião da abertura da extensão a Gondomar, em janeiro de 2011;
2. Crítica das novas soluções por clientes, agentes de estação, vigilantes da rede e outros colaboradores da Metro do Porto e dos Transportes Intermodais do Porto;
3. Generalização das novas soluções revistas e atualização do Manual de Informação ao Público e Sinalética do Metro do Porto, uma primeira intervenção em toda a Linha D, por ocasião da abertura, em outubro de 2011, da Estação de Santo Ovídio, e posteriormente nas restantes linhas.

No conjunto das tarefas já realizadas nas três fases foram concebidos e montados 297 suportes em metal e produzidas 1.784 aplicações de informação em vinil, pvc e policarbonato.



Metro do Porto. A vida em movimento.

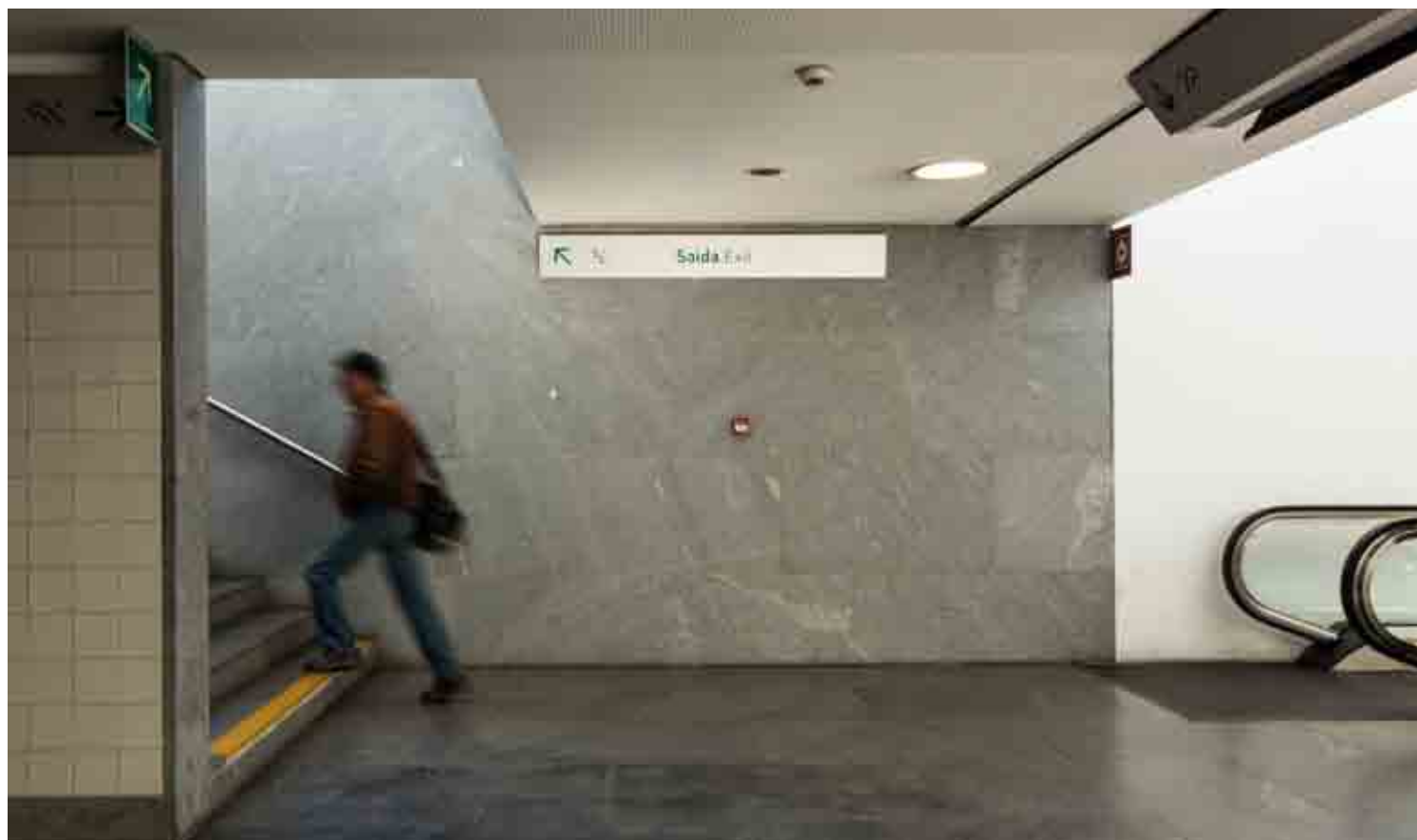
0.1

RELATÓRIO DE GESTÃO

SIQAS – SISTEMA INTEGRADO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

Realizou-se, em 2012, a auditoria de acompanhamento em qualidade e ambiente para manutenção da certificação obtida em 2011 (Normas NP EN ISO 9001 e NP EN ISO 14001), cujo âmbito é “Conceção, Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto”.

Como resultado desta auditoria foram emitidas duas não conformidades, respetivamente, uma na área do Ambiente e outra na área da Qualidade. Ambas foram encerradas no prazo estabelecido pela entidade certificadora. Foram ainda identificadas 12 oportunidades de melhoria já devidamente implementadas.



3. O METRO E O AMBIENTE

Será publicado em 2013 um Relatório Bienal contemplando o que de mais relevante aconteceu nos últimos dois anos, a nível ambiental, social e económico.

O Inquérito de Satisfação ao Cliente 2012 revelou um aumento do Índice de Satisfação Global e do Índice de Satisfação Ponderado de 81% e 78% para 84% e 82%, respetivamente, alcançando-se os melhores valores de sempre. Para este resultado, voltou a contribuir a componente “Imagem Social”, que se revelou a mais bem classificada de entre as nove componentes analisadas. Os clientes reconhecem que o serviço do Metro do Porto é benéfico tanto para o ambiente como para a sociedade e consideram que no futuro mais pessoas irão deslocar-se utilizando este meio de transporte.

A conclusão das mais significativas obras de expansão da rede de infraestruturas e a suspensão do arranque de novas empreitadas ditaram um impacto significativamente inferior no que respeita ao mercado de trabalho. O número total de recursos humanos envolvidos na operação, manutenção e segurança do Metro é próximo das 600 pessoas (cerca de 800 em 2011), sendo a maior fatia relativa aos trabalhadores da empresa subconcessionária.

Com a frota movida a eletricidade, não existem emissões diretas associadas à tração; existem, no entanto, emissões indiretas, já que parte da energia elétrica consumida é oriunda de combustíveis fósseis. As emissões indiretamente decorrentes do consumo de energia pelos veículos de Metro totalizaram 13.302 toneladas de CO₂e (dióxido de carbono equivalente), cerca de 14% abaixo do verificado em 2011. Apenas 2% resulta da diminuição do consumo de energia; o restante advém de uma redução significativa no fator de emissão – no mix energético têm cada vez mais peso as energias renováveis. No que respeita às poupanças de emissões para a atmosfera, estas são calculadas tendo em conta a utilização alternativa ao Metro, ou seja, estimando-se o

ÍNDICES DE SATISFAÇÃO 2012

84%
↑
81%

SATISFAÇÃO GLOBAL

82%
↑
78%

SATISFAÇÃO PONDERADO

nível de emissões que resultaria das mesmas deslocções em transportes substitutos caso não existisse Metro (transporte individual, coletivo e não motorizado). Estimou-se para 2012 uma poupança de 59,5 mil toneladas de CO₂e que, descontadas das emissões associadas à tração, geram um benefício líquido para a atmosfera de 46 mil toneladas de CO₂e.

Em termos económicos, os benefícios ambientais correspondem a um valor aproximado de 266 mil euros no ano de 2012. Por sua vez, os benefícios sociais decorrentes da estimativa de ganhos de tempo e da redução da pressão sobre o estacionamento ascendem a 162 milhões de euros.

0.1

RELATÓRIO DE GESTÃO

4. O METRO E OS SEUS CLIENTES

4.1 CLIENTES

PERFIL DO CLIENTE DO METRO DO PORTO E NÍVEL DE SATISFAÇÃO 2012
Nível de Satisfação dos passageiros acima dos 80%

- > Lealdade dos passageiros do Metro do Porto ultrapassa os 90%
- > Conforto, limpeza e disponibilidade dos funcionários sobem em satisfação
- > O cliente tipo do Metro do Porto é mulher (58%) e tem habilitações superiores
- > Mais de metade dos clientes (53,5%) do Metro do Porto tem entre 15 e 35 anos

Rapidez, pontualidade, frequência, comodidade e acessibilidade são algumas das valências mais elogiadas pelos passageiros do Metro do Porto no Estudo de Perfil e Satisfação do Utilizador, realizado em duas fases entre os dias 11 a 17 de abril e os dias 19 e 25 de novembro de 2012 e cujos resultados continuam a evidenciar níveis de satisfação global elevados (83,7%).

O Estudo de Perfil e Satisfação do Utilizador do Metro do Porto, que recorreu a uma amostra de 1.659 indivíduos, confirmou a excelência do serviço disponibilizado, patente nos níveis de lealdade observados – 93,4% de utilizadores afirmam tencionar utilizar o Metro novamente para as suas deslocações no Porto, bem como recomendá-lo a amigos e familiares.

Por outro lado, os resultados evidenciam um aumento da satisfação dos utilizadores do Metro do Porto não só em relação ao conforto e à limpeza dos veículos e estações, como à disponibilidade, educação e cordialidade dos seus funcionários, fatores que reuniram 79,9% e 80,1%, respetivamente, da satisfação dos inquiridos.

Importa ainda referir os níveis elevados de satisfação dos passageiros do Metro do Porto com as iniciativas de responsabilidade social corporativa da empresa, considerada por 93,6% dos inquiridos benéfica para a sociedade e para o ambiente.

De acordo com este estudo, o cliente tipo do Metro do Porto é mulher (58,0%), de classe média, com 36 anos, solteira e com habilitações médias ou superiores.

São os segmentos mais jovens que tiram o maior partido dos benefícios do Metro: mais de metade dos clientes (53,5%) tem entre 15 e 35 anos.

A maioria dos clientes reside nos concelhos abrangidos pela rede. No Porto residem 27,1% dos clientes, seguindo-se Vila Nova de Gaia (20,9%), Matosinhos (14,2%), Maia (10,1%), Gondomar (9,6%), Vila do Conde (4,8%) e Póvoa do Varzim (1,7%). Todavia, a percentagem de clientes de localidades não servidas pelo Metro tem alguma expressão (11,3% do total), com destaque para os moradores em Valongo (1,6%) e Espinho (1,0%).

93,4%

NÍVEIS DE LEALDADE

O Estudo de Perfil e Satisfação do Utilizador do Metro do Porto, que recorreu a uma amostra de 1.659 indivíduos, confirmou a excelência do serviço disponibilizado, patente nos níveis de lealdade observados – 93,4% de utilizadores afirmam tencionar utilizar o Metro novamente para as suas deslocações no Porto, bem como recomendá-lo a amigos e familiares.



53,5%

UTILIZADORES COM IDADE ENTRE OS 15 E 35 ANOS

São os segmentos mais jovens que tiram o maior partido dos benefícios do Metro: mais de metade dos clientes (53,5%) tem entre 15 e 35 anos.



0.1

RELATÓRIO DE GESTÃO

PROCURA

Entrou em vigor a 1 de fevereiro de 2012 o novo tarifário intermodal Andante, que se traduziu num aumento médio de 22,1%. Nessa mesma data, em cumprimento do Despacho Normativo do Ministério das Finanças e da Economia e do Emprego de 20 de janeiro de 2012, as assinaturas 4_18 e Sub23 sofreram um redução no desconto de 50% para 25% para a generalidade dos estudantes, mantendo-se inalterado o desconto da assinatura 4_18 apenas para os alunos abrangidos pelo escalão A no âmbito do regime da Ação Social Escolar (desconto de 50%).

Os escalões de desconto e as condições de atribuição dos títulos de assinatura 4_18 e Sub23 sofreram nova alteração em 1 de setembro, tendo sido suprimido o desconto de 25% atribuído à generalidade dos estudantes 4_18 e Sub23, passando o desconto a ser concedido em função dos rendimentos do agregado familiar, através de dois níveis de subsídio: 25% e 60%.

Foi deliberada, em dezembro de 2012, a extinção de parte dos títulos monomodais comercializados

pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A., permanecendo em vigor os títulos agente único (adquiridos a bordo dos autocarros) e os títulos assinatura de rede geral. Desta medida resultará uma transferência de passageiros do tarifário monomodal STCP para o tarifário intermodal Andante, contribuindo para integração dos diferentes modos de transporte coletivo na Área Metropolitana do Porto (AMP).

Pela primeira vez desde o arranque da exploração comercial do Sistema de Metro Ligeiro em 2003, registou-se um decréscimo do número de validações no Sistema. Esta redução do número de validações em 2012 foi generalizada nos diferentes operadores públicos de transporte coletivo nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa, mas significativamente menos acentuada no caso do Metro do Porto.

Registou-se, em 2012, um total de 54,5 milhões de passageiros transportados no Sistema de Metro Ligeiro, 1,2 milhões abaixo do ano anterior, representando uma redução de 2,2%.



A tabela seguinte apresenta a evolução da média diária de validações, entre 2010 e 2012, bem como a sua evolução trimestral ao longo de 2012, refletindo a sazonal queda no terceiro trimestre:

Média de Validações	2010	2011*	2012**	1.º TRIMESTRE 2012 **	2.º TRIMESTRE 2012	3.º TRIMESTRE 2012	4.º TRIMESTRE 2012 **
Dia Útil	180.261	188.068	181.825	190.416	190.881	144.895	190.820
Fim de Semana e Feriados	72.822	76.796	75.186	72.132	83.096	68.943	74.019
Diária	146.705	152.705	148.901	156.245	155.347	122.844	153.173

* Não considerando dia de Greve Geral a 24 novembro de 2011
** Não considerando os dias de Greve Geral de 22 de março e 14 de novembro de 2012

Analisando as taxas de variação das validações médias em dia útil por trimestre, constata-se ter havido uma evolução menos negativa no último trimestre (redução de 1,7% face a uma redução média de 3,7% nos três primeiros trimestres de 2012).

A redução do número de validações no Sistema de Metro Ligeiro fez-se sentir na diminuição do número de clientes que usam habitualmente o Metro. Definindo-se como número de clientes regulares o número de títulos físicos que, num determinado mês, foram validados 20 ou mais vezes; e que o número de clientes frequentes corresponde ao número de títulos físicos que foram validados pelo menos o dobro do número de dias úteis do mês, registaram-se as seguintes médias mensais:

Média Mensal	CLIENTES REGULARES			CLIENTES FREQUENTES		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Metro do Porto	63.141	66.014	64.522	28.536	29.379	27.092
Sistema Andante	107.330	115.673	119.952	63.903	70.944	73.741

Nota-se uma evolução em sentido contrário no sistema Andante, com subidas de cerca de 4% nos números de clientes regulares e frequentes. Contribuirá para esta evolução o alargamento da rede intermodal Andante com a inclusão, a 1 de janeiro de 2012, de cerca de 30 linhas adicionais de operadores já parcialmente enquadrados no sistema.

O peso das validações com títulos assinatura (62,8% em 2012) apresentou uma subida marginal de 0,5 pontos percentuais, para uma redução em termos absolutos de 2,2% das validações. No que respeita às validações registadas com os diferentes títulos

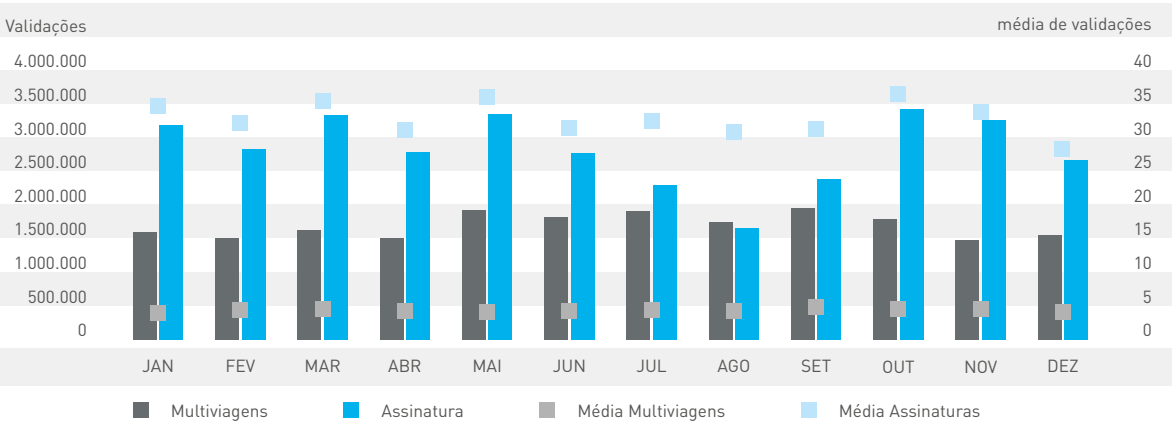
de assinatura sociais disponíveis, estas ascendem a 31,9% do total de validações anual e a 50,8% do total de validações com títulos assinatura.

Registaram-se 17,4 milhões de validações com títulos de assinatura social, 16,7% acima do valor de 2011 e 31,5% acima do de 2010.

Em termos médios, registou-se ao longo de 2012 uma média de 4,2 validações no Metro por cartão multi-viagem utilizado (4,1 validações em 2011) e de 32,9 validações cartão Gold utilizado (32,3 no ano transato).

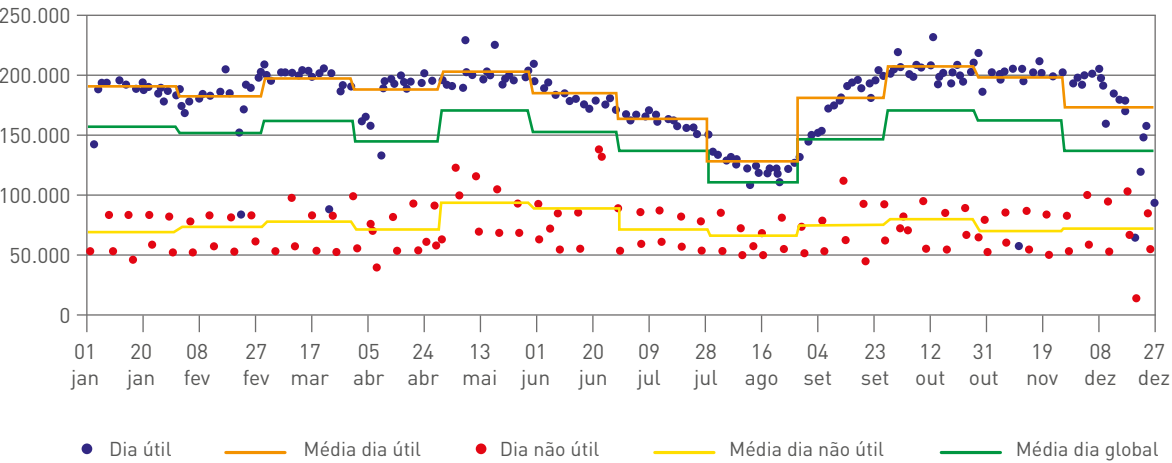
0.1

RELATÓRIO DE GESTÃO



Apurou-se em 2012 um total de 282,5 milhões de passageiros-km, 2,8% inferior ao valor apurado em 2011, resultado combinado das reduções de 2,2% dos passageiros transportados e de 0,6% no percurso médio por passageiro. Este ascendeu em 2012 a 5.183 metros (5.216 metros em 2011).

Validações no Sistema de Metro Ligeiro



O recorde mensal de validações do exercício manteve-se no mês de maio, 5,3 milhões de validações, contabilizando-se nesse mês mais 42,6 milhares de validações que em outubro (segundo melhor mês em termos de validações).

As cargas por troço, apresentadas no mapa seguinte, correspondem ao número de passageiros que viajaram entre cada par de estações. As secções urbanas apresentam valores mais de dez vezes superiores aos verificados nas extremidades da rede.



0.1

RELATÓRIO DE GESTÃO

Em termos médios, para todos os dias e horários de funcionamento, o pico de carga verifica-se no troço Trindade – Lapa, onde em 2012 se regista uma média de 8,5 milhões de passageiros por sentido, 3,3% inferior ao valor registado nesse troço no ano anterior (também ele pico de carga no Sistema). Tal como em 2011 (não se registam alterações nos troços com os oito maiores valores do ano), seguem-se os troços Lapa – Casa da Música (entre os 8,0 e 8,4 milhões). Registam-se ainda mais dois troços com cargas médias a rondar os 7 milhões de validações por sentido, nomeadamente os troços Casa da Música – Ramalde e Trindade – Bolhão (entre os 6,6 e 7,0 milhões). Na linha Amarela o maior valor de carga verifica-se no troço Aliados – Trindade, com 5,7 milhões de passageiros transportados por sentido, próximos dos níveis registados nos troços 24 de Agosto – Bolhão e Viso – Sete Bicas (cargas entre 5,4 e 5,8 milhões).



Nos extremos das diversas linhas, nomeadamente entre Nau Vitória – Fânzeres, Matosinhos Sul – Senhor de Matosinhos, Varziela – Póvoa de Varzim, Fórum da Maia – ISMAI e no ramal do Aeroporto, não foi atingido o milhão de passageiros por ano e por sentido. No extremo da linha Azul até Campinha e após Brito Capelo, a partir de Mandim (na linha Verde) e no ramal do Aeroporto registam-se valores inferiores a metade desse limiar.

Analisando evoluções das cargas entre 2011 e 2012, constata-se uma redução generalizada em todos os troços da rede, com exceção dos troços Campinha – Estádio do Dragão e Santo Ovídio – Trindade.

Convencionando-se que uma etapa iniciada mais de 70 minutos depois do início da etapa anterior representa o início de uma viagem, é possível repartir as validações nas diferentes estações do Sistema de Metro Ligeiro entre validações de entrada no sistema Andante e validações de transbordo (entre operadores ou dentro do mesmo operador). A tabela infra apresenta o *top ten* das estações com maior número de validações de entrada no Sistema e a quota das entradas no total de validações dessa estação.

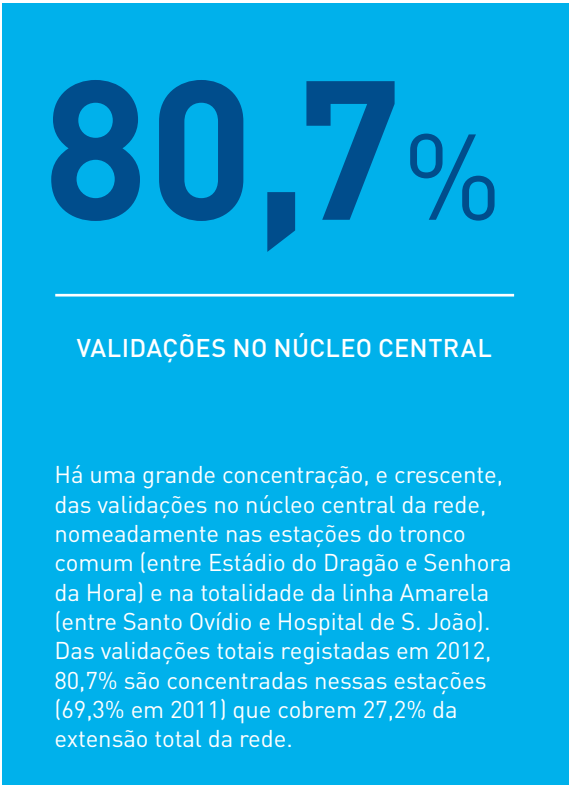
ESTAÇÃO	ENTRADAS	QUOTA DAS ENTRADAS
Trindade ¹	2.386.401	22,9%
Casa da Música	1.914.504	59,4%
São Bento	1.684.515	68,2%
Bolhão	1.657.711	72,4%
João de Deus	1.383.718	78,8%
Campanhã	1.370.983	55,8%
Sr.ª da Hora	1.106.660	54,2%
Santo Ovídio	1.063.610	68,4%
Marquês	1.046.462	77,7%
IPO	1.045.598	90,4%

¹ Englobando o cais à superfície e o cais subterrâneo.



0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO



A estação da Trindade, no cruzamento das cinco linhas do Sistema de Metro Ligeiro, apresenta-se como o ponto central do Sistema. Considerando os dois cais desta estação, de acesso à linha Amarela e ao troço comum das restantes linhas do Sistema, contabilizou-se um total de 10,4 milhões de validações (1,9% abaixo do valor registado em 2011). Do total de validações registado na estação da Trindade, 77,1% são transbordos. Retirando os transbordos, ou seja, considerando apenas a utilização de estações como ponto de entrada no sistema Andante, as duas principais estações mantêm-se face ao ano transato, nomeadamente e para além da Trindade (2,4 milhões de viagens), a estação Casa da Música (2,0 milhões), surgindo depois São Bento (1,7 milhões, que ultrapassa a estação do Bolhão).

O papel central da estação da Trindade é igualmente visível pela análise da matriz de origem / destino das validações no Sistema de Metro Ligeiro: 19,1% das



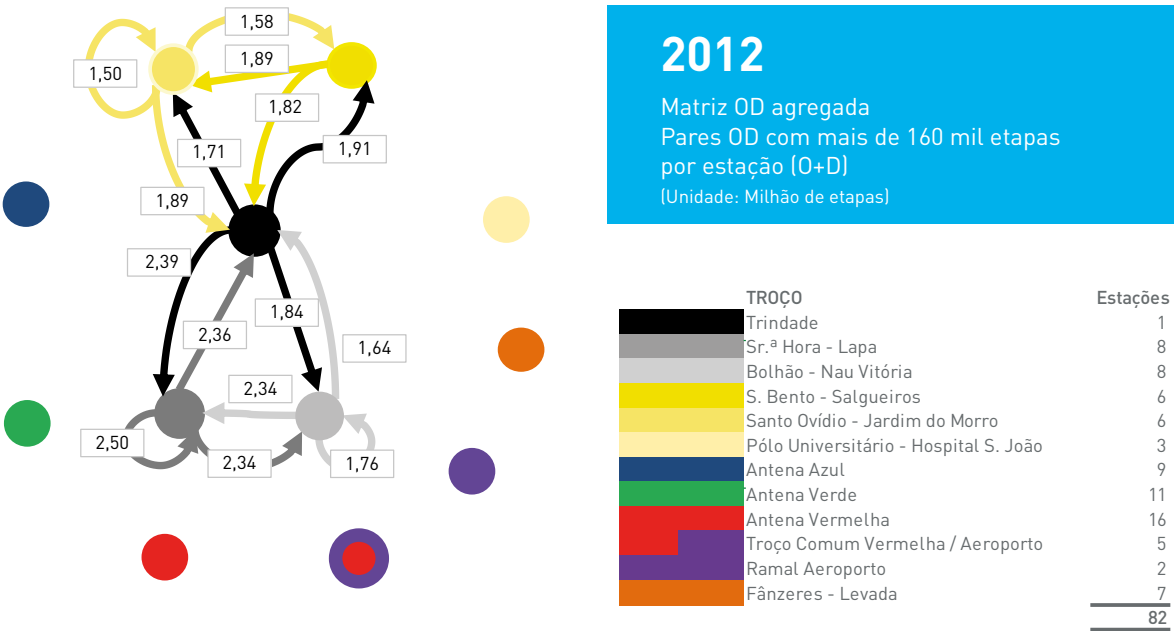
validações anuais registadas ocorrem na Trindade; 38,0% das validações têm como origem ou destino a estação da Trindade.

Há uma grande concentração, e crescente, das validações no núcleo central da rede, nomeadamente nas estações do tronco comum (entre Estádio do Dragão e Senhora da Hora) e na totalidade da linha Amarela (entre Santo Ovídio e Hospital de S. João). Das validações totais registadas em 2012, 80,7% são concentradas nessas estações (69,3% em 2011) que cobrem 27,2% da extensão total da rede.

Dos primeiros 100 pares origem – destino, apenas 5 não compreendem exclusivamente estações do tronco comum e da linha Amarela. O primeiro par onde figura uma estação que não faz parte desse conjunto aparece em 63.º lugar: Aeroporto – Trindade, com cerca de 155 mil deslocações em 2012.

- A rede de metro pode ser particionada da seguinte forma:
- › Linha Amarela: entre as estações de Santo Ovídio e Hospital de S. João;
 - › Tronco Comum: entre as estações da Senhora da Hora e Estádio do Dragão, é servido por todas as linhas exceto a Linha Amarela, apresentando uma elevada frequência;
 - › Tronco Comum às linhas Vermelha e Violeta: entre as estações Senhora da Hora e Verdes, é servido por essas duas linhas;
 - › Antena Vermelha: entre as estações Verdes e Póvoa de Varzim;
 - › Antena Violeta: entre as estações Verdes e Aeroporto;
 - › Antena Azul: entre as estações Senhora da Hora e Senhor de Matosinhos;
 - › Antena Verde: entre as estações Senhora da Hora e ISMAI;
 - › Antena Laranja: entre as estações Estádio do Dragão e Fânzeres.

Se analisarmos os principais fluxos origem / destino, constatamos que neles não figuram as “antenas”² das linhas Azul (até Nau Vitória e após Senhora da Hora), Verde, Vermelha, Violeta e o troço da linha Amarela Pólo Universitário – Hospital de S. João, num total de 53 estações. Os troços da linha Amarela, com a exceção atrás indicada (12 estações) aparecem através das suas ligações com a Trindade, e nos dois sentidos. As diversas secções do tronco comum aparecem não apenas nas suas ligações com a Trindade como também nas ligações entre elas e no seu próprio seio:



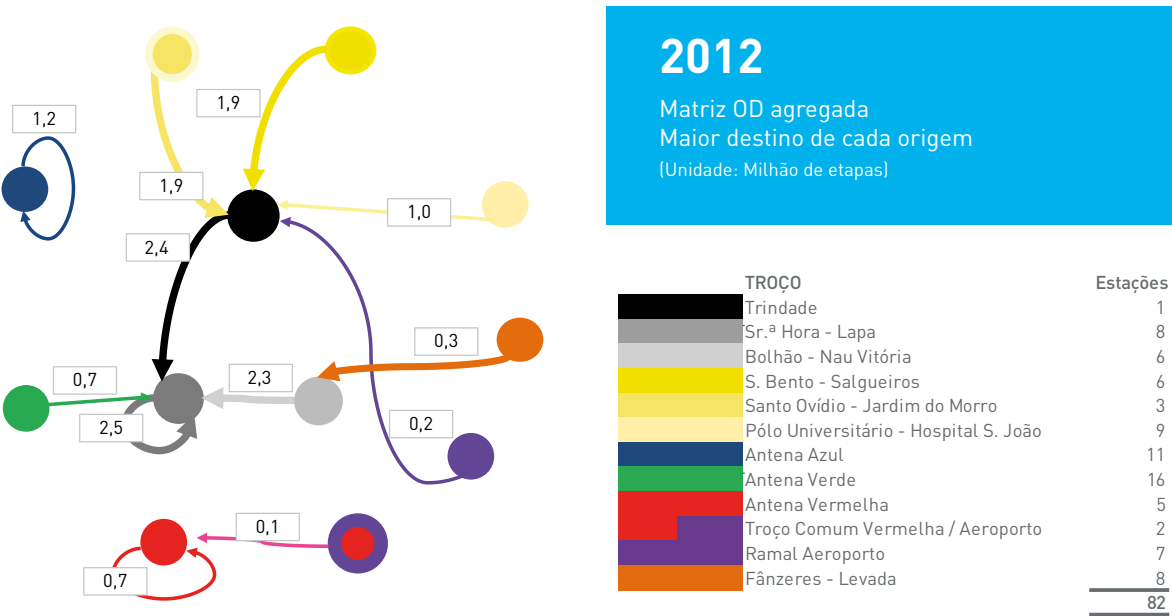
Nota: os números nas caixas de texto referem-se a milhões de deslocações em 2012 entre estações do troço de origem e estações do troço de destino; a imagem representa apenas as ligações onde o número médio de deslocações por estação é maior.

² Designa-se por “antena” de uma determinada linha os troços operados em exclusivo por essa linha.

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

Não se registaram alterações significativas nos principais destinos de cada origem, agregada nos termos do gráfico abaixo. As “antenas” das linhas Vermelha e Azul (após Senhora da Hora) mantêm-se como o principal destino de deslocações iniciadas na própria “antena”, sendo ainda a antenna da linha Vermelha o principal destino do tronco comum às linhas Vermelha e Violeta. O troço Senhora da Hora – Lapa foi o principal destino tanto para o conjunto de deslocações iniciadas nesse mesmo troço como na Trindade, no troço Bolhão – Nau Vitória e na “antena” da linha Verde. A Trindade foi o principal destino dos troços Santo Ovídio – Jardim do Morro e Pólo Universitário – Hospital S. João bem como da extensão ao Aeroporto. O troço S. Bento – Salgueiros teve como principal destino o troço Pólo Universitário – Hospital S. João. As deslocações com origem no troço Fânzeres – Levada têm com principal destino o troço Bolhão – Nau Vitória.



PARK & RIDE

A rede da Metro do Porto disponibiliza infraestruturas de estacionamento automóvel funcionando como interfaces *park & ride*, em 32 das 81 estações da rede do Metro. Destes, 31 são parques de utilização gratuita adjacentes a estações de superfície maioritariamente suburbanas. Existe um parque subterrâneo, taxado, na estação Estádio do Dragão.

Esta rede oferece 3.572 lugares de estacionamento garantindo, deste modo, um importante interface aos utilizadores de transporte individual.

A ocupação registada nos parques de utilização gratuita distinguiu-se pela diferenciação da sua localização. Nas observações efetuadas assinalaram-se repetidamente situações de ocupação praticamente total, em dia útil, nos parques de Senhora da Hora e Botica, bem como níveis de ocupação frequentemente acima de 80% nos parques de Póvoa de Varzim, Parque Maia e Campinha.

A tarifa praticada no ParqueMetro, disponível para clientes titulares de assinatura mensal *park & ride*,

é muito reduzida e totalmente integrada com sistema de bilhética intermodal Andante. Este tarifário é também válido no Parque Central da Maia, através de protocolo celebrado com o titular do parque subterrâneo adjacente à estação Fórum Maia.

No Parque Metro, com 850 lugares disponíveis, registaram-se 46.341 entradas com cartão intermodal Andante, uma redução de 23% face a 2011. A média de ocupação em dias úteis ascendeu a 20,6%.

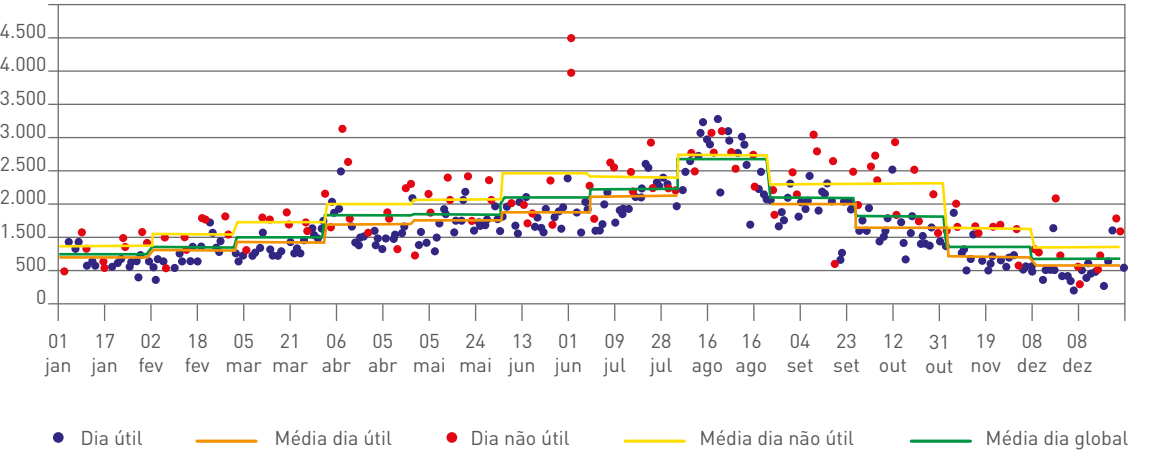
FUNICULAR DOS GUINDAIS

Foi lançado a 2 de julho o novo título Funi, de utilização exclusiva no Funicular dos Guindais e vocacionado para o segmento turístico, com um custo unitário de 1,80 euros por viagem. Manteve-se válida a utilização de títulos intermodais Andante.

Registou-se um total de 472.426 validações, uma quebra de 4,2% face a 2011. Desde o lançamento do título, 52,9% das validações no Funicular foram efetuadas com o novo título Funi.

Dado o percurso fixo de 280 metros por viagem, ao total de validações registadas correspondem 132.279 passageiros-km. Manteve-se o perfil de utilização predominante nos dias não úteis, em que ocorrem 36,3% das validações totais, 1,5 pontos percentuais abaixo da percentagem registada no ano anterior. O pico de utilização mensal manteve-se em agosto, com 69.220 validações, 14,7% das validações anuais.

Validações no Funicular dos Guindais



0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

4.2 SERVIÇO

› A frota de material circulante é composta por 72 veículos Eurotram e 30 veículos Tram Train, com capacidades de transporte de 216 e 248 passageiros, respetivamente.

SISTEMA DE METRO LIGEIRO

Registou-se, em 2012, um crescimento de 5,8% no total de quilómetros percorridos em serviço comercial, tendo sido oferecidos 7.103 milhares de veículos.km (equivalentes a simples³).

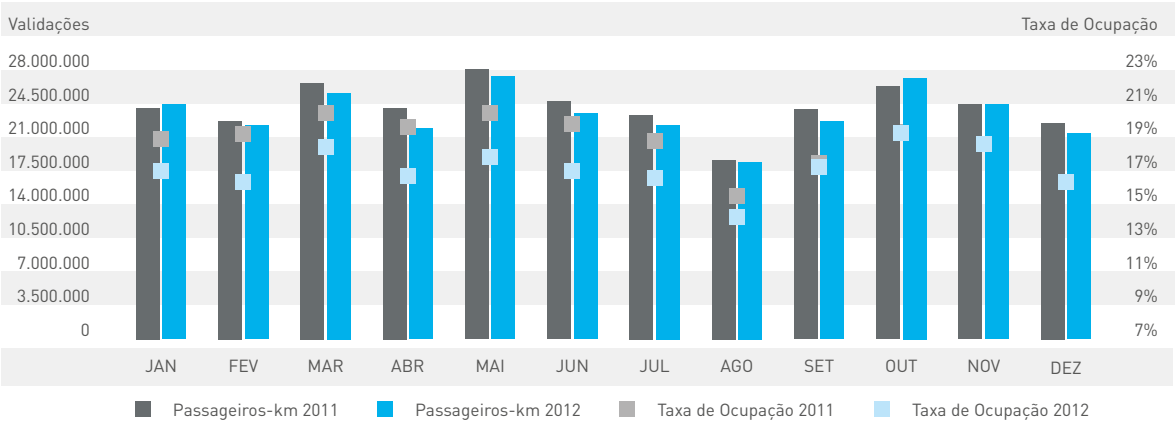
A frota de material circulante é composta por 72 veículos Eurotram e 30 veículos Tram Train, com capacidades de transporte de 216 e 248 passageiros, respetivamente.

Em 2012 ocorreu uma ligeira redução do peso da oferta com veículos Tram Train (41,0% face a 41,9% em 2011), resultando numa ligeira diminuição da capacidade média de transporte de 229,4 passageiros para 229,0 passageiros por veículo, num total de 1.627,5 milhões de lugares km oferecidos, 5,7% acima do ano anterior.

O crescimento do volume de oferta a par da redução da utilização do Sistema resulta numa quebra de 1,5 pontos percentuais na taxa de ocupação média global. O valor da taxa de ocupação apurado em 2012, 17,4%, é inferior aos valores registados desde 2008, ano a partir do qual se atingiram taxas de ocupação acima dos 18% (com um pico de 18,9% em 2011).

Comparando as taxas de ocupação mensais registadas em 2012 com os períodos homólogos, constata-se uma redução entre 2 e 3 pontos percentuais nos primeiros sete meses do ano e, a partir de agosto, uma aproximação da taxa de ocupação aos valores de 2011. No último quadrimestre de 2012 a taxa de ocupação apresenta uma redução inferior a 0,25 pontos percentuais, sendo marginalmente superior no mês de dezembro.

Ocupação no Sistema de Metro Ligeiro



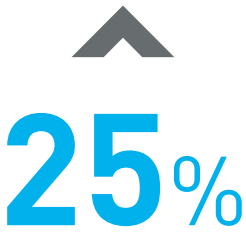
³ Quilómetros dos veículos em circulação como composições duplas são contabilizados a dobrar .

Analisando picos de ocupação por faixa horária, nota-se uma alteração no padrão de utilização do Sistema de Metro Ligeiro face ao ano anterior, em que os picos de ocupação mensais se registaram, maioritariamente, no período horário de almoço

MÊS	MÉDIA MENSAL	PICO DE OCUPAÇÃO	FAIXA HORÁRIA
Janeiro	17,1%	24,5%	8h - 9h
Fevereiro	16,5%	23,5%	8h - 9h
Março	18,7%	26,9%	8h - 9h
Abril	16,8%	23,9%	8h - 9h
Maio	18,1%	25,2%	8h - 9h
Junho	17,2%	23,2%	8h - 9h
Julho	16,7%	21,5%	8h - 9h
Agosto	14,5%	19,0%	14h - 15h
Setembro	17,5%	23,0%	8h - 9h
Outubro	19,5%	27,1%	7h - 9h
Novembro	18,8%	27,1%	8h - 9h
Dezembro	16,5%	21,2%	18h - 19h

VALORES DE OCUPAÇÃO MÉDIA ANUAL

MALHA URBANA DA REDE DO SISTEMA
DE METRO LIGEIRO



As taxas de ocupação apresentadas na tabela acima representam médias mensais, considerando quer dias úteis quer dias de fim de semana e feriados, assim como todos os troços da rede em ambos os sentidos. Analisando os picos de ocupação por faixa horária/ troço/sentido, atingem-se consistentemente taxas de ocupação acima dos 65% (reportados ao conjunto dos sete dias da semana, e não apenas aos dias úteis), por vezes acima dos 75%.

Analisando valores médios anuais, registam-se valores de ocupação média anual superiores a 25% na malha urbana da rede do Sistema de Metro Ligeiro, nomeadamente no tronco comum entre as estações de Trindade e Casa da Música e na linha Amarela entre as estações do Marquês e S. Bento.

Registam-se ainda taxas de ocupação acima de 20% nos troços da linha Amarela (entre S. Bento e Câmara de Gaia e entre Marquês e Combatentes) e no tronco comum entre as estações Casa da Música – Viso e Bolhão – Trindade, assim como na Antena Azul entre a Sr.^a da Hora e Vasco da Gama. O recorde de ocupação média mensal, com uma taxa de 33,9%, ocorreu em outubro no troço Trindade – Faria Guimarães.

No extremo oposto, constata-se que o número médio de passageiros por veículo não chega à dúzia entre Brito Capelo e Senhor de Matosinhos e entre Fânzeres e Carreira (sendo até consideravelmente inferior na maior parte do tempo).

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO



Cerca de 34% da oferta concentra-se no troço comum da rede (entre as estações do Estádio do Dragão e da Senhora da Hora, numa extensão de 9,6 kms) e cerca de 20% na linha Amarela (extensão de 8,5 kms). Em conjunto, o troço comum da linha Vermelha e Aeroporto, entre as estações da Senhora da Hora e Verdes, e a antena da linha Vermelha, entre a última destas estações e a estação da Póvoa de Varzim, numa extensão conjunta de 24,0 kms, absorvem 23% da oferta anual.

(unidades: milhares)

VEÍCULOS KM POR TROÇO	2009	2010	2011	2012	%12
Antena Laranja	0	0	378	438	6,2%
Troço Comum	2.396	2.349	2.299	2.386	33,6%
Antena Azul	591	569	538	538	7,6%
Troço Comum Vermelha / Aeroporto	515	540	532	537	7,6%
Antena Vermelha	904	994	1.028	1.080	15,2%
Antena Verde	595	627	600	648	9,1%
Linha Amarela	1.414	1.334	1.292	1.431	20,1%
Ramal Aeroporto	58	49	47	44	0,6%
TOTAL	6.472	6.462	6.714	7.103	100%

A velocidade comercial média global, obtida dividindo os veículos km totais pelos veículos hora totais (estes últimos sem os tempos de paragem nas estações terminais) apurados a partir dos registos dos sensores, ascendeu em 2012 a 25,9 km/h; e a velocidade média dos passageiros (velocidade comercial ponderada pela ocupação por troço) a 26,8 km/h.

A tabela seguinte apresenta a evolução destes valores para cada uma das ligações oferecidas pela Metro do Porto:

VELOCIDADE COMERCIAL (Km/h)	2010	2011	2012
Linha Azul	22,5	22,4	22,3
Linha Vermelha	32,4	32,5	32,9
Linha Verde	27,8	28,4	28,6
Linha Amarela	20,8	21,0	20,7
Linha Violeta*	28,2	27,3	27,2
Linha Laranja	–	23,6	23,9
GLOBAL	26,0	25,9	25,9
PASSAGEIROS	27,7	26,9	26,8

* Os valores referentes a 2010 não incluem informação do ramal do Aeroporto, troço Verdes - Aeroporto.

0.1

RELATÓRIO DE GESTÃO

Registou-se em 2012 um total de 66 ocorrências (19 colisões, 10 acidentes com peões e 37 incidentes com clientes dentro dos veículos), o que representa uma redução de 5,7% face às ocorrências registadas em 2011. Ponderando estas ocorrências pelo nível de oferta, regista-se em 2012 uma taxa de 9,29 acidentes por milhão de kms percorridos, 10,9% inferior à taxa de 10,43 acidentes por milhão de kms do ano transato.

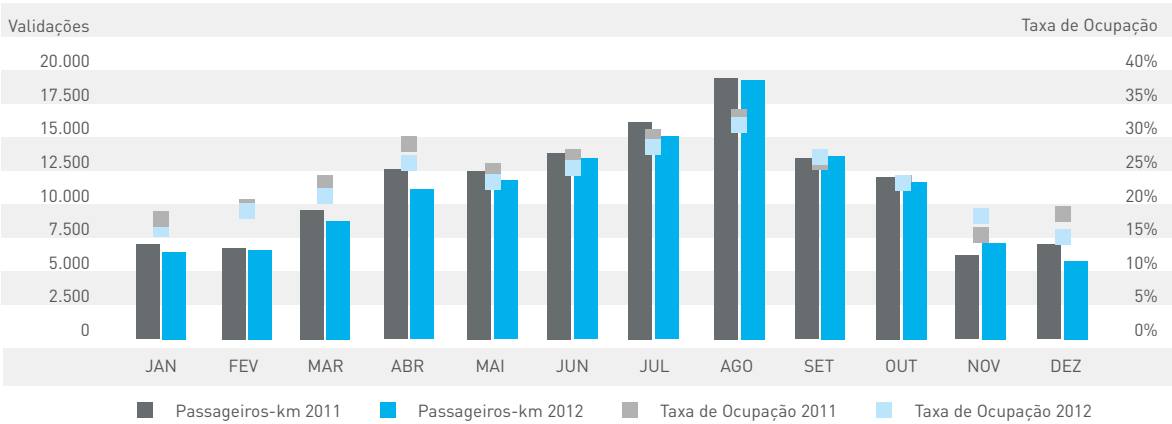


FUNICULAR DOS GUINDAIS

Registou-se em 2012 um total de 39.080 viagens oferecidas, a que correspondeu uma oferta de 547.120 lugares km, refletindo uma redução marginal das viagens efetuadas em 2011 (menos 0,3%). Ao volume de oferta do exercício, correspondeu uma taxa média de ocupação de 24,2%, 0,97 pontos percentuais inferior à taxa de ocupação em 2011.

O padrão de utilização do Funicular dos Guindais manteve-se inalterado face aos anos anteriores, evidenciando uma maior utilização desta infraestrutura em fins de semana e feriados, período no qual se regista uma taxa de ocupação de 27,6% (28,8% em 2011), valor 5,0 pontos percentuais superior à taxa de ocupação registada em dias úteis.

Ocupação no Funicular dos Guindais



Metro do Porto. A vida em movimento.

0.1

RELATÓRIO DE GESTÃO

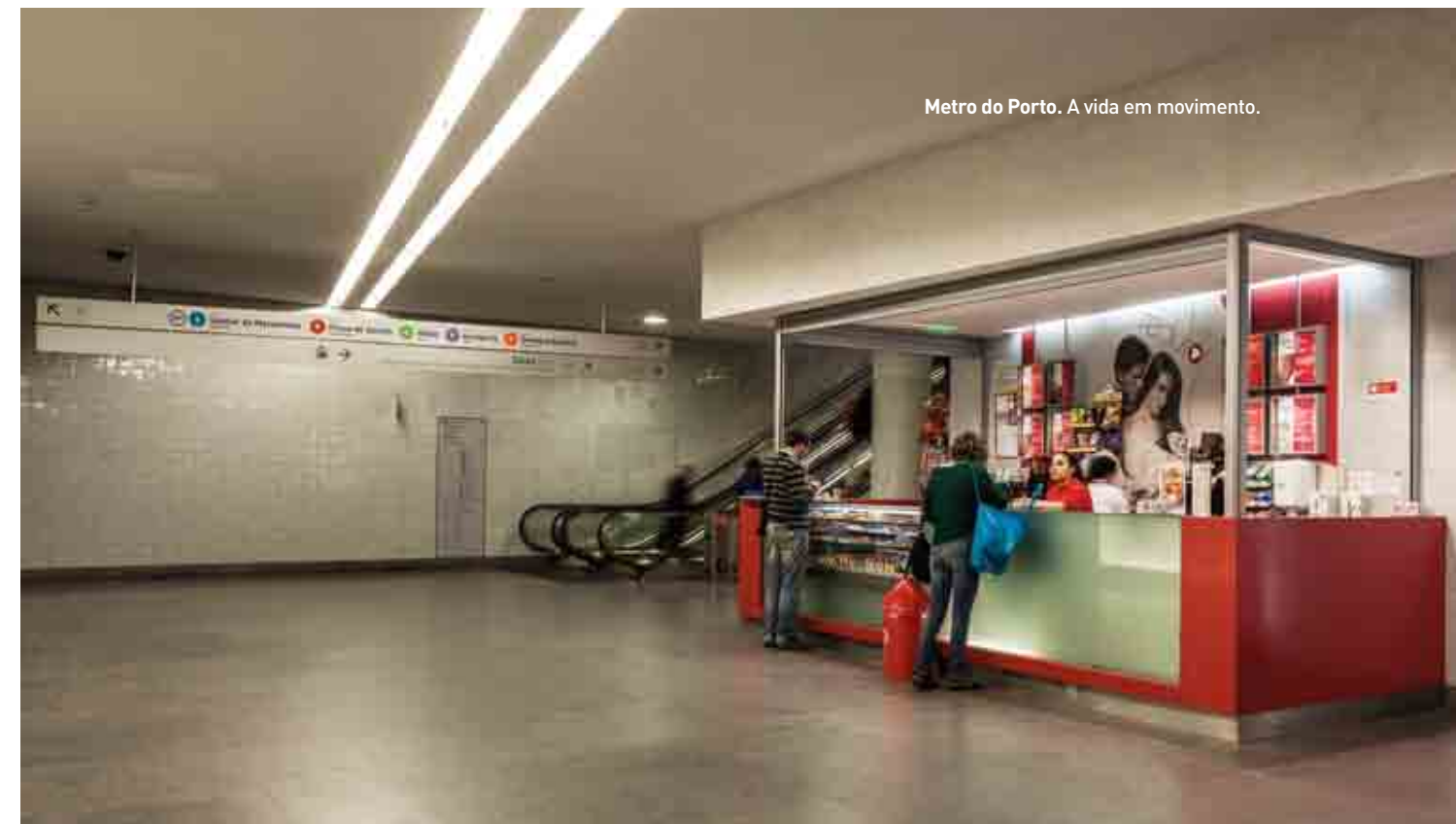
EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS COMERCIAIS

Ocorreu em 2012 o início de exploração de seis novos espaços comerciais, proporcionando aos clientes do Metro serviços complementares e mais conforto nas estações, gerando simultaneamente receitas de exploração adicionais.

Os novos serviços foram disponibilizados nas estações da Trindade (quiosque de imprensa e papelaria e serviço de cacifos eletrónicos para guarda de objetos e bagagens), Bolhão (quiosque de imprensa), Pedras Rubras (cafetaria), Varziela (loja multisserviços) e na estação Castelo da Maia (cafetaria).

Para além dos espaços supra referidos, iniciou-se a instalação de novas cafetarias no Interface Casa da Música e na estação Senhora da Hora, bem como de um quiosque de imprensa e papelaria na estação Casa da Música.

Foram disponibilizadas duas novas ATM nas estações de Casa da Música e Trindade, perfazendo um total de 22 máquinas multibanco instaladas na rede do Metro. Existem equipamentos de vending de produtos alimentares diversos em 13 estações.



Metro do Porto. A vida em movimento.

4.3 COMUNICAÇÃO E IMAGEM DO METRO DO PORTO

- > Crescimento dos canais de comunicação online.
- > O website oficial Metro do Porto com uma procura global 8% superior à verificada em 2011.
- > 30 edições da newsletter digital Vaivém.
- > Aplicação móvel iMetroPorto registou em 2012 um crescimento de cerca de 180%.
- > Canal Metro TV, gerando cerca de 1 milhão de contatos/dia.

As atividades de Comunicação centraram-se, em 2012, no programa de reestruturação e fusão da Metro do Porto com a STCP e na celebração do 10º Aniversário da Inauguração do Sistema.

Manteve-se uma forte tendência para o crescimento dos canais de comunicação online, através dos quais, em termos acumulados, se verificaram mais de 5 milhões de contatos.

O website oficial Metro do Porto, nas suas versões em português e em inglês, gerou mais de um milhão de visitas, uma procura global 8% superior à verificada em 2011.

Na rede social Facebook, a página do Metro do Porto registou mais de 4 milhões de visualizações, totalizando perto de 27 mil seguidores (um crescimento na ordem dos 13% face ao ano anterior).

Foram produzidas 30 edições da newsletter digital Vaivém, com informação sobre novos serviços e produtos da Metro do Porto e fatos relevantes para os clientes.

Todas as ferramentas de comunicação direta com os clientes registaram um forte aumento da procura. Uma gestão muito próxima, em tempo real, maximizou o potencial de contato entre a Metro do Porto e o público em geral.

A este nível, destaque para a aplicação móvel iMetroPorto, lançada em 2011, e que registou em 2012 um crescimento de cerca de 180% no número de utilizadores ativos. O iMetroPorto revela-se uma ferramenta de acessibilidade portátil francamente apreciada pelos clientes do Sistema e sobretudo pelos turistas que visitam a cidade e que, através desta aplicação, podem aceder a toda a informação sobre a rede do Metro.

Ainda em 2012, foi renovada a parceria com a Globalnotícias, para fornecimento de conteúdos e para a exploração publicitária do canal Metro TV, que transmite para 32 veículos da frota e para 11 estações da rede, gerando cerca de 1 milhão de contatos/dia.

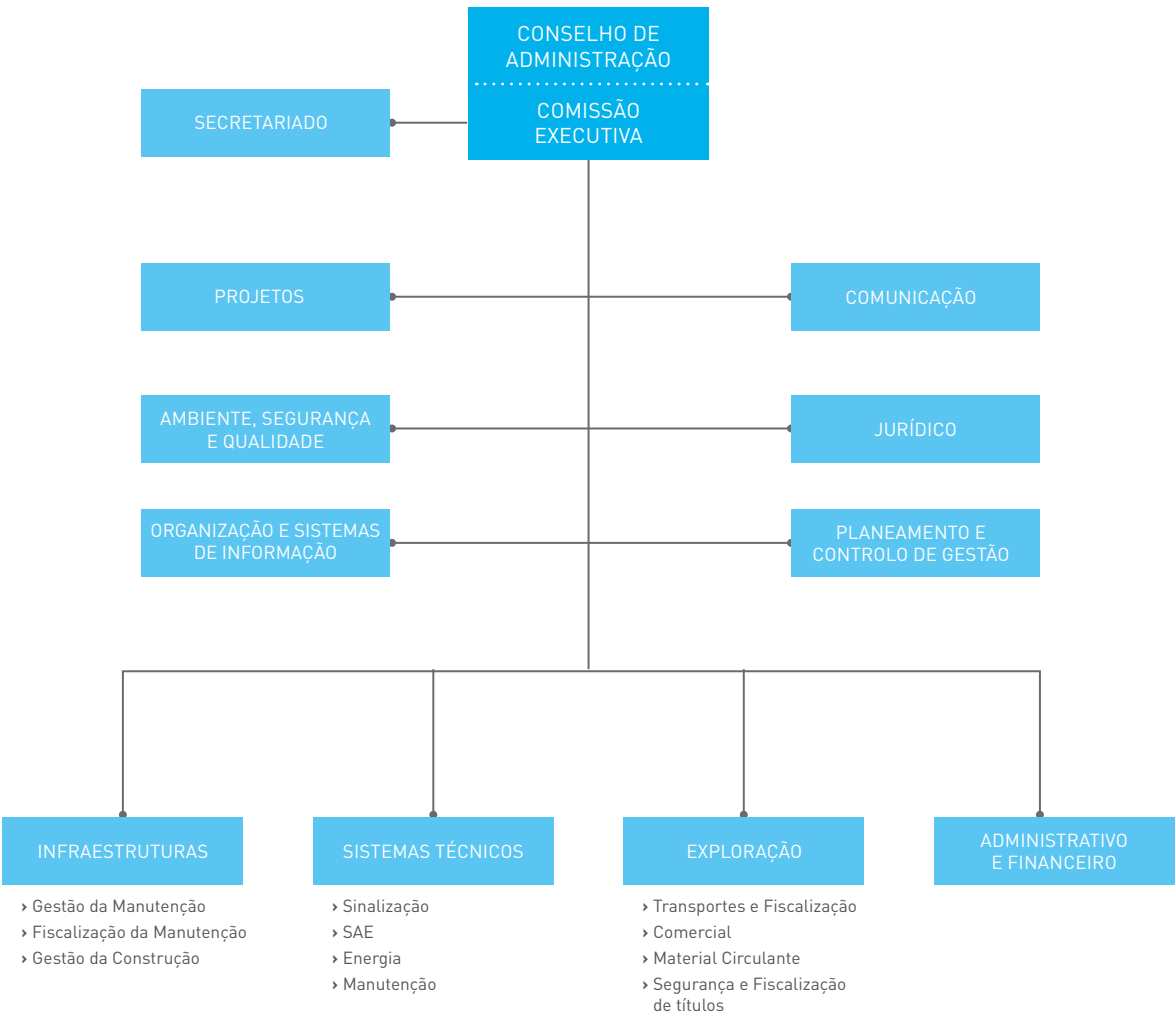
0.1
RELATÓRIO
DE GESTÃO



5. O METRO E OS SEUS COLABORADORES

5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Não ocorreu no exercício qualquer alteração à estrutura organizacional da Metro do Porto, mantendo-se o organigrama.



0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

5.2 RECURSOS HUMANOS

No final de 2012, o pessoal ao serviço na Metro do Porto ascendia a 89 colaboradores, evidenciando uma redução de 4 colaboradores face ao final do exercício anterior (11 face ao final de 2010).

	2010	2011	2012	12/11
Efetivo Total	120	114	108	-5,26%
Excluindo CP/REFER (não integrados em equipas MP)	110	104	99	-4,81%
Excluindo CP/REFER (não integrados em equipas MP), destacados no TIP, ACE ou em Comissão de Serviço	100	93	89	-4,30%
Efetivo Médio	99	98	90	-7,42%
Quadros Técnicos	71,0%	72,3%	71,9%	-0,43pp

6. O METRO E OS SEUS ACIONISTAS

6.1 ESTRUTURA ACIONISTA

Não se registaram no exercício alterações na estrutura acionista da Metro do Porto, S.A..

O capital social é representado por 1.500.000 ações de valor nominal de 5 euros, distribuído da seguinte forma:

ACIONISTA	AÇÕES	% ACIONISTA
Estado	600.000	40,0%
Área Metropolitana do Porto*	600.000	40,0%
STCP	250.000	16,7%
CP	50.000	3,3%

* Incluindo Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, com uma participação no capital social de 1 ação.

6.2 COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Na reunião da Assembleia Geral de 13 de julho foram eleitos os órgãos sociais para o mandato do triénio 2012 a 2014, tendo havido uma alteração no modelo de governo da sociedade, conforme novos estatutos aprovados nesta reunião. Este modelo prevê que o Conselho seja composto por um número de membros a fixar pela Assembleia Geral até ao máximo de sete, incluindo o Presidente. Para este triénio 2012/2014 o acionista Estado nomeou dois administradores executivos e um não executivo e o acionista AMP nomeou três administradores não executivos. Manteve-se a acumulação das funções de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Comissão Executiva.

Em cumprimento do previsto no Plano Estratégico dos Transportes, nomeadamente no que respeita à integração e futura fusão das empresas públicas responsáveis pelo transporte coletivo na Área Metropolitana do Porto, o Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto passou a ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração na Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. (STCP), sendo o vogal da Comissão Executiva igualmente administrador da STCP, ambos não executivos e em acumulação de funções.

O Conselho Fiscal manteve a sua composição, tendo sido abolida a Comissão para a Fixação de Remunerações.

Os Órgãos Sociais têm a seguinte composição:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente da Mesa: Major Valentim dos Santos de Loureiro

Vice-Presidente: Prof. Alberto João Coraceiro de Castro

Secretário: Dr. Luís Artur Miranda Guedes Bianchi de Aguiar

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente: Dr. João Velez Carvalho

Vogal: Dr. António José Lopes

Vogal não executivo: Eng. Rui Miguel Faria de Sá Pinto

Vogal não executiva: Dr^a. Joana Fernanda Ferreira de Lima

Vogal não executivo: Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves

Vogal não executivo: Eng. Aires Henrique do Couto Pereira

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Dr.^a Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Vogal Efetivo: Dr. Nuno Estima Oliveira

Vogal Efetivo (ROC): “António Magalhães & Carlos Santos – SROC”, representada por Dr. António Monteiro de Magalhães, Revisor Oficial de Contas

Vogal Suplente (ROC): Dr. José Rodrigues de Jesus

A auditoria externa das contas de 2012 é assegurada pela Empresa PriceWaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda..

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

CURRICULUM VITAE - ADMINISTRADORES

PRESIDENTE
DR. JOÃO VELEZ CARVALHO

Presidente do Conselho de Administração
Presidente da Comissão Executiva
Presidente do Conselho de Administração da STCP –
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

Pelouros:

- › Gabinete de Projetos
- › Gabinete de Comunicação
- › Departamento de Infraestruturas
- › Departamento de Sistemas Técnicos
- › Departamento de Exploração
- › Recursos Humanos

Cargos em Empresas Participadas:

- › Presidente do Conselho de Administração da TIP –
Transportes Intermodais do Porto, ACE.

Licenciatura em Finanças, pelo Instituto Superior de
Ciências Económicas e Financeiras da Universidade
Técnica de Lisboa (1970).

Pós-Graduação na Universidade de Paris XII com
o Certificat d’Aptitude a l’Administration des
Entreprises (diplome d’Etat) (1972).

Master of Business Administration (MBA) pelo
Instituto Superior de Estudos Empresariais da
Universidade do Porto (1994).

Mestre em Métodos Quantitativos de Gestão pela
Escola de Gestão da Universidade do Porto (2008).

Doutorando em Gestão Industrial na Universidade de
Aveiro (2008/2012).

Experiência Profissional:

- › Desde 1975: Professor no Instituto Superior
de Contabilidade e Administração do Instituto
Politécnico do Porto (área científica de Gestão
Estratégica/Professor Adjunto do quadro). Diretor

do Mestrado em Logística da Associação de
Politécnicos do Norte (2009/2011).

- › Após 2006: Consultor de alta direção em diversas
empresas (gestão estratégica); Direção de projetos
de internacionalização.

- › 2003 – 2006: Administrador da Sociedade de
Transportes Colectivos do Porto, SA., com os
pelouros de Recursos Humanos, Operações,
Manutenção e do Museu do Carro Elétrico;
Administrador do TIP – Transportes Intermodais do
TIP, ACE (2006).

- › 2000 – 2003: Consultor de alta direção em diversas
empresas (gestão estratégica); Direção de projetos
de internacionalização.

- › 1999 – 2000: Consultor para as áreas do ambiente
(águas e saneamento e resíduos sólidos urba-
nos e industriais) na EURISCO, S.A. (Grupo
AEP) e LawGibb, S.A., desenvolvimento de pro-
jeto de relocalização industrial com a Roland
Berger&Partners e consultor da RAR – Sociedade
de Controlo (Holding), S.A..

- › 1989 – 1998: Administrador Delegado da SET
– Serviços e Tecnologias, S.A. (Grupo RAR);
Administrador Executivo da RAR AMBIENTE,
SA; Administrador da NUTRIGER, SGPS, S.A.;
Administrador da CLIMAESPAÇO – Sociedade
de Produção e Distribuição de Energia Térmica
Urbana, S.A.; Diretor da RAR – Sociedade de
Capital de Risco, S.A.; Administrador Executivo da
GROWELA Cabo Verde, SARL; Membro da Mesa
da Assembleia Geral da RECOLTE – Recolha,
Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.;
Presidente do Conselho Fiscal da Imperial –
Produtos Alimentares, S.A..

- › 1975 – 1989: Diretor Administrativo e Financeiro da
MOLIN – Materiais de Desenho de Mário Lino, Lda.;
Administrador Executivo da MOLIN SOUTH ÁFRICA,
S.A.; Administrador Executivo da MOLIN U.K., S.A..

VOGAL EXECUTIVO
DR. ANTÓNIO JOSÉ LOPES

Vogal do Conselho de Administração
Vogal da Comissão Executiva
Substitui o Presidente em caso de ausência ou
impedimento
Vogal do Conselho de Administração da STCP –
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

Pelouros:

- › Secretariado
- › Gabinete Jurídico
- › Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão
- › Gabinete de Ambiente, Segurança e Qualidade
- › Gabinete de Organização e Sistemas de Informação
- › Departamento Administrativo e Financeiro

Cargos Em Empresas Participadas:

- › Presidente do Conselho de Administração da
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, SA.
- › Gerente da Metro do Porto Consultoria –
Consultoria em Transportes Urbanos e
Participações, Unipessoal, Lda.
- › Vogal do Conselho de Administração do TIP –
Transportes Intermodais do Porto, ACE e da
Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE.

Licenciatura em Economia pela Universidade do
Porto, em 1982.

Pós-Graduação em Gestão para Executivos, pela
Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais
da Universidade Católica Portuguesa em 1998/1999.

Experiência Profissional:

- › 2010: Diretor Geral- Tablestock, Serviços para
Hotelaria e Restauração.
- › 1998 – 2010: Diretor Central de Compras e
Aprovisionamentos e Sistemas de Informação -
Vista Alegre Atlantis S.A.
- › 1997 – 1998: Diretor Geral - Empresa Continental
Importadora, S.A.

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

VOGAL NÃO EXECUTIVO
ENG. RUI MIGUEL FARIA DE SÁ PINTO

Vogal do Conselho de Administração

Licenciatura em Engenharia Mecânica FEUP –
Faculdade de Engenharia Universidade do Porto (1999)

MBA – Master of Business Administration
(Especialização em Gestão Empresarial) Católica
Porto Business School (Univ. Católica Portuguesa) e
ESADE - Business School (Barcelona)(2004)

Mestre em Gestão e Administração de Empresas
Faculdade de Economia e Gestão UCP - Universidade
Católica Portuguesa (2008)

International MBA – Master of Business
Administration (Especialização em Marketing) Católica
Porto Business School (Univ. Católica Portuguesa) e
ESADE - Business School [Barcelona] (2008)

Programa Avançado em Fusões, Aquisições e
Reestruturação Empresarial Católica Porto Business
School (Univ. Católica Portuguesa) e ESADE -
Business School (Barcelona) (2009)

Doutorando em Marketing e Estratégia
Faculdade de Economia e Gestão
Universidade do Minho (desde 2009).

Experiência Profissional:

- › desde 2002: Assessor, Auditor e Consultor
Independente em Gestão Empresarial, com
intervensões nas áreas de: Gestão, Estratégia,
Marketing, BalancedScorecard, Controlo de Gestão,
Sistema de Gestão de Performance, Reengenharia
de Processos, Fusões e Reestruturação
Empresarial, Gestão da Inovação.
- › 2007 – 2010: Assessor da Administração -
Grupo CAVEX (CAVEX – Trade&Sourcing, S.A.;
CavexConsult, Lda.; FCO, Lda.; RTF, Lda.)
- › 2003 – 2006: Assessor da Administração -
Grupo SMIC (SMIC – Serviço Médico de Imagem
Computorizada, S.A.).

- › 2002 – 2006: ManagingPartner e Consultor de
Gestão e Estratégia - WhiteSPARK – Sistemas
Integrados e Projetos de Engenharia, Lda..
- › 2002 – 2003: Consultor do Departamento de
Assistência Técnica às Empresas - AEP –
Associação Empresarial de Portugal.
- › 1999 – 2002: Diretor de Planeamento e Investimentos
(Dir. da Qualidade) Dir. da Manutenção – Cortiças
Lamosel, Lda..
- › 1998 – 1999: Resp. do Departamento de
Preparação e Métodos – Grupo Nutrinveste (ALCO -
Indústria de Óleos Alimentares, S.A.).

VOGAL NÃO EXECUTIVO
DR.^a JOANA FERNANDA FERREIRA DE LIMA

Vogal do Conselho de Administração
Presidente da Câmara Municipal da Trofa

Licenciatura em Relações Internacionais –
Universidade Lusíada do Porto (1999 – 2003)

Experiência Profissional:

- › Desde 2009: Presidente da Câmara Municipal da Trofa.
- › Desde 2011: Membro do Conselho Geral
Estratégico da Universidade Lusófona do Porto.
- › Desde 2010: Membro Suplente da Câmara das
Regiões do Congresso do Conselho da Europa,
Membro do Conselho Geral da Autoridade
Metropolitana de Transportes do Porto.
- › Desde 2009: Vice-Presidente da Régie
Cooperativa VARD2015, Presidente do Conselho
de Administração da Trofa-Park, Empresa
de Reabilitação Urbana, Desenvolvimento
Económico, Inovação Empresarial e Gestão de
Equipamentos, EEM e Presidente do Conselho
Geral da Trofáguas – Serviços Ambientais, EEM.
- › 2005 – 2009: Vereadora da Câmara Municipal da
Trofa e Deputada na X Legislatura.
- › 1995 – 2005: Empresária.

VOGAL NÃO EXECUTIVO
DR. GONÇALO NUNO DE SOUSA MAYAN GONÇALVES

Vogal do Conselho de Administração

Vereador da Câmara Municipal do Porto para o
Pelouro do Urbanismo e da Mobilidade.

Membro do Conselho de Administração da Porto
Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana.

Membro da Assembleia Intermunicipal da “Lipor -
Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos
do Grande Porto”.

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas,
na Faculdade de Ciências Económicas e Empresarias
da Universidade Católica Portuguesa (1992 – 1997).

Experiência Profissional:

- › Membro do Conselho Geral da Autoridade
Metropolitana de Transportes do Porto.
- › Membro da Assembleia Intermunicipal da “Lipor -
Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos
do Grande Porto”.
- › Desde 2010: Águas do Porto, EM: Presidente do
Conselho de Administração; GOP – Gestão de
Obras Públicas, EM: Presidente do Conselho de
Administração.
- › Desde 2005: Câmara Municipal do Porto: Vereador
com o Pelouro do Urbanismo e da Mobilidade
(2009/...); Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação
Urbana: Membro do Conselho de Administração
(2009/...); Metro do Porto, S.A.: Membro do Conselho
de Administração (2010/2012); Câmara Municipal do
Porto: Vereador com o Pelouro da Cultura, Turismo
e Lazer (2007/2009); Câmara Municipal do Porto:
Vereador com os Pelouros da Educação, Desporto,
Juventude e Inovação (2005/2007).
- › 2004 - 2005: Banco BPI, SA: Banca de Empresas,
segmento de Grandes Empresas. Responsável
pelo Centro de Empresas da Galiza (Espanha), em
Santiago de Compostela.
- › 1998 – 2005: Banco BPI, SA: Banca de Empresas,
segmento Grandes Empresas, Gerente de Conta.
- › 1997 – 1998: Banco Borges & Irmão: estágio na
Banca de Empresas.

VOGAL NÃO EXECUTIVO
ENG. AIRES HENRIQUE DO COUTO PEREIRA

Vogal do Conselho de Administração

Engenheiro Técnico Civil

Experiência Profissional:

- › Desde janeiro 1994: Vice-Presidente da Câmara
Municipal da Póvoa de Varzim.
- › Desde janeiro 1990: Vereador na Câmara Municipal
da Póvoa de Varzim.

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

6.3 OBRIGAÇÕES DE REPORTE ENQUANTO MEMBRO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Com a alteração da estrutura acionista ocorrida a 25 de março de 2008, a Metro do Porto, S.A. passou a integrar o conceito de empresa pública. A Metro do Porto, S.A. integra assim o sector empresarial do Estado, devendo os seus relatórios de gestão incluir a informação definida no Decreto-Lei 558/99, na redação do seu Art.º 13º A que foi estabelecida pelo Art.º 2º do Decreto-Lei 300/2007. O Ofício nº 843/2013 da Direção Geral do Tesouro e das Finanças definiu a informação que deveria ser inserida no relatório e contas de 2012, orientação que é seguida.

6.3.1 PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março de 2007 define os “Princípios de Bom Governo do Sector Empresarial do Estado”. O quadro seguinte apresenta a localização da informação publicada, de acordo com a referida Resolução:

Informação relativa ao Governo da Sociedade a publicar no Relatório de Gestão e Contas	Localização
Missão, Objetivos e Políticas	
Indicação da missão e da forma como é prosseguida essa missão.	Relatório de Sustentabilidade
Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos.	Relatório de Sustentabilidade Este ponto do Relatório e Contas
Modelo de Governo e identificação dos Órgãos Sociais	
Identificar todos os membros dos Órgãos Sociais.	Ponto 6.2. do Relatório e Contas
Identificar as respetivas funções e responsabilidades no âmbito da empresa.	Ponto 6.2. do Relatório e Contas
Identificar a eventual existência de comissões especializadas integrando membros do Conselho de Administração.	Ponto 6.2. do Relatório e Contas
Identificar o auditor externo, caso exista.	Ponto 6.2. do Relatório e Contas
Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais	
Referenciar individualmente, todos os membros dos órgãos de administração (executivos e não executivos), do órgão de fiscalização e da mesa da AG que tenham exercido funções ao longo do ano, especificando o período concreto, caso este seja inferior a um ano.	Ponto 6.2. do Relatório e Contas
Indicar a globalidade das remunerações auferidas e dos demais benefícios e regalias concedidos pela empresa, assim como os descontos ao abrigo do Art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.	Ponto 32 das notas às demonstrações financeiras
Regulamentos Internos e Externos	
Referência sumária aos regulamentos em causa, com apresentação dos aspectos mais relevantes e de maior importância.	Este ponto do Relatório e Contas

Informação relativa ao Governo da Sociedade a publicar no Relatório de Gestão e Contas	Localização
Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas	
Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas.	Este ponto do Relatório e Contas
Informação sobre outras transações	
Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços.	Este ponto do Relatório e Contas
Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado.	Este ponto do Relatório e Contas
Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1 M€).	Ponto 29 das notas às demonstrações financeiras
Análise de sustentabilidade	
Estratégias adotadas.	Relatório de Sustentabilidade Este ponto do Relatório e Contas
Grau de cumprimento das metas fixadas.	Relatório de Sustentabilidade
Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.	Relatório de Sustentabilidade
Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa.	Anexo às Contas do Relatório e Contas
Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação.	Relatório de Sustentabilidade
Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores.	Relatório de Sustentabilidade
Adoção de práticas ambientalmente corretas.	Relatório de Sustentabilidade
Criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).	Relatório de Sustentabilidade
Promoção da proteção ambiental.	Relatório de Sustentabilidade
Contribuição para a inclusão social (empregabilidade).	Relatório de Sustentabilidade
Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade.	Relatório de Sustentabilidade
Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.	Relatório de Sustentabilidade
Planos de ação para o futuro.	Ponto 8 do Relatório e Contas
Avaliação sobre o grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo: indicação sobre se a empresa, em razão da sua dimensão ou especificidade, não está em condições de cumprir com alguns dos PBG, explicitando as razões pelas quais tal ocorre.	Este ponto do Relatório e Contas

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

Informação relativa ao Governo da Sociedade a publicar no Relatório de Gestão e Contas	Localização
Código de Ética	
Referência à existência ou aderência a um Código de Ética.	Este ponto do Relatório e Contas
Indicação de onde este se encontra disponível para consulta.	Este ponto do Relatório e Contas
Outros	
Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes para a empresa.	Este ponto do Relatório e Contas
Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesse.	Este ponto do Relatório e Contas
Explicação fundamentada da divulgação de toda a informação atualizada prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de março.	Este ponto do Relatório e Contas

A Empresa possui um código de ética disponível para consulta em www.metrodoporto.pt.

A empresa ainda não tem implementado o plano para a igualdade prescrito pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro. Quanto ao cargo de provedor do cliente, foi a Empresa informada da deliberação tomada pela Autoridade Metropolitana de Transportes, que chamou a si a sua criação.

A gestão corrente da Empresa está delegada pelo Conselho de Administração numa Comissão Executiva composta por dois elementos, afeta a tempo inteiro a essa atividade. Os assuntos que carecem, por via dos estatutos da Empresa, de aprovação do Conselho de Administração, são por este órgão deliberados em reuniões quinzenais. A nível interno, a estrutura orgânica da Empresa apresenta um mínimo de níveis hierárquicos, 4 departamentos e 6 gabinetes de *staff*.

No que se refere a processos para evitar conflito de interesses, e tal como previsto nos “Princípios de Bom Governo do Sector Empresarial do Estado”, os membros dos Órgãos Sociais abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por

si realizadas. Anualmente, e sempre que se justificar, os membros dos Órgãos Sociais declaram ao Órgão de Administração e ao Órgão de Fiscalização, bem como ao Tribunal Constitucional, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na Empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

A Metro do Porto procede à publicação de toda a informação relevante prevista na RCM 49/2007 de 28 de março no seu site (www.metrodoporto.pt) e no portal das empresas do Sector Empresarial do Estado (www.dgtf.pt).

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Ficha síntese da empresa	x			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	x			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	x			
Estatuto remuneratório fixado	x			
Remunerações auferidas e demais regalias	x			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	x			
Outras transações	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Avaliação do cumprimento dos PBG	x			
Código de Ética	x			
Informação Financeira histórica e atual	x			
Esforço Financeiro do Estado	x			

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organigrama	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			
Identificação de comissões existentes na sociedade	x			
Identificar sistemas de controlo de riscos		x		
Remuneração dos órgãos sociais	x			
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transações fora das condições de mercado	x			
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente			x	Metro do Porto foi informada da deliberação tomada pela Autoridade Metropolitana de Transportes que irá criar o Provedor do Cliente.

6.3.1.1 REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

- › Decreto-Lei n.º 148/2003, de 11 de julho – (que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva 2000/52/CE da Comissão, de 26 de julho, relativa à transparência das relações financeiras entre as entidades públicas dos Estados membros e as empresas públicas);

› Diretiva 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais;

› Lei n.º 28/2006, de 4 de julho (regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros);

› Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 1 de fevereiro (Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado);

› Decreto-Lei n.º 69/2007, de 26 de março – (que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva 2005/81/CE da Comissão, de 28 de novembro, relativa à transparência das relações financeiras entre os Estados membros e as empresas públicas);

› Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), alterado pela Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro;

› Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de julho (Segurança Ferroviária);

› Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto – (Decreto-Lei n.º 558/99 com a redação resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 300/2007, relativo ao Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e Empresas Públicas);

› Regulamento 1370/2007 de 23 de outubro de 2007, do Parlamento Europeu e do Conselho cuja aplicação respeita a contratos de serviço público que assumam a forma de contratos de concessão de serviços, especialmente no setor de transportes;
- › Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro de 2007 (obrigatoriedade de existência e disponibilização do livro de reclamações);

› Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas), alterado pelo Despacho 9870/2009 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de 6 de abril;

› Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 27 de março (Orientações Estratégicas para o Sector Empresarial do Estado);

› Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro (Bases da Concessão e Estatutos da MP);

› Decreto-Lei nº 18/2008 que aprovou o Código da Contratação Pública e respetiva legislação regulamentar;

› Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (Medidas adicionais de consolidação orçamental - PEC);

› Decreto-Lei n.º 65 -A/2011, de 17 de maio (Programa Pagar a Tempo e Horas – reporte de dívidas vencidas);

› Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro (Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015);

› Lei n.º 64 -A/2011, de 30 de dezembro (Grande Opções do Plano para 2012-2015);

› Lei n.º 64 -C/2011, de 30 de dezembro (estratégia e procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental 2012-2015);

› Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro (critérios de vencimento dos gestores públicos);

› Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão.

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

6.3.1.2 INFORMAÇÃO SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

As transações relevantes efetuadas com o estado, no ano de 2012, foram as seguintes:

Recebimentos	(euros)
Prestações do concedente - PIDDAC	1.750.000
Indemnizações compensatórias - serviço público	11.535.895
Indemnizações compensatórias - tarifário social andante	2.827.546
Empréstimos obtidos	308.953.941

Pagamentos	(euros)
Comissões de garantias	2.437.087
Juros de empréstimos obtidos	24.493.684

As transações relevantes efetuadas com as empresas participadas (detidas em mais de 20% por esta sociedade), no ano de 2012, foram as seguintes:

TIP, ACE	(euros)
Vendas e ou Prestações de Serviços	37.291.695
Compras e Aquisições de Serviços	1.349.649

Transpublicidade, S.A.	
Vendas e ou Prestações de Serviços	399.646

Metro Consultoria, Lda.	
Empréstimos a Associadas	1.588

6.3.1.3 INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

A Metro do Porto seguiu os procedimentos legalmente estabelecidos em matéria de aquisição de bens e serviços.

6.3.2 DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

6.3.2.1 OBJETIVOS DE GESTÃO

Foi proposto à Tutela financeira objetivos de gestão a inclui nos contratos de gestão a celebrar com os administradores, os quais não foram ainda aprovados.

6.3.2.2 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

O detalhe da política de gestão da carteira de dívida e do risco financeiro à mesma associada é apresentado no ponto 7.2 do Relatório e nas Notas 16, 17 e 28 às demonstrações financeiras. O Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto, estipula no Art.º 6º, n.º 1 alínea d) que deverá ser atribuído ao Instituto de Gestão do Crédito Público, I.P. (IGCP) um mandato para a gestão da carteira de derivados financeiros, incluindo as operações com as opções de vencimento antecipado exercíveis pela contraparte acima referidas. Este mandato foi atribuído a 31 de outubro de 2012 com a assinatura do Contrato de Mandato de Representação entre a MP e o IGCP.

GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO - DESPACHO N.º 101/09-SETF, DE 30-01	CUMPRIDO			DESCRIÇÃO
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	x			Ver ponto 7.2 do Relatório e Notas 16 e 17 às demonstrações financeiras
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	x			Ver ponto 7.2 do Relatório e Notas 16 e 17 às demonstrações financeiras
Diversificação de entidades credoras	x			Ver ponto 7.2 do Relatório e Nota 16 às demonstrações financeiras
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	x			Ver ponto 7.2 do Relatório e Nota 17 às demonstrações financeiras
Adopção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	x			Ver ponto 7.2 do Relatório e Nota 16 às demonstrações financeiras
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	x			Ver ponto 7.2 do Relatório e Notas 16 e 17 às demonstrações financeiras
Minimização da prestação de garantias reais	x			Ver ponto 7.2 do Relatório e Notas 16 e 17 às demonstrações financeiras
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	x			Ver ponto 7.2 do Relatório e Notas 16 e 17 às demonstrações financeiras

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO - DESPACHO N.º 101/09-SETF, DE 30-01	CUMPRIDO			DESCRIÇÃO
	S	N	N.A.	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos		x		Política de financiamento desajustada conforme explicito no ponto 7.2 do Relatório de Gestão
Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	x			Ver ponto 7.2 do Relatório e Nota 14 às demonstrações financeiras
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			x	Empresa não gera autofinanciamento, conforme análise no ponto 7.4 não sendo aplicável a opção de desinvestimentos
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos		x		Ver Nota 27 às demonstrações financeiras
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos		x		Ver Nota 27 às demonstrações financeiras
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro		x		Ver ponto 7.2 do Relatório e Nota 17 às demonstrações financeiras
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira		x		Ver ponto 7.2 do Relatório e Nota 17 às demonstrações financeiras

Legenda: FC - Fundos comunitários • CP - Capital próprio • S - Sim • N - Não • N.A. - Não Aplicável

6.3.2.3 ORIENTAÇÕES SOBRE O ENDIVIDAMENTO

Quanto à redução da dívida, diz o Despacho n.º 510/10 do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças “As empresas públicas não financeiras devem observar os seguintes limites máximos de endividamento previstos no Plano de Estabilidade de Crescimento, sem prejuízo de limites inferiores já previstos nos respetivos planos de investimento:

- i. 2010 – 7%;
- ii. 2011 – 6%;
- iii. 2012 – 5%;
- iv. 2013 - 4%.”

O Despacho n.º 155/2011, de 28 de abril, do Ministério de Estado e das Finanças, vem referir novamente o nível máximo de variação do endividamento permitido para o exercício de 2012, tendo mantida a taxa acima indicada.

Uma vez que não se indica nos Despachos acima referidos qual a grandeza a que se referem as percentagens que definem os “limites máximos de endividamento”, parece razoável supor que se pretendia na verdade definir limites máximos de *crescimento* do endividamento, que se assume, segundo

orientações recebidas, ser referente às dívidas remuneradas (e não às totais) a terceiros, de médio e longo prazo e de curto prazo, incluindo para além de Instituições Financeiras a dívida registada em SNC relacionada com a operação de locação operacional da frota Eurotram. Sendo assim, resultam do Despacho os seguintes limites máximos de endividamento da Metro do Porto, S.A. (em euros), dado o valor existente em 31 de dezembro de 2009 que é de 2.204.913.575 euros, em SNC:

(milhares de euros)				
DÍVIDA REMUNERADA	2010	2011	2012	2013
Limite	2.359.258	2.500.813	2.625.854	2.730.888

Na dívida remunerada sujeita aos limites de variação referidos não são incluídos os montantes de financiamento bancário utilizado para cobertura da componente não cofinanciada pelo QREN dos projetos candidatados: João de Deus - D. João II, D. João II - Santo Ovídio e Dragão - Fânzeres (mas não é excluída a dívida contraída para cobertura dos juros resultantes desse financiamento).

O quadro seguinte compara o limite de endividamento com a dívida sujeita a limite de variação (referida no parágrafo anterior), detalhando a dívida associada a projetos cofinanciados:

VERIFICAÇÃO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO				
Dívida remunerada	2009	2010	2011	2012
Dívida bruta	2.211.695.033	2.340.394.873	2.632.531.444	2.723.497.294
Dívida associada a cofinanciamento	76.658.455	156.070.556	119.564.310	97.562.300
Bonificações de juros	6.781.458	6.017.585	5.356.038	4.653.349
Dívida Líquida *	2.128.255.121	2.178.306.732	2.507.611.097	2.621.281.644
Limite de Endividamento (31 Dez)		2.359.257.526	2.500.812.977	2.625.853.626
Limite máximo de variação		7,00%	6,00%	5,00%

* Financiamento no final do exercício líquido:
» dos montantes contraidos para cobrir o montante não participado pelo PIDDAC e pelo QREN dos projetos João de Deus - D. João II, D. João II - Santo Ovídeo e Dragão - Venda Nova;
» das bonificações de juros obtidas nas operações de financiamento BEI e LEP.

Em termos práticos, o cumprimento dos limites impostos conduziu à suspensão de todos os investimentos não adjudicados, só prosseguindo aqueles que estavam em execução (ou em finalização): essencialmente, as extensões a Fânzeres e Santo Ovídio.

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

6.3.2.4 EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

A evolução do prazo médio de pagamento, calculado conforme definido no Despacho 9870/2009, é apresentada na tabela seguinte. O ponto 7.2 deste documento procede a análise mais detalhada.

PMP	1º T 2011	2º T 2011	3º T 2011	4º T 2011	1º T 2012	2º T 2012	3º T 2012	4º T 2012
PMP a Fornecedores (dias)	219	273	322	245	181	150	122	116

No início de 2013, por recomendação da equipa de revisores de contas, foi alterada a forma de apuramento do valor a considerar na conta “278 – Outros devedores e credores”, para apuramento do prazo médio de pagamento. A alteração consiste em considerar-se a soma dos saldos credores das sub-contas da 278 e não o saldo global dessa conta, conforme vinha sendo feito.

O impacto mais significativo desta alteração ocorre no exercício de 2012, uma vez que se deixa de deduzir ao valor das dívidas a terceiros o montante de 30,6 milhões de euros registados na conta 278 como dívida da Autoridade Tributária, relativa ao pagamento efetuado em fevereiro de 2012 no âmbito do processo de IVA, conforme explicado no capítulo 7.3.

A tabela seguinte compara os valores apurados com as duas metodologias.

PMP (Despacho 9870/2009)	31-12-2010	31-03-2011	30-06-2011	30-09-2011	31-12-2011	31-03-2012	30-06-2012	30-09-2012
Anterior (dias)	171	213	265	310	236	148	96	46
Nova (dias)	175	219	273	322	245	181	150	122
Variação (dias)	4	6	8	12	9	33	54	76

6.3.2.5 DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS

Conforme estabelecido no art.º 15 da Lei n.º 8/2012, foram publicadas as declarações de compromissos plurianuais, de pagamentos em atraso e de recebimentos em atraso, referentes a 31 de dezembro de 2011. Estas declarações podem ser consultadas no site da Metro do Porto⁴.

A 31 de dezembro de 2012 a Metro do Porto tinha cerca de 15,7 milhões de euros de pagamentos em atraso⁵ (22,3 milhões de euros no final de 2011).

⁴ Endereço eletrónico: http://www.metrodoporto.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=17206
⁵ O não pagamento de fatura após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2012 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17 DE MAIO					
Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	Mais de 360 dias
Aquisições de bens e serviços	100.573	180	-496	46.222	29.909
Aquisições de capital	26.513	0	2.244	530.902	15.077.258
Saldo em dívida (Total)	127.086	180	1.749	577.124	15.107.168

Contribui significativamente para este montante o valor de 15,1 milhões de euros referente ao acordo final celebrado com o consórcio Normetro, ACE, cujo pagamento aguarda aprovação das Tutelas.

6.3.2.6 CUMPRIMENTO DOS DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Os deveres especiais de informação definidos no Despacho 14277/2008 foram cumpridos. Para esse efeito foi disponibilizada à Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e à Inspeção Geral de Finanças (IGF), através do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), toda a informação requerida.

6.3.2.7 RECOMENDAÇÕES DOS ACIONISTAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2011

Não existiram recomendações dos acionistas aquando da aprovação das contas de 2011.

6.3.2.8 ORIENTAÇÕES SOBRE AS REMUNERAÇÕES

Foram integralmente cumpridas as orientações transmitidas e aplicadas aos órgãos sociais, auditor externo e restantes trabalhadores.

Nos termos do Art.º 29 da Lei 64-B/2011, não foram atribuídos prémios de gestão relativos a exercícios anteriores, bem como não é proposto à Assembleia Geral a atribuição de prémios de gestão relativos ao exercício de 2012.

Não se procedeu no exercício de 2012 a qualquer atualização dos salários nominais, tendo sido aplicados os cortes remuneratórios previstos no:

- Art.º 12º da Lei 12-A/2010, o qual estipula que “A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excecional em 5%”;

0.1

RELATÓRIO DE GESTÃO

- › Art.º 20º e 26º da Lei 64-B/2011, o qual mantém em vigor os cortes decididos e aplicados no exercício de 2011, então nos termos dos Art.º 19º e 23º da Lei 55-A/2010 aplicáveis aos órgãos sociais, auditor externo e demais trabalhadores da Empresa;
- › Art.º 21º da Lei 64-B/2011, o qual mantém em vigor a suspensão dos pagamentos de subsídios de férias e de Natal, já antes aplicados em cumprimento do previsto no n.º 9 do Art.º 19º da Lei 55-A/2010;
- › Art. 27º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro que mantém em vigor para o ano de 2013 o estatuído nos diplomas anteriores quanto aos cortes remuneratórios;
- › Art. 28º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro que estabelece, para o ano de 2012, que o pagamento do subsídio de Natal é pago mensalmente em duodécimos;
- › Art. 29º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro que mantém a suspensão do pagamento do subsídio de férias.

No dia 5 de abril de 2013, o Tribunal Constitucional decidiu, nos termos do Acórdão n.º 187/2013, declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, da norma do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

A decisão de inconstitucionalidade da referida norma determinará o pagamento, pela Empresa, do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14.º mês, estimando-se um impacto nos resultados do período de 306.948 euros.



Metro do Porto. A vida em movimento.

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

Qualquer procedimento de contratação deve expressamente conter as seguintes referências:

- › justificação da necessidade de contratar do ponto de vista económico;
- › ausência de soluções internas que permitam assegurar o serviço em causa;
- › explicitação dos objetivos que se pretende alcançar.

6.3.2.9 APLICAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS ÀS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Foi dado cumprimento às instruções da Direção Geral do Tesouro e Finanças (Ofício Circular n.º 6132 de 6 de agosto de 2010) sobre a contratação pela Metro do Porto da prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000,00 euros, segundo as quais a adoção de qualquer procedimento de contratação deve expressamente conter as seguintes referências: justificação da necessidade de contratar do ponto de vista económico; ausência de soluções internas que permitam assegurar o serviço em causa; explicitação dos objetivos que se pretende alcançar; no termo dos contratos, decorrentes de adjudicações de valor igual ou superior ao referido montante, deve ser elaborado um relatório com os resultados obtidos e respetiva avaliação e os desvios quanto à realização temporal e financeira e sua justificação.

Foi ainda observado o estatuído no Despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças de 12 de setembro de 2012 determinando que não fossem assumidos novos compromissos no âmbito das rubricas 02.02.14 “Estudos, pareceres projetos e consultoria”, 02.02.20 “Outros trabalhos especializados” e 02.02.25 “Outros serviços” e em todas as rubricas do capítulo 50 “Investimentos, com exceção das financiadas por fundos europeus, sem autorização prévia do Ministro de Estado e das Finanças.

No exercício de 2012 não foram adjudicados celebrados atos ou contratos com valor superior a 5 milhões de euros, com exceção das operações de financiamento celebradas com a Direção Geral do Tesouro e Finanças para cobertura das necessidades de financiamento da Metro do Porto. A celebração destes contratos não carece de visto prévio do Tribunal de Contas conforme determina o Art.º 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

6.3.2.10 ADESAO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

A Metro do Porto, S.A. aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, através da celebração de contrato com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP), de 27 de outubro de 2010.

A Comissão Executiva promoveu a obtenção de acordos de atribuição de viaturas com todos os colaboradores e administradores que utilizam viaturas da empresa, com impactos na tributação em sede de IRS a título de remuneração em espécie e está em curso a definição das políticas de aquisição e atribuição de viaturas, tudo em obediência ao Ofício nº 426 de 18 de janeiro 2012 da DGTF.

O quadro seguinte mostra a evolução do número de viaturas utilizadas pela empresa:

	2008	2009	2010	2011	2012
Nº Viaturas	65	65	54	36	33
Taxa de variação	-	0,0%	-16,9%	-33,3%	-8,3%
Nº de veículos novos adquiridos	32	12	8	10	2
Nº de veículos abatidos por veículo novo adquirido	0,06	1,00	2,38	2,80	2,50

6.3.2.11 PRINCÍPIO DA IGUALDADE DO GÉNERO

A Empresa não tem ainda implementado o plano para a igualdade prescrito pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro.

6.3.2.12 PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

O Ofício Circular n.º 82, de 6 de janeiro de 2012, da Direção Geral do Tesouro e das Finanças, definiu uma série de instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para o exercício de 2012. Prevê-se nesse Ofício Circular que no caso de empresas deficitárias, onde se enquadra a Metro do Porto, se deve “garantir um orçamento económico equilibrado, traduzido num valor de EBITDA nulo. Caso não seja possível atingir, em 2012, um EBITDA tendencialmente nulo, assegurar a redução dos CMVMC + FSE + Custos com pessoal...”.



0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

Para apurar os custos relevantes há que retirar aos custos totais as amortizações e os custos relativos a operações de financiamento (nomeadamente as rendas da locação de Eurotrams – operação esta englobada na evolução do endividamento, os custos de assessoria financeira para reestruturação e a avaliação de swaps e o imposto de selo sobre juros):

(valores em milhares de euros)				
CUSTOS TOTAIS	2010	2011	2012	12/11
Custos totais	536.739	526.636	631.969	20,0%
(-) Encargos financeiros	108.177	163.737	188.460	15,1%
(-) Amortizações	52.649	57.333	59.051	3,0%
(-) Gastos Construção - IFRIC 12	114.071	45.943	53.274	16,0%
(-) Direitos de utiliz. IF e MC	5.041	7.213	7.497	3,9%
(-) Provisões líquidas	32.081	61.265	45.990	-24,9%
(-) Reversão de provisões de conservação e reparação	0	-6.453	-3.341	-48,2%
(-) Reduções de justo valor	160.028	135.669	224.757	65,7%
(-) Imparidades de dívidas a receber	0	0	134	-
(-) Imposto de selo	1.585	2.022	894	-55,8%
(-) Gastos e perdas em subs., assoc. e empr. conjuntos	26	283	244	-13,7%
(-) Custos de reestruturação swap	850	131	222	70,1%
(-) Gastos com rescisões de pessoal	35	39	0	-100,0%
Total	62.197	59.452	54.787	-7,8%

Em 2012 continuou a tendência de redução dos custos relevantes, registando-se uma redução dos mesmos de 7,8% face a 2011. As rubricas que explicam no essencial esta evolução são:

(valores em milhares de euros)				
CUSTOS TOTAIS	2010	2011	2012	12/11
Contrato de Operação SML	39.049	39.179	39.921	1,9%
Exploração do Funicular dos Guindais	602	766	704	-8,1%
Comissões TIP	1.528	1.664	1.713	3,0%
Conservação e Reparação	1.995	6.497	3.573	-45,0%
Vigilância e Segurança	4.086	1.493	1.378	-7,7%
Trabalhos Especializados	6.461	2.289	393	-82,9%
Gastos com Pessoal	5.813	4.798	4.250	-11,4%
Outros	2.662	2.766	2.855	3,2%
Total	62.197	59.452	54.787	-7,8%

6.3.2.13 OUTRAS ORIENTAÇÕES NO ÂMBITO DO PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

- O Ofício Circular n.º 82, de 6 de janeiro de 2012 prevê, para além da indicação genérica de equilíbrio do orçamento económica, orientações adicionais referentes a:
- › Despesas em deslocações, ajudas de custo e alojamento devem ser considerados de apenas 50% do valor gasto em 2010;
 - › Despesas em comunicações deverem ser consideradas apenas 50% da média de 2009/2010.

Os quadros seguintes mostram a evolução destas despesas:

	2010	2012	Var.
Deslocações, ajudas de custo e alojamento	61.786	34.190	-45%
	Md. 2009/2010	2012	Var.
Despesas em comunicações	130.465	86.739	-34%

6.3.2.14 REDUÇÃO DO NÚMERO DE EFETIVOS E CARGOS DE DIREÇÃO

Apresenta-se de seguida a tabela prevista no Ofício nº 843/2013 da Direção Geral do Tesouro e das Finanças.

(valores em euros)			
DESIGNAÇÃO	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€)	4.670.342,00	3.811.888,00	3.276.443,94
Gastos com Órgãos Sociais (€)	632.740,00	394.618,00	227.058,00
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	15.061,05	70.382,04	37.175,59
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	1.281.704,24	1.186.357,08	1.021.361,43
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	125.182,02	107.644,13
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	2.720.897,76	2.191.549,92	2.028.024,24
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	129.221,70	102.432,81
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00
Rescisões / Indemnizações (€)	35.000,00	39.363,00	0,00
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	122	113	109
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	12	10	11
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	13	13	14
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	97	90	84

Notas: Órgãos Sociais - inclui Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração; Dirigentes - inclui colaboradores classificados por Dirigente Intermédio de 1.º Grau (SIOE); Efetivos - Inclui Contratos a Termo e Sem Termo, estágios e licenças sem vencimento, não inclui destacados no TIP; RH em unidades - dados a 31 de dezembro; Nos órgãos sociais está incluído um elemento que se encontra, também, nos Dirigentes.

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

6.3.2.15 PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Considera-se cumprido o disposto no Art.º 89º da Lei 64-B/2011, já que não existem quaisquer aplicações financeiras constituídas e as disponibilidades colocadas fora do Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público, I.P. resultam de excedentes pontuais diários para fazer face às necessidades correntes da empresa.

(valores em milhões de euros)

Dados a 31-12-2012	Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público	Outras Entidades
Aplicações Financeiras		
Depósitos	8,96	1,07

6.3.2.16 SÍNTESE DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	CUMPRIMENTO			QUANTIFICAÇÃO
	S	N	N.A.	
Objetivo de Gestão		x		Foram propostos objetivos de gestão ainda não aprovados
Gestão do Risco Financeiro	x			Atribuida ao IGCP através de contrato de mandato
Limites de Crescimento do Endividamento	x			4,6% em 2012, face a 2011
Evolução do PMP a fornecedores	x			-129 dias face a 31-12-2011
Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)	x			15.686.221 euros de pagamento em atraso há mais de 90 dias
Deveres Especiais de Informação	x			Não aplicável
Recomendações do acionista na aprovação de contas		x		Os acionistas não emitiram recomendações para 2012
Remunerações:				
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	x			Não aplicável
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	x			25.524,18 euros de redução remuneratória em 2012
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			11.651,90 euros de redução remuneratória em 2012
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			47.220,56 euros de redução remuneratória em 2012
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 26º da Lei 64-B/2011			x	Não aplicável
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	x			210.076,94 euros de redução remuneratória em 2012
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			508.357,97 euros de redução remuneratória em 2012

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	CUMPRIMENTO			QUANTIFICAÇÃO
	S	N	N.A.	
Artigo 32º do EGP				
Utilização de cartões de crédito				
Reembolso de despesas de representação pessoal				
Contratação Pública				
Normas de contratação pública	x			Não aplicável
Normas de contratação pública pelas participadas	x			Não aplicável
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x	Não aplicável
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x			vol. de aquisições objeto de consulta no SNCP = 0%
Parque Automóvel	x			-3 veículos utilizados pela empresa em 2012, face a 2011
Princípio da Igualdade do Género		x		
Plano de Redução de Custos				
Gastos com pessoal (sem rescisões)	x			-26,9% em 2012, face a 2010
Fornecimentos e Serviços Externos	x			-10,4% em 2012, face a 2010
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes				
Nº de efetivos				-10,0% em 2012, face a 2010
Nº de cargos dirigentes				+7,7% em 2012, face a 2010
Princípio da Unidade de Tesouraria	x			89,4% depósitos no IGCP em 31 de Dezembro 2012

0.1

RELATÓRIO DE GESTÃO

Foram expropriados diversos prédios para construção da denominada linha de Gondomar, da extensão linha Amarela, até Santo Ovídio, e conclusão das obras de inserção urbana em Vila do Conde.

6.3.3 ALÍNEA G) DO ART.º 13º-A DO DECRETO-LEI 300/2007

Dando cumprimento ao estatuído na alínea g) do Art.º 13.º-A do Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de agosto, a Metro do Porto, S.A. exerceu efetivamente os poderes que se encontram enunciados no Art.º 14.º do mesmo diploma, tal como lhe foram conferidos no âmbito da concessão atribuída pelo Estado, através de diploma legal – Bases da Concessão da Metro do Porto, S.A. – instituídas e aprovadas por via do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro.

Dispõe a Base XI, no seu n.º 1, que compete à Metro do Porto, S.A. como entidade expropriante, atuando em nome do Estado, e no uso de poderes de autoridade, realizar as expropriações e constituir as servidões necessárias à construção do Sistema, nos termos da legislação em que assenta a Concessão, e bem assim do Código das Expropriações.

Nessa sequência, a Metro do Porto, S.A. sempre que leva a cabo processos expropriativos para a construção de partes do Sistema, cuja construção e exploração lhe foi cometida, apresenta oportunamente ao Estado, aqui representado pela Secretaria de Estado dos Transportes, Obras Públicas e Comunicações, todos os elementos e documentos necessários à prática do ato de declaração de utilidade pública, de acordo com a legislação em vigor e assegura a gestão administrativa dos processos até final.

No exercício desta competência foram expropriados diversos prédios para construção da denominada linha de Gondomar, da extensão linha Amarela, até Santo Ovídio, e conclusão das obras de inserção urbana em Vila do Conde.

Relativamente ao domínio público ferroviário, estatui a Base VIII que as infraestruturas existentes desde a Trindade até à Póvoa de Varzim e até à Trofa, nelas se incluindo as linhas, estações, outras instalações imobiliárias e direitos inerentes ao transporte ferroviário, assim como a faixa de terreno na estação de Campanhã, são afetadas à Metro do Porto, S.A., verificando-se assim, uma transferência de domínio no que concerne às referidas infraestruturas, pelo período de duração da concessão.

Estabelece o n.º 1 da Base X que o Estado pode ainda facultar à Metro do Porto, S.A. o direito de utilização do domínio público abrangido pelo Sistema para efeitos de implantação e exploração das infraestruturas mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Tutela Sectorial.

No âmbito da concessão que lhe foi atribuída a Metro do Porto, S.A. tem mantido com regularidade e eficácia o serviço de transporte público de passageiros, numa primeira fase até 31 de março de 2010, com o Consórcio Normetro – Agrupamento Metropolitano do Porto, ACE, e desde então até à atualidade com o Consórcio ViaPorto, na sequência do Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a Subconcessão da Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto.

6.3.4 ALÍNEA I) DO ART.º 13º-A DO DECRETO-LEI 300/2007

Durante 2012 o Presidente do Conselho de Administração convocou 21 reuniões, das quais 6 não se realizaram por falta de quórum. Destacam-se as seguintes deliberações tomadas por esse Órgão Social:

- › Aprovação da contratação de novas linhas de financiamento;
- › Aprovação do Relatório e Contas e do Relatório e Contas Consolidadas do exercício de 2011;
- › Aprovação da celebração de contrato de mandato com representação com o IGCP, EPE para representar a Sociedade na gestão das operações de instrumentos financeiros derivados;
- › Aprovação do pagamento à Autoridade Tributária do valor de IVA liquidado oficiosamente, apesar de tais liquidações serem todas objeto de processos judiciais de impugnação e execução fiscal;
- › Aprovação do Protocolo e do Regulamento para a gestão do Interface Casa da Música e o orçamento respetivo para o ano de 2012;
- › Aprovação do Plano de Atividades e do Orçamento da Metro do Porto, S.A. para 2013 que inclui o Plano de Reestruturação e o Plano de Alienação de Imóveis.



0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

7. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

7.1 INVESTIMENTO



O nível de investimento realizado pela Metro do Porto em 2012 ascendeu a 53,3 milhões de euros, incluindo 36,7 milhões de euros de provisão constituída no âmbito do processo de contencioso com a Autoridade Tributária sobre a dedutibilidade de despesas de IVA em empreitadas de inserção urbana (ver ponto 7.3 abaixo). Sem este último montante, o investimento em 2012 ascenderia a 16,6 milhões de euros, uma redução de 68,3% face a 2011. A redução do montante de investimento resulta da suspensão de novas empreitadas sendo o investimento realizado referente na sua grande maioria à conclusão das empreitadas de construção da ligação Estádio do Dragão – Fânzeres e D. João II – Santo Ovídio, assim como à conclusão de obras complementares do Sistema.

Em termos acumulados, o investimento realizado no projeto alcançou os 2.633 milhões de euros (2.596 milhões de euros sem a provisão acima referida).

Na tabela seguinte são apresentados os custos médios de construção por km de linha resultantes dos valores (quer já contabilizados quer de estimativas para os restantes) constantes do Orçamento Plurianual de Investimento subjacente ao Orçamento da Metro do Porto para o exercício de 2013. Estes custos unitários reconstituem cerca de 1.800 dos cerca de 2.500 milhões de euros incluídos no Orçamento Plurianual de Investimento (valor este que exclui imobilizações de custos com pessoal, custos financeiros e despesas gerais). O restante valor corresponde a rubricas que não variam de forma evidente com a extensão da rede e representam um total de cerca de 700 milhões de euros: principalmente, material circulante, Parque de Máquinas e Oficinas (PMO), ponte Infante D. Henrique, transportes alternativos, interfaces, pré-operação, ligação rodoviária Serpa Pinto - VL9.

(milhões de euros)

LINHA	Custo sem Estações Especiais / Km	Custo / Estação Especial	Custo sem Estações Especiais / Km
Azul - superfície	19,5	31,9	26,8
Troço Sr. Matosinhos - Sra. Hora	16,4		
Troço Sra. Hora - Trindade	20,1	32,3	31,2
Troço Campanhã - Antas	32,4	31,1	59,0
Azul - subterrâneo	25,8	32,7	75,1
Vermelha	13,6		
Verde - dupla (FC-ISMAI)	18,8		
Amarela - superfície	37,7	20,5	43,1
Troço H. S. João - Pólo Universitário	44,4		
Troço Ponte D. Luís - João Deus (exc. Ponte)	36,1		
Troço João de Deus - D. João II	27,1		
Troço D. João II - Stº Ovídio	41,8	20,5	86,0
Amarela - subterrâneo	23,1	30,0	78,6
Amarela - Ponte	32,9		
Violeta	n.d.	n.d.	28,0
Laranja - superfície	26,7		
Laranja - subterrâneo	18,7		
Superfície em via dupla	18,8*	29,0*	21,0
Subterrâneo	23,4	30,9	77,2**

* Excluindo antena do Aeroporto

** Excluindo antena de Gondomar (não tem estações especiais)

7.2 FINANCIAMENTO

No final de 2012, o endividamento remunerado líquido da Metro do Porto, S.A. ascendia a cerca de 2.710 milhões de euros. Foi contraído para pagar, nos dezanove anos entre 1994 e 2012, o seguinte (valores aproximados):

Obras	1.755 milhões de euros
Transporte de passageiros*	130 milhões de euros
Gestão do projeto	75 milhões de euros
Encargos Financeiros**	750 milhões de euros

* sem rendas de locação de veículos

** incluindo encargos financeiros relativos à locação de veículos

QCA II e QCA III – FEDER

No âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 1994 – 1999 (QCAII) e do Quadro Comunitário de Apoio 2000 – 2006 (QCA III), foram recebidos 368,8 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), relativos aos projetos “Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto e Obras Complementares” e “Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto e Obras Complementares – 2ª Fase”. Estes projetos estão encerrados, nada mais havendo a receber.

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

PIDDAC – PROGRAMA DE INVESTIMENTOS E DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO
DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Até 31 de dezembro de 2012, a dotação total acumulada desde 1996 atribuída ao Sistema de Metro Ligeiro no âmbito do PIDDAC ascendia a 159,7 milhões de euros, o que equivale a 6,1% do montante total do investimento realizado.

(valores em milhares de euros)					
Projeto	1996/09	2010	2011	2012	TOTAL
Sistema de Metro Ligeiro	103.041	0	0	1.750	104.791
Ponte Infante	33.760	0	0	0	33.760
Tram Train	8.000	0	0	0	8.000
Dragão - Fânzeres	0	7.000	1.125	0	8.125
D. João II - Santo Ovídio	0	0	5.000	0	5.000
Total	144.800	7.000	6.125	1.750	159.675

Foi comunicada à Metro do Porto, a 15 de setembro de 2011, a atribuição da dotação de 2 milhões de euros no âmbito do PIDDAC 2012, destinada ao projeto “Obras complementares” ao Sistema de Metro Ligeiro. A dotação atribuída foi entretanto objeto de cativação de 12,5% (250 mil euros), conforme comunicação à Metro do Porto a 12 de janeiro de 2012.

A 31 de dezembro de 2012 a dotação global de 1,75 milhões de euros atribuída no âmbito do PIDDAC 2012 encontrava-se totalmente regularizada.

Foi comunicado à Metro do Porto, a 14 de agosto de 2012, a atribuição de nova dotação de 2 milhões de euros no âmbito do PIDDAC 2013, destinada ao projeto “Obras complementares” ao Sistema de Metro Ligeiro, valor que veio a ser inscrito na Lei 66-B/2012, de 30 de dezembro, de publicação do Orçamento de Estado para 2013. Não foi, até à data, comunicada qualquer cativação à dotação atribuída.

QREN – FEDER / Fundo de Coesão

A Metro do Porto apresentou três candidaturas ao Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2 - O Novo Norte).

Na sequência de uma Reprogramação do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), duas dessas operações, inicialmente aprovadas no ON.2, transitaram para o POVT, passando o seu financiamento a ser assegurado através do Fundo de Coesão. A Reprogramação foi aprovada pela Comissão Europeia em dezembro de 2011 e a transição das operações ocorreu em março de 2012, data da deliberação da Comissão Diretiva do POVT. Essa transição foi formalizada na 1ª adenda aos contratos, assinada a 14 de maio de 2012.

Durante o ano de 2012 foram aprovadas duas atualizações à taxa de cofinanciamento das operações, inicialmente fixada em 70% do montante elegível: em agosto, a taxa foi revista para 85%; em dezembro para 95%. Essas alterações levaram à assinatura de duas adendas aos contratos, em outubro de 2012 e janeiro de 2013.

Em virtude da transição das operações para o POVT, foram efetuadas duas ações de verificação da conformidade da operação. Uma foi efetuada diretamente pelo POVT, incidindo na análise da contratação pública, tendo resultado numa correção financeira de 10% sobre os contratos de empreitada das duas operações transitadas; a outra, levada a cabo pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Júlio Alves, Mário Baptista & Associados, recaiu sobre o processo de aprovação e validação das despesas, não tendo daí decorrido qualquer proposta de correção financeira às operações.

(valores em milhares de euros)									
Código da Operação	Operação	Data de Candidatura	Decisão em Vigor				Execução a 31/12/2012		
			Data de Aprovação	Despesa Elegível	Taxa de Comparticipação	Comparticipação	Despesa Elegível Submetida	Comparticipação	Desembolso
NORTE-10-0350-FEDER-000001	Extensão da rede de metro à Estação de D. João II	07-11-2008	08-07-2009	4.192	70%	2.935	0	0	0
POVT-11-0150-FCOES-000013	Extensão da rede de metro à Estação de Santo Ovídio e Interface da Estação D. João II	09-12-2009	15-09-2010	28.275	95%	26.861	20.526	19.499	19.499
POVT-11-0150-FCOES-000014	Extensão da Rede de Metro do Porto entre o Estádio do Dragão e Fânzeres	31-12-2009	09-11-2010	114.086	95%	108.382	84.787	80.548	80.548
Total				146.553		138.177	105.313	100.047	100.047

Extensão da Rede de Metro à Estação D. João II

Em março de 2011, a Autoridade de Gestão remeteu à Metro do Porto um ofício onde foi dado conhecimento da decisão de revogação desta operação, na sequência de uma auditoria ao sistema de gestão e controlo do Programa Operacional do Norte 2007-2013. A Autoridade de Gestão “decidiu pela não elegibilidade da despesa, decorrente do contrato de empreitada, e considerou intangíveis os objetivos físicos e funcionais da candidatura e da despesa dos restantes contratos (...)”. Não concordando com essa posição, a Metro do Porto instaurou uma ação administrativa especial para anular a decisão da Autoridade de Gestão. Em fevereiro de 2012 o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto informou a Metro do Porto de que a decisão seria tomada sem audiência de julgamento e por mero despacho, notificando-a para apresentar alegações, o que foi feito em março seguinte. Aguarda-se, ainda, que seja proferida a decisão final.

0.1

RELATÓRIO DE GESTÃO

Extensão da Rede de Metro à Estação de Santo Ovídio e Interface da Estação D. João II

Esta operação foi alvo de uma Reprogramação temporal para adiamento da data de conclusão para 31 de dezembro de 2012, alteração cuja formalização consta da mesma adenda que altera a taxa de participação para 85%. Posteriormente a taxa de participação sofreu nova alteração (em dezembro de 2012) para 95%.

Durante o ano de 2012, foram submetidos sete pedidos de pagamento num total de investimento elegível de 9.651.586 euros, totalmente desembolsados a 95% no mesmo ano. Em 2012 foi recebido um total de 11.087.774 euros que inclui, para além do reembolso dos pedidos de pagamento apresentados, o efeito dos aumentos da taxa de cofinanciamento sobre investimento elegível submetido em anos anteriores, deduzido da correção financeira efetuada sobre o contrato de empreitada. Esta operação apresenta uma taxa de execução de 73% e recebimentos acumulados de 19,5 milhões de euros.

Extensão da Rede de Metro do Porto entre o Estádio do Dragão e Fânzeres

Esta operação foi alvo de uma Reprogramação que se consubstanciou na alteração da designação do projeto, na prorrogação da data de conclusão para 31 de dezembro de 2012 e no abatimento do IVA incluído no custo total da operação. Foi assinada uma adenda ao contrato a 31 de maio de 2012 que formalizou essas alterações. Posteriormente a taxa de participação sofreu nova alteração (em dezembro de 2012) para 95%.

Durante o ano de 2012, foram submetidos seis pedidos de pagamento num total de investimento elegível de 5.821.488 euros, totalmente desembolsados a 95% no mesmo ano. Em 2012 foi recebido um total de 22.263.973 euros que inclui, para além do reembolso dos pedidos de pagamento apresentados, o efeito dos aumentos da taxa de cofinanciamento sobre

investimento elegível submetido em anos anteriores, deduzido da correção financeira efetuada sobre o contrato de empreitada. Esta operação apresenta uma taxa de execução de 74% e recebimentos acumulados de 80,5 milhões de euros.

QCA III - FUNDO DE COESÃO

O projeto designado “Ligação do Aeroporto Sá Carneiro à Linha da Póvoa Duplicada, candidatado ao Fundo de Coesão no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 2000 – 2006 (QCA III), em serviço desde maio de 2006, consagra 90,2 milhões de investimento elegível participado a 75%.

Em 2011 foi enviado à Gestão Sectorial – POVT (Programa Operacional de Valorização do Território) – o Relatório Final do projeto. Nesse ano, foi solicitado o pagamento antecipado de 50% do saldo final no montante de 6.768.190 euros, desembolso que apenas veio a ocorrer em maio de 2012. Em dezembro de 2012, foram recebidos mais 25% do saldo final em consequência da emissão da declaração de encerramento do projeto por parte da Inspeção-Geral de Finanças. Assim, para o encerramento deste financiamento a fundo perdido, apenas falta o recebimento dos últimos 25% do saldo final, no valor de 3.384.095 euros que se encontra pendente da decisão de encerramento a emitir pela Comissão Europeia.

PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS DE CAPITAL

Tendo em vista o financiamento do conjunto de alterações ao projeto, aprovadas pelo Governo em 2001, o acionista Estado, através de Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças e do Equipamento Social de 28 de junho de 2001 comprometeu-se à “realização de prestações acessórias no montante de 10 (dez) milhões de contos, até 2004, com a seguinte repartição indicativa”:

(valores em milhares de euros)				
2001	2002	2003	2004	2005
7.482	12.470	14.964	14.964	49.880

Tendo em conta o previsto neste Despacho, a Empresa contabilizou no exercício de 2001 as prestações acessórias indicativas para esse ano. Dado o não recebimento desse montante, nem dos valores previstos para os períodos subsequentes, esse movimento foi anulado no exercício de 2002.

PROTOCOLO CP/REFER

Nos termos do protocolo celebrado assinado, em setembro de 1998, entre o Estado Português, a Área Metropolitana do Porto, a CP e a REFER, foram inicialmente transferidos para os quadros da Metro do Porto 255 funcionários que estavam afetos aos serviços das linhas da Póvoa e da Trofa e cuja operação foi encerrada para a realização das obras de implementação do Sistema de Metro Ligeiro.

Do total de funcionários inicialmente transferidos, encontravam-se ainda vinculados à Metro do Porto em 31 de dezembro de 2012 nove funcionários (dez em 31 de dezembro de 2011), tendo a Empresa incorrido em custos com salários e valores indemnizatórios para as rescisões entretanto ocorridas que se estimam ascender, a 31 de dezembro de 2012, a cerca de 16,9 milhões de euros.

O protocolo celebrado em 1998 prevê a cobertura financeira por parte do Estado “para custear as ações objeto deste protocolo”. O Estado foi repetidamente solicitado a cumprir este protocolo. A entrega daquele valor por parte do Estado ainda não ocorreu.

PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS DE CAPITAL RELATIVAS A CUSTOS COM PROCESSOS EXPROPRIATIVOS

As Bases de Concessão do Sistema de Metro Ligeiro, aprovadas pela Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, com as alterações decorrentes da Lei n.º 161/99, de 14 de setembro, do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, do Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de novembro, do Decreto-Lei n.º 33/2003, de 24 de

fevereiro, do Decreto-Lei n.º 166/2003, de 24 de julho e do Decreto-Lei n.º 233/2003, de 27 de setembro, estatuíam na Base XI que, “o Estado suporta, mediante a realização de prestações acessórias à concessão, os custos inerentes à condução dos processos expropriativos e o pagamento das indemnizações ou de outras compensações aos expropriados, e aos titulares de prédios servientes, bem como os custos decorrentes da aquisição por via do direito privado dos bens imóveis e direitos a eles inerentes no que respeita aos prédios e parcelas a expropriar ou a adquirir a particulares”.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, a Base XI sofreu alteração na sua redação, prevendo agora que o Estado “pode suportar os custos inerentes à condução dos processos expropriativos e o pagamento das indemnizações ou de outras compensações aos expropriados, e aos titulares de prédios servientes, bem como os custos decorrentes da aquisição por via do direito privado dos bens imóveis e direitos a eles inerentes no que respeita aos prédios e parcelas a expropriar ou a adquirir a particulares”.

Não é ainda conhecido o valor final do custo com expropriações decorrentes das obras da concessão determinadas pelo Estado até 1 de outubro de 2008, uma vez que ainda estão em curso alguns processos expropriativos. Esse valor, até ao momento integralmente suportado pela Empresa através de financiamento intercalar é estimado (líquido da participação de fundos comunitários) em cerca de 133,6 milhões de euros.

Posteriormente à alteração das Bases da Concessão de outubro de 2008, não foram determinadas pelo Estado quaisquer obras que tenham obrigado à ins- trução de mais processos expropriativos.

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

BEI – BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

As duas linhas de financiamento contratadas com o Banco Europeu de Investimento, no montante global de 803,7 milhões de euros, encontram-se integralmente utilizadas desde abril de 2009.

(valores em milhares de euros)

CONTRATO	DATA DO CONTRATO	VALOR CONTRATO	VALOR EM DÍVIDA
BEI I			
Tranche A	16-11-1998	99.760	73.157
Tranche B	26-03-2001	100.000	93.333
Tranche C	05-11-2001	100.000	93.333
Tranche D	15-05-2002	243.930	243.930
Sub-Total		543.690	503.754
BEI II			
Tranche A	29-11-2004	120.000	114.783
Tranche B	16-12-2004	80.000	76.522
Tranche C	29-10-2008	60.000	60.000
Sub-Total		260.000	251.304
TOTAL		803.690	755.058

As operações contratadas com esta entidade pre-veem um perfil de amortização com um período ini-cial de carência de capital, tendo-se iniciado em 2009 a amortização da tranche A do primeiro contrato de financiamento. O esforço de amortização, crescente a partir de 2012 com a amortização de 28,7 milhões de euros, ascenderá a cerca de 45 milhões de euros anuais no período de 2013 a 2017.

RESTANTE FINANCIAMENTO

No exercício de 2012 foram efetuados reembolsos, nos termos contratualmente previstos, de opera-ções de financiamento no montante global de 182,5 milhões de euros (incluindo amortização de 30,0 milhões de euros de reembolso de linhas de curto prazo utilizadas a 31 de dezembro de 2011).

O acionista Estado assegurou a liquidez da Empresa através da contratação de diversas operações de financiamento pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, no montante de 309,0 milhões de euros, conforme inscrito no Orçamento de Estado para 2012. Este montante acresce ao financiamento obtido em 2011 no montante de 593,0 milhões de euros, elevando os empréstimos obtidos junto da Direção Geral do Tesouro, a 31 de dezembro de 2012, a 902,0 milhões de euros.

O endividamento da empresa junto de instituições financeiras ascendia, no final do exercício, a cerca de 1,8 mil milhões de euros, incluindo as linhas de financiamento contratadas com o Banco Europeu de Investimento (755,1 milhões de euros) e as operações de locação operacional sobre o material circulante (197,3 milhões de euros). Cerca de 1,0 mil milhões de euros beneficiaram de garantia da República.

O passivo remunerado da Metro do Porto ascende assim, no final de 2012, a 2,7 mil milhões de euros.

CONTRATO PROGRAMA

Por iniciativa da Metro do Porto, e na sequência de uma apresentação informal em julho de 2002, foi apresentada em setembro de 2002 uma primeira proposta formal de contrato programa que visava dar cumprimento ao disposto nas Bases de Concessão do projeto, de acordo com a sua formulação aprovada pelo Decreto – Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro. Esta proposta veio a ser reformulada ainda em 2002.

Em cumprimento da recomendação constante do relatório de Auditoria Técnico - Financeira à Metro do Porto elaborado pela Inspeção - Geral de Finanças, segundo a qual caberia à Metro do Porto “apresentar em 2005 ao Governo e à Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, uma proposta sobre as obriga-ções de serviço público e respetivo financiamento”, a Metro do Porto remeteu em dezembro de 2005 nova proposta de contrato programa.

As novas Bases de Concessão do projeto, aprovadas pelo Decreto – Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, introduzindo alterações à figura do contrato pro-grama e timings de celebração, reforçam a neces-sidade da sua celebração, estando previsto no n.º 1 da Base XV que “O Estado prestará à concessionária compensações financeiras pela prestação de serviço de interesse geral, devendo estas ser objeto de contratos-programa ou contratos de serviço público”.

POLÍTICA DE GESTÃO DA EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Não foi contratada, em 2012, qualquer instrumento de cobertura de risco de taxa de juro.



0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

7.3 SITUAÇÃO PATRIMONIAL

As demonstrações financeiras de 2012 foram preparadas no pressuposto da continuidade da atividade da Sociedade, dependente do apoio financeiro do Estado, através de operações de financiamento, dotações de capital ou indemnizações compensatórias, que permitam dotar a empresa de fundos para cumprir os seus compromissos financeiros e desenvolver a sua atividade de transporte público de passageiros. Conforme determina o Art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que seja submetida esta matéria a deliberação dos Senhores Acionistas de modo a adotarem medidas que visem a reposição do capital próprio da Sociedade, por forma a assegurar uma adequada cobertura do seu Capital Social.

Durante o período, foram reclassificadas as seguintes rubricas do balanço:

- › “Instrumentos financeiros derivados”, de ativos correntes para ativos não correntes, de forma a representar adequadamente a posição dos instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro face ao correspondente ativo coberto;
- › Valor referente a “Benefício e Penalidade Contratual” apurado nos termos do mecanismo *Bónus/Malus* previsto no contrato de subconcessão, reclassificado de diferimentos para dívidas de terceiros por se entender que, em substância, representam Acréscimos de Rendimentos.

[valores em milhares de euros]				
	2010	2011	2012	12/11
Ativo Não Corrente	2.250.580	2.245.566	2.236.115	-0,4%
Ativos fixos tangíveis	3.980	3.686	3.421	-7,2%
Ativos intangíveis	2.217.613	2.213.165	2.207.673	-0,2%
Instrumentos financeiros derivados	28.690	28.441	24.745	-13,0%
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	296	274	276	0,6%
Ativo Corrente	34.064	149.811	104.616	-30,2%
Clientes	6.282	12.349	10.916	-11,6%
Estado e outros entes públicos	11.058	20.384	21.241	4,2%
Outras contas a receber	2.949	13.307	52.208	292,3%
Diferimentos	81	40	36	-11,3%
Outros ativos financeiros	11.710	10.047	10.188	1,4%
Caixa e depósitos bancários	1.984	93.685	10.027	-89,3%
ATIVO	2.284.643	2.395.377	2.340.731	-2,3%
Capital realizado	7.500	7.500	7.500	0,0%
Outros instrumentos de capital próprio	0	0	225	-
Ajustamentos em instrumentos financeiros derivados	-10.063	-15.539	-19.942	-28,3%
Resultados transitados	-1.071.814	-1.424.393	-1.822.402	-27,9%
Ajustamentos em participações financeiras	835	818	1.456	78,0%
Subsídios ao investimento	500.902	559.205	583.981	4,4%
Outras variações no capital próprio	339	339	1.980	484,6%
Resultado líquido do período	-352.579	-397.199	-491.357	-23,7%

[valores em milhares de euros]				
	2010	2011	2012	12/11
CAPITAL PRÓPRIO	-924.880	-1.269.269	-1.738.559	-37,0%
Passivo Não Corrente	2.892.344	3.375.729	3.825.936	13,3%
Provisões	189.920	276.249	390.607	41,4%
Financiamentos obtidos	2.159.452	2.414.539	2.520.926	4,4%
Outros passivos financeiros	542.972	684.941	914.403	33,5%
Passivo Corrente	317.179	288.917	253.355	-12,3%
Fornecedores	33.331	20.580	14.554	-29,3%
Fornecedores de Investimento	80.532	28.708	14.916	-48,0%
Estado e outros entes públicos	324	375	167	-55,6%
Financiamentos obtidos	180.943	217.992	202.572	-7,1%
Outras contas a pagar	21.473	20.256	20.491	1,2%
Outros passivos financeiros	577	1.005	655	-34,8%
PASSIVO	3.209.523	3.664.646	4.079.290	11,3%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2.284.643	2.395.377	2.340.731	-2,3%

Do lado do Ativo Não Corrente, e de acordo com o previsto no Sistema de Normalização Contabilística, com aplicação supletiva das IAS/IFRS, nomeadamente da IFRIC 12 respeitante à contabilização das concessões, nos termos do qual o direito de exploração do Sistema passa a estar relevado nas Demonstrações Financeiras como um Ativo Intangível associado à concessão do Sistema de Metro Ligeiro atribuída à Metro do Porto em 1998 por um período de 50 anos.

A relevação do direito de exploração encontra justificação no modelo de negócio da Empresa, traduzido nas bases da concessão, isto é, a construção e manutenção do Sistema durante o período da concessão é compensada pelo direito de aceder e operar a infraestrutura cobrando um preço aos utentes do serviço público e pelo Estado para prestar um serviço público em nome do concedente.

No que respeita ao Ativo Corrente, destacam-se as subidas das rubricas Outras Contas a Receber (mais 292,3% para um valor no final do exercício de 52,2 milhões de euros), resultado do pagamento feito à Autoridade Tributária no âmbito do contencioso do IVA (30,6 milhões) e da contabilização da penalidade contratual a aplicar ao subconcessário nos termos da cláusula 37.2 do contrato de subconcessão (7,1 milhões de euros em 2012 apurados provisoriamente com a informação disponível à data, 18,3 milhões de euros desde o início do contrato).

Encontra-se ainda registada uma dívida do Estado de 21,2 milhões de euros, resultado de retenção de reembolsos de IVA solicitados para compensação de dívidas fiscais que estão a ser discutidas nas impugnações judiciais pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.

0.1
RELATÓRIO
DE GESTÃO

Regista-se uma redução significativa no montante de depósitos bancários, de 93,7 milhões de euros no final de 2011 para 10,0 milhões de euros no final de 2012. Esta variação decorre do valor extraordinariamente elevado no final do exercício anterior, devido à operação de financiamento celebrada com o IGCP, cujo produto foi recebido com data-valor de 31 de dezembro de 2011.

Do lado do capital próprio, o novo normativo contabilístico prevê a contabilização em capital próprio dos subsídios ao investimento atribuídos à Metro do Porto, sendo reconhecidos anualmente em resultados do exercício de acordo com o perfil de amortização do ativo associado. A variação da rubrica em 2012 é resultado das verbas recebidas de PIDDAC e Fundos Comunitários e da redução por imputação de subsídios para investimentos.

Do lado do Passivo, registou-se um forte esforço de regularização das dívidas a fornecedores correntes e de investimento, com uma redução de 40,2% das dívidas no final do exercício quando comparadas com as registadas a 31 de dezembro de 2011. O valor de dívidas a fornecedores no final de 2012 ascendia a 29,5 milhões de euros, dos quais 15,1 milhões de euros da fatura em dívida há mais de 360 dias referente ao acordo final de acerto de contas celebrado com o consórcio Normmetro, ACE (cujo pagamento se encontra pendente de aprovação das Tutelas) e 9,3 milhões de euros relativos à subconcessão da operação do Sistema de Metro Ligeiro.

O prazo médio de pagamento, calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, alterada pelo Despacho n.º 9870/2009, apresenta uma redução significativa entre 2011 e 2012. Merece destaque o facto das dívidas a fornecedores, para efeitos do cálculo do Prazo Médio de Pagamento conforme legislação referida anteriormente, serem apuradas pela média das dívidas registadas no final de cada um dos trimestres de 2012 (maior no início do ano de 2012 do que no fim), o que não permite evidenciar o esforço de redução das dívidas a fornecedores efetuado pela Empresa ao longo do ano.

Evolução do Prazo Médio de Pagamento	2010	2011	2012
Prazo Médio de Pagamento (Despacho n.º 9870/2009)	175 dias	245 dias	116 dias

O valor das Provisões é maioritariamente composto pelo montante estimado para renovação das infra-estruturas e respetiva atualização financeira, nos termos do novo normativo contabilístico subjacente às demonstrações financeiras, as quais foram reforçadas no exercício em 77,2 milhões de euros. O stock de provisões referentes a processos judiciais e de contencioso em curso ascende a 74,1 milhões de euros, conforme melhor detalhado na nota 15 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

A evolução da rubrica de financiamentos obtidos não correntes reflete as operações de financiamento celebradas em 2012, líquidas da transferência para financiamento bancário corrente dos montantes a liquidar em 2012 no montante total de 202,6 milhões de euros (referentes a amortizações de empréstimos celebrados com a DGTF, operações de mútuos e das linhas de financiamento BEI). Em resultado do novo normativo contabilístico, passaram a ser relevadas em financiamento bancário as operações de locação operacional contratadas entre 2002 e 2004, assim como as locações financeiras e bonificação de juros das linhas de financiamento do BEI.

Em fevereiro de 2012 foi tomada a decisão de proceder ao pagamento das liquidações feitas pela Administração Tributária e Aduaneira à Sociedade até essa data, relativas ao IVA que incide sobre as obras de inserção urbana que havia sido reembolsado à Sociedade, isto apesar de estarem todas elas a ser objeto de impugnação judicial. Daí em diante foi adotado o mesmo procedimento para as novas liquidações da mesma natureza interpostas pela Administração Tributária e Aduaneira à Sociedade. Durante 2012 os pagamentos efetuados ascenderam a 30,6 milhões de euros o que contribuiu para o endividamento da empresa.



Esta decisão não prejudicou o regular andamento dos processos de impugnação instaurados pela Empresa, cujo resultado favorável determinará o reembolso (acrescido de juros à taxa anual de 4%) das quantias entregues para se obter declaração de regularidade da situação contributiva da Metro do Porto, imprescindível para a entrada de fundos comunitários que de outro modo ficaria inibida.

Aguarda-se decisão sobre tais impugnações judiciais apresentadas pela Metro do Porto aos processos executivos relativos a liquidações de IVA, instaurados pela Administração Tributária. Foram entretanto emitidos diversos pareceres do Ministério Público todos concluindo pela procedência das impugnações judiciais apresentadas pela Metro do Porto.

Não existem dívidas em mora ao Estado relacionadas com a Segurança Social.

7.4 EXPLORAÇÃO

Apesar da redução da procura do Sistema de Metro Ligeiro, manteve-se em 2012 a melhoria da taxa de cobertura de operação, que compara as receitas de

tarifário com os principais custos diretos de operação - onde se incluem os custos da prestação de serviços de operação/subconcessão, os custos de vigilância e segurança, o custo com a equipa de fiscalização da operação (função internalizada na Metro do Porto já em 2010) assim como as comissões pagas ao TIP, ACE pela gestão do sistema de bilhética.

Tal como no ano anterior, a melhoria registada em 2012 foi essencialmente sustentada na receita de bilheteira (subida de 8,7% da receita total gerada, crescimento de 11,2% da receita por validação). Contribuiu ainda para a melhoria da taxa de cobertura da operação a redução em 27,3% dos custos suportados com vigilância e segurança em resultado da adjudicação, após concurso público, do contrato de prestação deste serviço, tendo sido possível manter os níveis de segurança prestada aos passageiros transportados.

Concluiu-se o exercício de 2012 com uma taxa de cobertura média anual da operação do Sistema de 90,8%, 6,4 pp acima do valor registado em 2010 e 17,7 pp acima do valor registado em 2011. No capítulo 7.5 deste relatório é alargada esta análise passando a considerar-se a atividade global da empresa com a análise do indicador taxa de cobertura global.

(valores em milhares de euros)				
CONTA EXPLORAÇÃO PARQUE METRO	2010	2011	2012	12/11
Vendas e Prestações de Serviço	31.141	35.546	38.633	8,7%
Custo Vendas e Prest. Serviço	42.570	42.092	42.530	1,0%
Margem Bruta	-11.428	-6.545	-3.897	-40,5%
Taxa de Cobertura	73,2%	84,4%	90,8%	6,4 pp

0.1

RELATÓRIO DE GESTÃO

Em termos absolutos, conclui-se o ano com uma margem bruta da operação do Sistema de Metro Ligeiro deficitária em 3,9 milhões de euros, 40,5% inferior ao valor registado no ano anterior, refletindo uma poupança de 2,6 milhões de euros.

A receita proveniente do serviço público de transporte do Sistema de Metro Ligeiro (excluindo publicidade) ascendeu em 2012 a 38,6 milhões de euros, apresentando como já referido um crescimento de 8,7% face ao ano anterior.

A receita por validação aumentou em 2012 cerca de 11,2% para os 70,89 cêntimos por validação (63,77 cêntimos por validação em 2011). Contribuem para esta variação anual três alterações tarifárias: aumento extraordinário de agosto de 2011 (aumento médio ponderado do tarifário de 14,1%); aumento ordinário em fevereiro de 2012 (aumento médio ponderado do tarifário de 22,1%); alteração às regras de subsídio das assinaturas 4_18@escola.tp e sub23@superior.tp, passando esta a ser dependente do nível de rendimento do agregado familiar.

Fruto da redução de 0,6% do percurso médio, a receita por passageiro-km subiu 11,8% para 13,68 cêntimos (12,23 cêntimos em 2011).

O custo das vendas e prestações de serviços ascendeu a 42,5 milhões de euros, representando uma subida de

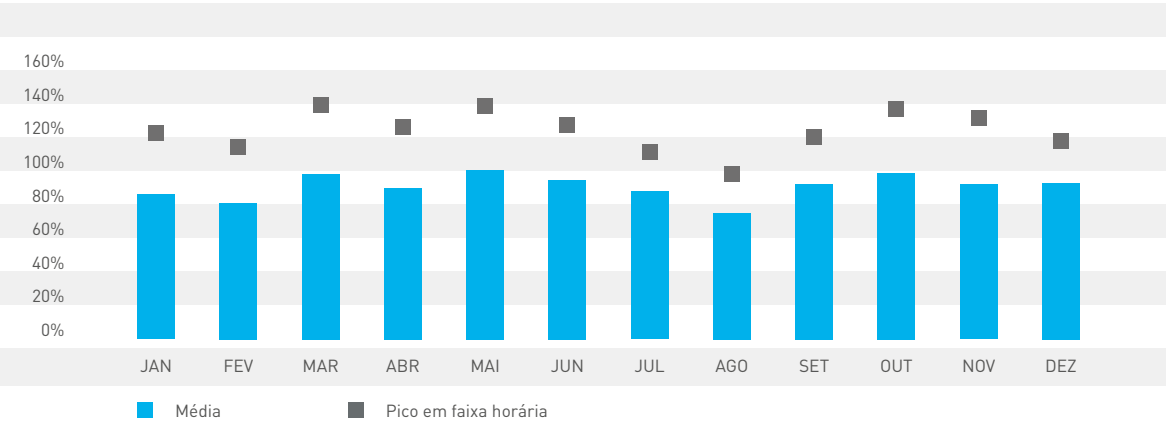
1,0% face ao ano transato. Para esta variação contribuem os aumentos de 2,2% do custo com o contrato de operação do SML (que representa 93,1% destes custos, sendo a variação resultado do mecanismo contratual de revisão de preços) e de 3,3% das comissões pagas ao TIP, ACE pela gestão da rede de vendas (resultado do aumento da comissão de rede de vendas, apurada em função da receita repartida, parcialmente compensado pela redução do fee de validação apurado em função do número de validações registadas).

Registou-se uma redução de 4,4% no custo de operação por lugar km oferecido (2,61 cêntimos em 2012 face a 2,73 cêntimos no ano anterior), tendo o custo de operação por passageiro-km evoluído em sentido contrário, fruto da redução da procura, aumentando 4,0% para 15,06 cêntimos (14,48 cêntimos no período homólogo).

Analisando a taxa de cobertura por faixa horária, verificaram-se valores consistentemente superiores a 100% nas faixas horárias 7h – 9h, 13h – 15h e 17h – 19h (excepto no mês de agosto e pontualmente em julho), tendo sido registados valores superiores a 100% noutras faixas horárias.

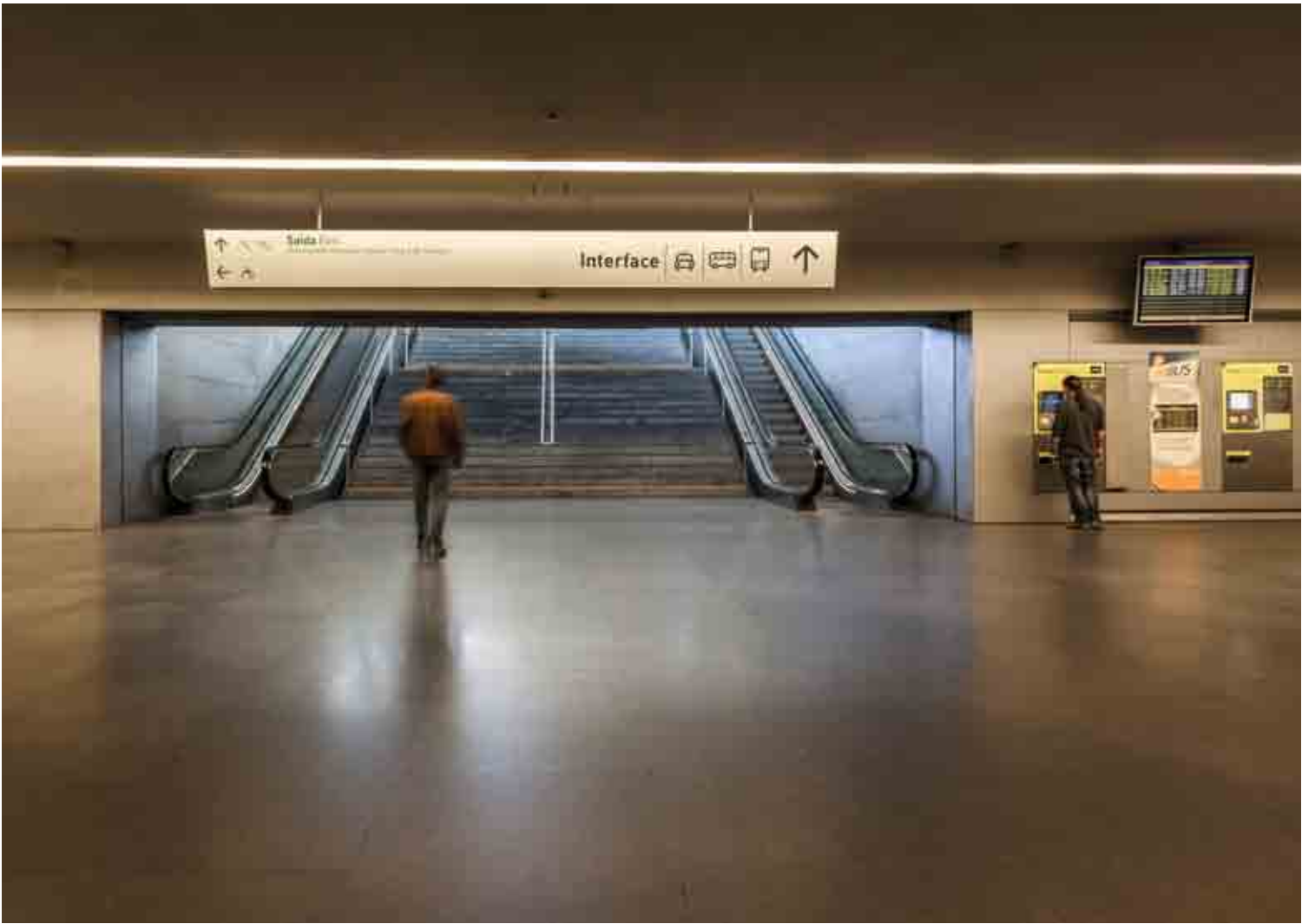
Os picos de cobertura mensais, com excepção do mês de agosto, ultrapassam todos o nível de 100%, registando-se um máximo em março de 2012 com uma taxa de cobertura de 140,6%.

Taxa de Cobertura 2012



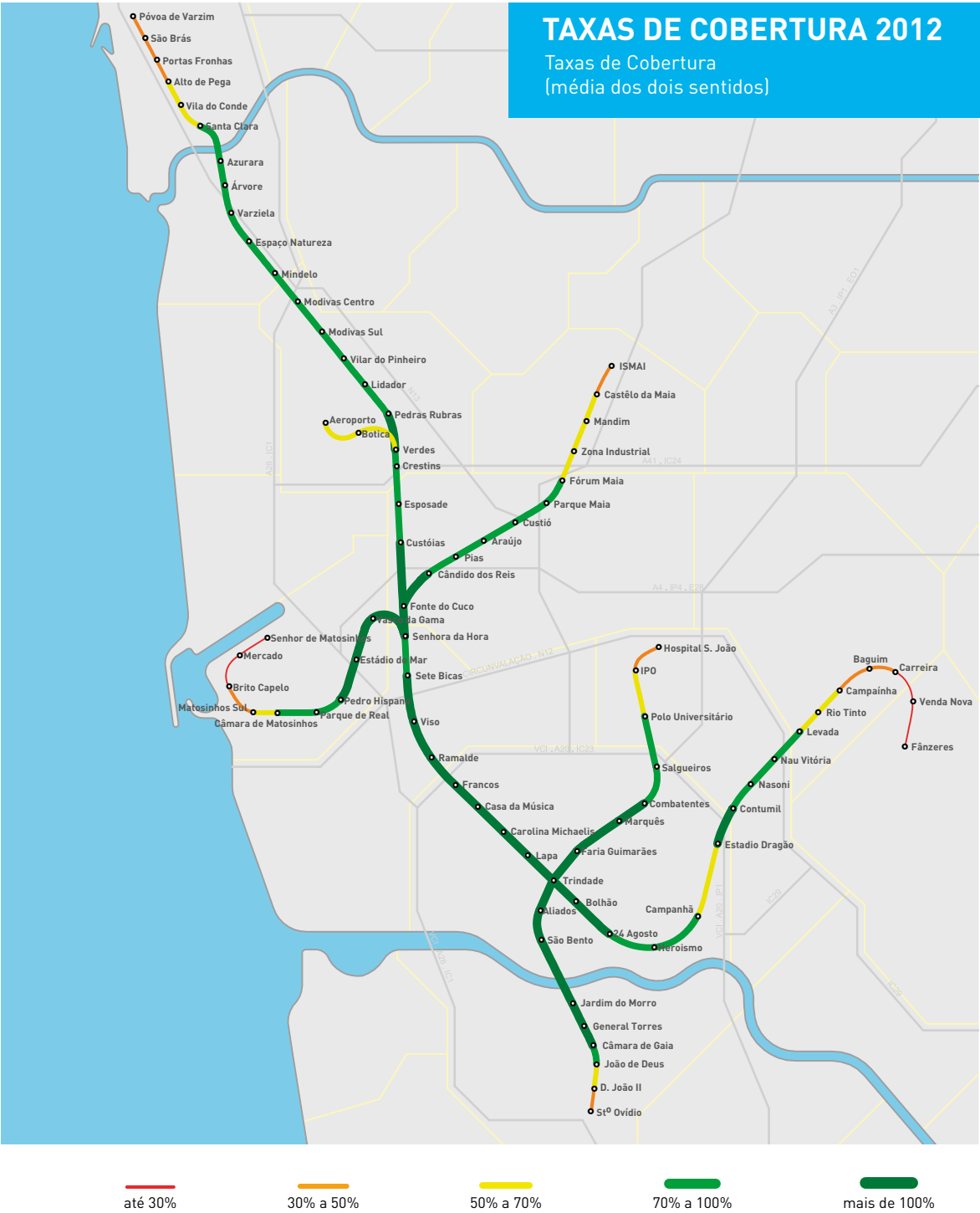
Da análise das taxas de cobertura por troço, em termos médios mensais, resultam taxas de cobertura inferiores a 30% apenas nos troços terminais da linha da linha Azul (entre Senhor de Matosinhos e Brito Capelo) e da linha Laranja (entre Fânzeres e Carreira). Verificam-se taxas de cobertura entre 50% a 100% na Antena Vermelha entre Custóias e Verdes e Pedras Rubras até à estação Alto da Pega, na Antena Verde desde Cândido dos Reis até ao Castelo da Maia, na Antena Violeta entre o Aeroporto e a estação Verdes, na Antena Azul entre Pedro Hispano e Matosinhos Sul, na Antena Laranja entre Contumil e Campainha, na linha Amarela nos troços Combatentes – IPO e Câmara de Gaia – D. João II, bem como no Tronco Comum entre Sete Bicas e Senhora da Hora e entre 24 de Agosto e Estádio do Dragão.

São alcançadas taxas de cobertura superiores a 100% nos troços mais urbanos da rede, nomeadamente na linha Amarela entre Câmara de Gaia e Combatentes, no Tronco Comum entre 24 de Agosto e Sete Bicas e pontualmente em antenas da rede (Senhora da Hora – Pedro Hispano, Senhora da Hora – Custóias, Senhora da Hora – Cândido dos Reis, Verdes – Pedras Rubras e Estádio do Dragão – Contumil).



0.1

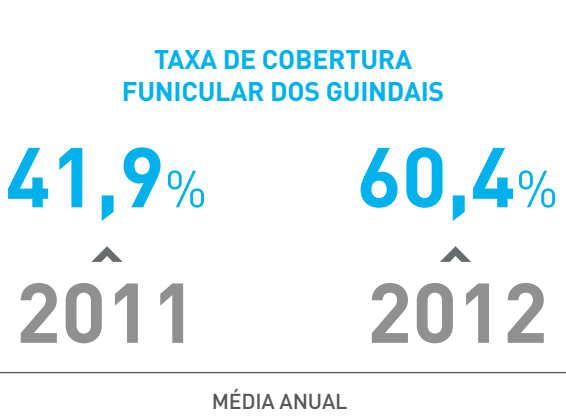
RELATÓRIO
DE GESTÃO



A conta de exploração do Funicular dos Guindais evidencia, em 2012, uma melhoria da taxa de cobertura média anual de 18,6 pp, para um valor médio de 60,4% (contra os 41,9% registados em 2011).

(valores em milhares de euros)

CONTA EXPLORAÇÃO FUNICULAR	2010	2011	2012	12/11
Vendas e Prestações de Serviço	268,6	303,2	431,3	42,2%
Custo Vendas e Prest. Serviço	667,2	724,2	713,8	-1,4%
Margem Bruta	-398,6	-421,0	-282,5	-32,9%
Taxa de Cobertura	40,3%	41,9%	60,4%	18,6 pp



Para esta evolução contribuem as alterações tarifárias ao sistema intermodal andante já referidas acima, mas também o lançamento a 2 de julho do novo título Funi, de utilização exclusiva no Funicular dos Guindais e com um custo unitário de 1,80 euros por viagem.

A receita proveniente do serviço de transporte do Funicular dos Guindais ascende assim aos 431,3 mil euros, a que corresponde um valor de 78,83 centimos por lugar km (mais 42,7% que em 2011) e 3,26 euros por passageiro-km, 48,5% acima do registado em 2011.

O Funicular dos Guindais apresenta um custo operacional de 1,30 euros por lugar km oferecido (descida de 1,1% face a 2011) e de 5,40 euros por passageiro-km transportado (subida de 2,9% face a 2011).



0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

7.5 RESULTADOS

A conta de resultados da Metro do Porto em 2012, e em particular a variação face ao exercício anterior, é resultado do continuado esforço de redução de custos operacionais.

Conforme previsto no normativo contabilístico em vigor (SNC) os gastos da sociedade incluem as rubricas de “Reduções do justo valor dos instrumentos financeiros derivados” (224,8 milhões de euros, relevados neste exercício em custos financeiros por oposição à relevação como custo operacional seguida até 2011, por forma a representar adequadamente as variações nos instrumentos de cobertura da exposição ao risco de taxa de juro) e “Provisões de renovação dos ativos da concessão” (reforçadas em 77,2 milhões de euros em 2012, atin- gindo um valor acumulado de 315,1 milhões de euros).

Foi reclassificada a utilização de provisões na rubrica “Outros fornecimentos e serviços externos” na Demonstração dos Resultados por Naturezas para representar adequadamente os gastos de renovação ocor- ridos ao longo período. A reclassificação efetuada traduz-se na redução da rubrica “*Conservação e Reparação*”.



(valores em milhares de euros)

	2010	2010 (reexpresso)	2011	2012	12/11
Réditos					
Vendas e serviços prestados (construção-IFRIC 12)	122.480	122.480	48.661	53.274	9,5%
Vendas e serviços prestados (transporte de passageiros)	30.957	30.957	35.662	38.690	8,5%
Outras vendas e serviços prestados	5.678	5.678	7.914	8.197	3,6%
<i>Direito Util. Infra e MC Contrato Sub-concessão SML</i>	<i>5.041</i>	<i>5.041</i>	<i>7.213</i>	<i>7.497</i>	<i>3,9%</i>
<i>Outras</i>	<i>638</i>	<i>638</i>	<i>701</i>	<i>700</i>	<i>-0,1%</i>
Outros rendimentos					
Subsídios à exploração	11.867	11.867	11.869	11.545	-2,7%
Ganhos imputados de subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	93	93	0	0	-
Outros rendimentos e ganhos	12.733	12.733	25.062	28.564	14,0%
<i>Imputação de subsídios para investimentos</i>	<i>12.006</i>	<i>12.006</i>	<i>12.490</i>	<i>20.478</i>	<i>64,0%</i>
<i>Benefícios Penalidades Contratuais</i>	<i>122</i>	<i>122</i>	<i>12.257</i>	<i>7.492</i>	<i>-38,9%</i>
<i>Outros</i>	<i>605</i>	<i>605</i>	<i>315</i>	<i>594</i>	<i>88,2%</i>
Gastos e perdas					
Fornecimentos e serviços externos (construção-IFRIC 12)	114.071	114.071	45.943	53.274	16,0%
Outros fornecimentos e serviços externos	62.037	62.037	55.096	54.710	-0,7%
<i>Subcontrato de Operação SML</i>	<i>44.090</i>	<i>44.090</i>	<i>46.204</i>	<i>47.418</i>	<i>2,6%</i>
<i>Vigilância e Segurança</i>	<i>4.086</i>	<i>4.086</i>	<i>1.493</i>	<i>1.378</i>	<i>-7,7%</i>
<i>Conservação e Reparação</i>	<i>1.995</i>	<i>1.995</i>	<i>44</i>	<i>232</i>	<i>423,6%</i>
<i>Comissões de Gestão da Rede de Vendas TIP</i>	<i>1.528</i>	<i>1.528</i>	<i>1.664</i>	<i>1.713</i>	<i>3,0%</i>
<i>Contrato de Operação e Manutenção Funicular dos Guindais</i>	<i>602</i>	<i>602</i>	<i>766</i>	<i>704</i>	<i>-8,1%</i>
<i>Trabalhos Especializados Externos</i>	<i>7.311</i>	<i>7.311</i>	<i>2.420</i>	<i>615</i>	<i>-74,6%</i>
<i>Outros</i>	<i>2.425</i>	<i>2.425</i>	<i>2.505</i>	<i>2.650</i>	<i>5,8%</i>
Gastos com o pessoal	5.848	5.848	4.837	4.250	-12,1%
Imparidades de dívidas a receber	0	0	0	134	-
Outros gastos e perdas	1.849	1.849	2.755	1.341	-51,3%
Provisões líquidas	32.081	32.081	61.265	45.990	-24,9%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-32.078	-32.078	-40.728	-19.429	-52,3%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-52.649	-52.649	-57.333	-59.051	3,0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-84.726	-84.726	-98.061	-78.480	-20,0%
Juros e rendimentos similares obtidos	415	415	369	404	9,4%
Juros e gastos similares suportados	88.669	88.669	136.643	153.955	12,7%
Reduções de justo valor	-159.239	-160.028	-135.669	-224.757	65,7%
Atualização financeira das provisões (IFRIC 12)	19.508	19.508	27.094	34.507	27,4%
Resultado antes de impostos	-351.727	-352.515	-397.098	-491.295	23,7%
Imposto sobre o rendimento do período	63	63	100	61	-38,7%
Resultado líquido do período	-351.790	-352.579	-397.199	-491.357	23,7%

0.1

RELATÓRIO
DE GESTÃO

Do lado das receitas, e apesar da menor procura, constata-se uma subida de 8,5% das receitas geradas pelo serviço de transporte, devido às alterações tarifárias já apresentadas.

São reconhecidos réditos relativos aos serviços de construção das infraestruturas e equipamentos, de acordo com o grau de acabamento da atividade de construção, mensurado pelo justo valor do direito de exploração do Sistema durante o período da concessão. Em resultado da constituição da provisão no âmbito do processo de contencioso do IVA, assunto já abordado no ponto 7.1 acima, regista-se um aumento de 9,5% desta rubrica (redução de 65,9% sem o efeito desta contabilização, devida à forte redução do volume de investimento realizado. Esta evolução tem espelho na rubrica de custos fornecimentos e serviços externos (construção) relacionada com esta relevação contabilística.

Os montantes de Indemnizações Compensatórias a distribuir às empresas prestadoras de serviço público foram definidos através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2012, de 31 de maio, cabendo à Metro do Porto o montante de 11.535.895,28 euros (líquido de IVA de 6%), 2,7% inferior ao montante atribuído para o exercício de 2011. A este montante corresponde uma contribuição média de 4,1 cêntimos por passageiro-km transportado (semelhante ao valor de 2011 e 0,3 cêntimos inferior ao valor de 2010). A verba atribuída foi integralmente transferida até final de 2012.

Os rendimentos da sociedade incluem a rubrica de Imputação de subsídios ao investimento. Em 2012 esta rubrica ascende a 20,5 milhões de euros, mais 64,0% face ao ano anterior, resultado das participações a fundo perdido entretanto recebidas e da atualização, com efeitos retroativos, do cálculo da imputação de subsídios ao investimento.

Foram contabilizados benefícios de penalidades contratuais no montante de 7,5 milhões de euros, para os quais contribui o malus estimado para o exercício de 2012 e o acerto do malus relativo ao exercício de 2011,

conforme mecanismo de bónus/malus previsto no contrato de operação e manutenção do Sistema de Metro Ligeiro, celebrado com o Consórcio ViaPorto. Aquele acerto corresponde à diferença entre o montante definitivo apurado com o valor final dos índices relevantes e o montante antes provisoriamente estimado.

Relativamente aos custos operacionais o ponto 6.3.2.12. fornece informação detalhada sobre a evolução dos custos no âmbito do plano de redução dos custos. Conclui esse capítulo que os custos relevantes diminuíram 7,8% face ao ano de 2011.

Regista-se uma redução generalizada das componentes de custos operacionais, destacando-se a redução de 74,6% em Trabalhos Especializados prestados por entidades externas o que se ficou a dever a uma redução generalizada do recurso a trabalhos fora da Empresa, essencialmente de projetistas.

Em sentido contrário, registam-se subidas nas rubricas de Subcontrato de Operação (mais 2,6%) e Comissões de Gestão da Rede de Vendas (3,0%), resultado das condições contratualmente estabelecidas, nomeadamente mecanismo de revisão de preços e apuramento em função das validações registadas e receita repartida, respetivamente.

Foi ainda assegurada uma redução de 12,1% nos custos com pessoal (a acrescer à redução de 17,3% registada no ano anterior), resultado da implementação das medidas legislativas de contenção salarial descritas nos pontos 6.3.2.8 e 6.3.2.14. e da redução de pessoal também já evidenciada no ponto 5.2.

Em sentido contrário, registou-se um forte agravamento dos juros suportados. Não obstante o ativo e contínuo acompanhamento de todas as operações de cobertura do risco de taxa de juro contratadas, a manutenção de taxas de mercado a níveis historicamente reduzidos, associada às profundas restrições nos mercados de crédito, inviabilizaram a reestruturação de algumas daquelas operações, conduzindo a um agravamento dos resultados obtidos com os instrumentos de gestão de risco de taxa de juro.

No ponto anterior no relatório de gestão é apresentada análise da rentabilidade da exploração do Sistema de Metro Ligeiro, sendo apresentado o rácio Taxa de Cobertura Direta que compara as receitas geradas pela Exploração do Sistema de Metro Ligeiro (sem indemnizações compensatórias e sem malus) com os principais custos diretos da sua operação, nomeadamente: custos com o operador/subconcessionário, comissões cobradas pelo TIP, ACE para a gestão do sistema de bilhética intermodal e com serviços de vigilância e segurança.

Esta análise era particularmente relevante numa fase em que as receitas geradas pela exploração do Sistema se revelavam bastante inferiores aos principais custos diretos suportados. Agora que as receitas quase equivalem a esses custos, importa alargar o âmbito de análise e monitorar a taxa de cobertura global da Metro do Porto, que incorpora na análise uma série de custos de estrutura e correntes (incluindo prestações de serviços associadas à atividade de construção mas excluindo serviços prestados no âmbito de operações financeiras), detalhados na tabela infra.

(valores em milhares de euros)				
	2010	2011	2012	12/11
GASTOS				
ViaPorto/Normetro	39.049	39.179	39.921	1,9%
Funicular	602	766	704	-8,1%
Comissões TIP	1.528	1.664	1.713	3,0%
Vigilância e Segurança	4.086	1.493	1.378	-7,7%
Conservação e Reparação	1.995	6.497	3.573	-45,0%
Pessoal (sem rescisões)	5.813	4.798	4.250	-11,4%
Outras despesas Correntes	9.124	5.055	3.248	-35,8%
Subtotal	62.197	59.452	54.787	-7,8%
RENDIMENTOS				
SML / Funicular	30.957	35.662	38.690	8,5%
Proveitos suplementares	638	701	700	-0,1%
Coimas	453	266	362	36,4%
Subtotal	32.048	36.628	39.752	8,5%
Taxa de Cobertura Global	51,5%	61,6%	72,6%	10,9 pp
GAP	-30.150	-22.824	-15.035	-34,1%

0.1

RELATÓRIO DE GESTÃO

Mantém-se a tendência de melhoria da taxa de cobertura global, reduzindo-se o *gap* de receitas em 2012 para 15,0 milhões de euros (a comparar com o *gap* de 22,8 milhões no ano anterior e 30,1 milhões de euros em 2010).

A melhoria do corrente exercício assenta numa redução de 4,7 milhões de euros dos custos considerados, redução essa generalizada à quase totalidade das rubricas exceto a referente ao contrato de subconcessão da operação (dado o mecanismo contratual de revisão de preços) e as comissões cobradas pelo TIP, ACE pela gestão do sistema de bilhética (apuradas em função da receita distribuída e das validações registadas).

Note-se que nos valores acima apurados é expurgada a reversão da provisão constituída em anos anteriores, sendo considerado o valor efetivo da despesa em conservação e reparação, que mesmo assim apresenta uma redução de 45% face ao custo suportado em 2011.

Contribui ainda para a melhoria da taxa de cobertura o aumento de 3,1 milhões de euros da receita gerada pelo Sistema, devido ao aumento tarifário já descrito neste relatório ter mais que compensado a redução da utilização do Sistema.

8. NOTAS FINAIS

- Aguarda-se autorização da Tutela para a formalização de seis aditamentos já negociados com o principal consórcio construtor do Sistema de Metro Ligeiro, nomeadamente:
- Quinto aditamento: referente à duplicação da linha da Trofa entre Fonte do Cuco e ISMAI, cuja cerimónia de inauguração do troço parcelar Fonte do Cuco – Fórum da Maia, realizada em julho de 2005, contou com a presença do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações);
 - Sexto aditamento: referente aos trabalhos a menos do traçado em via simples do troço ISMAI – Trofa;
 - Sétimo aditamento: referente à renegociação do contrato de operação, que se tornou necessária por na componente de exploração do contrato inicial não estarem previstas as alterações ao traçado posteriormente aprovadas pela Tutela;
 - Aditamento sétimo A: referente à prorrogação do prazo do serviço de operação do Sistema de Metro Ligeiro (de 1 de abril de 2009 até 31 de março de 2010), ficando por essa via o ACE obrigado a operar e manter o Sistema desde a data da entrada em serviço da Primeira Parte dele até 31 de março de 2010;
 - Oitavo aditamento: referente à permuta e compensação global dos valores dos trabalhos a mais e a menos que, na execução do contrato, foram sendo determinados e cujo regime não ficou coberto pelos anteriores aditamentos ao contrato, e ainda à extensão de garantias para os veículos e equipamentos oficinais;
 - Aditamento oitavo A: referente à extensão de garantias relativamente à construção civil e a equipamentos eletromecânicos e valores da prorrogação temporal dos contratos de seguro, prestação de cauções e retenções, que não tinham sido acordados no 8.º aditamento.

Ainda a respeito do contrato celebrado com o consórcio construtor do Sistema de Metro Ligeiro (Normetro, ACE), falta também a aprovação das Tutelas para o acordo alcançado com esse consórcio, no âmbito do encerramento financeiro do contrato, relativo a custos incorridos com a prorrogação de prazo das linhas da Póvoa

e da Trofa, e sobre custos incorridos com a prorrogação de prazo relativos a cauções, seguros e retenções, o qual põe também cobro a um conjunto de reclamações pendentes sobre as quais fica expresso não haver lugar a nenhuma compensação financeira.

Mantendo-se prevista a sua celebração na nova versão das Bases de Concessão do Sistema de Metro Ligeiro, aguarda-se Contrato Programa que regule a atribuição de indemnizações compensatórias pelo serviço público prestado pela Metro do Porto.

- Aguarda-se ainda que sejam concretizadas por parte Estado as obrigações financeiras assumidas perante a Empresa, nomeadamente com a entrega das verbas previstas:
- no Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças e do Equipamento Social de 28 de junho de 2001, no montante de 49,9 milhões de euros;
 - no protocolo assinado, em setembro de 1998, entre o Estado Português, a Área Metropolitana do Porto, a CP e a REFER para a transferência de funcionários CP/REFER para a Metro do Porto, cujos custos incorridos até 31 de dezembro de 2012 se estimam ascender a 16,9 milhões de euros, e;
 - no n.º 2 da Base XI das Bases de Concessão, relativa à assunção por parte do Estado dos custos inerentes a expropriações, no montante estimado de 133,6 milhões de euros (líquido de participações a fundo perdido).

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor de -491.356.515,20 euros, seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 10 de abril de 2013

O Conselho de Administração
Presidente do Conselho de Administração:
(Dr. João Velez Carvalho)

Vogais:
(Dr. António José Lopes)

(Eng. Rui Miguel Faria de Sá Pinto)

(Dra. Joana Fernanda Ferreira de Lima)

(Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves)

(Eng. Aires Henrique do Couto Pereira)

0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012



0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

BALANÇO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores em Euros			
RUBRICAS	Notas	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	3 421 415	3 685 679
Ativos intangíveis	7	2 207 673 214	2 213 164 908
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	275 842	274 236
Instrumentos financeiros derivados	17	24 744 597	28 441 143
		2 236 115 069	2 245 565 966
Ativo corrente			
Clientes	10	10 915 577	12 348 845
Estado e outros entes públicos	11	21 241 304	20 383 796
Outras contas a receber	12	52 208 272	13 306 620
Diferimentos		35 705	40 234
Outros ativos financeiros	16	10 187 750	10 046 885
Caixa e depósitos bancários	5	10 027 209	93 684 952
		104 615 817	149 811 332
Total do ativo		2 340 730 886	2 395 377 298
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	7 500 000	7 500 000
Outros instrumentos de capital próprio	14	224 808	0
Ajustamentos em instrumentos financeiros derivados	14	(19 942 427)	(15 538 840)
Resultados transitados		(1 822 401 998)	(1 424 392 962)
Ajustamentos em participações financeiras	14	1 455 887	817 989
Subsídios ao investimento	14	583 981 077	559 205 173
Outras variações no capital próprio		1 979 770	338 649
Resultado líquido do período		(491 356 515)	(397 198 623)
Total do capital próprio		(1 738 559 397)	(1 269 268 614)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	390 607 465	276 248 944
Financiamentos obtidos	16	2 520 925 574	2 414 539 204
Instrumentos financeiros derivados	17	914 402 629	684 940 911
		3 825 935 668	3 375 729 059
Passivo corrente			
Fornecedores	18	14 554 400	20 579 944
Fornecedores de investimentos	19	14 915 870	28 708 272
Estado e outros entes públicos	11	166 709	375 110
Financiamentos obtidos	16	202 571 719	217 992 240
Outras contas a pagar	20	20 491 134	20 256 350
Outros passivos financeiros	16	654 782	1 004 937
		253 354 615	288 916 853
Total do passivo		4 079 290 283	3 664 645 912
Total do capital próprio e do passivo		2 340 730 886	2 395 377 298

O Técnico Oficial de Contas
Dr. Vitor Manuel Gomes Castelo de Carvalho

O Conselho de Administração
Presidente do Conselho de Administração: Dr. João Velez Carvalho
Vogais: Dr. António José Lopes
Eng. Rui Miguel Faria de Sá Pinto
Dra. Joana Fernanda Ferreira de Lima
Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves
Eng. Aires Henrique do Couto Pereira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Valores em Euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2012	2011
Réditos			
Serviços prestados (construção)	23	53 274 205	48 661 449
Serviços prestados (transporte)	21	38 689 843	35 661 591
Serviços prestados (direitos de utilização)	21	7 497 292	7 213 419
Outros serviços prestados	21	700 137	700 910
Outros rendimentos			
Subsídios à exploração	24	11 544 964	11 868 637
Outros rendimentos e ganhos	26	28 563 722	25 062 282
Gastos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos - subcontratos (construção)	23	(53 274 205)	(45 942 686)
Fornecimentos e serviços externos - subcontratos (operação e manutenção)	22	(39 920 739)	(38 990 541)
Fornecimentos e serviços externos - subcontratos (direitos de utilização)	22	(7 497 292)	(7 213 419)
Outros fornecimentos e serviços externos	22	(7 291 742)	(8 891 620)
Gastos com o pessoal	25	(4 250 288)	(4 837 420)
Imparidade de dívidas a receber	10	(133 950)	0
Provisões líquidas	15	(45 990 095)	(61 265 255)
Perdas imputadas de subsidiárias, assoc.e emp. conjuntos	8	(244 131)	(283 008)
Outros gastos e perdas	27	(1 096 864)	(2 472 021)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(19 429 143)	(40 727 683)
Gastos de depreciação e de amortização	6 e 7	(59 051 168)	(57 332 838)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(78 480 311)	(98 060 522)
Juros e rendimentos similares obtidos		403 727	368 904
Juros e gastos similares suportados	28	(153 954 862)	(136 643 177)
Atualização financeira das provisões	28	(34 506 692)	(27 094 198)
Aumentos/Reduções de justo valor	17	(224 756 940)	(135 669 425)
Resultado antes de impostos		(491 295 078)	(397 098 417)
Imposto sobre o rendimento do período	9	(61 437)	(100 205)
Resultado líquido do período		(491 356 515)	(397 198 623)

O Técnico Oficial de Contas
Dr. Vitor Manuel Gomes Castelo de Carvalho

O Conselho de Administração
Presidente do Conselho de Administração: Dr. João Velez Carvalho
Vogais: Dr. António José Lopes
Eng. Rui Miguel Faria de Sá Pinto
Dra. Joana Fernanda Ferreira de Lima
Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves
Eng. Aires Henrique do Couto Pereira

0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DE 1 DE JANEIRO DE 2011 A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade: Euros

	Notas		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Ajustamentos em instrumentos financeiros	Resultados transitados	Ajustamentos em participações financeiras	Subsídios ao Investimento	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 01-01-2011	1	2	7 500 000	-	(10 062 841)	(1 071 814 351)	835 189	500 902 294	338 649	(352 578 611)	(924 879 672)
Alterações no Período:											
Aplicação dos resultados						(352 578 611)	-			352 578 611	0
Variação de Instrumentos de cobertura		17			(5 475 999)						(5 475 999)
Variação subsídios ao investimento		14						58 302 879			58 302 879
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		14					(17 200)				(17 200)
	2		-	-	(5 475 999)	(352 578 611)	(17 200)	58 302 879	-	352 578 611	52 809 681
Resultado Líquido do Período											
	3									(397 198 623)	(397 198 623)
Resultado Integral											
	4 = 2 + 3									(44 620 012)	(344 388 942)
Capital próprio em 31-12-2011											
	6		7 500 000	-	(15 538 840)	(1 424 392 962)	817 989	559 205 173	338 649	(397 198 623)	(1 269 268 614)
Alterações no Período:											
Aplicação dos resultados						(397 198 623)				397 198 623	-
Variação de Instrumentos de cobertura		17			(4 403 587)						(4 403 587)
Variação subsídios ao investimento		14						24 775 904			24 775 904
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		14		224 808		(810 413)	637 898		1 641 121		1 693 415
	7		-	224 808	(4 403 587)	(398 009 035)	637 898	24 775 904	1 641 121	397 198 623	22 065 733
Resultado Líquido do Período - 2012											
	8									(491 356 515)	(491 356 515)
Resultado Integral - 2012											
	9 = 7 + 8									(94 157 893)	(469 290 783)
Capital próprio em 31-12-2012											
	10		7 500 000	224 808	(19 942 427)	(1 822 401 998)	1 455 887	583 981 077	1 979 770	(491 356 515)	(1 738 559 397)

O Técnico Oficial de Contas
Dr. Vitor Manuel Gomes Castelo de Carvalho

O Conselho de Administração
Presidente do Conselho de Administração: Dr. João Velez Carvalho
Vogais: Dr. António José Lopes
Eng. Rui Miguel Faria de Sá Pinto
Dra. Joana Fernanda Ferreira de Lima
Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves
Eng. Aires Henrique do Couto Pereira

0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Valores em Euros		
RUBRICAS	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	48 157 484	37 514 861
Pagamentos a fornecedores	(93 859 977)	(83 430 594)
Pagamentos ao pessoal	(4 294 259)	(5 281 984)
Caixa gerada pelas operações	(49 996 752)	(51 197 717)
Recebimento/ (pagamentos) do imposto sobre o rendimento	(104 047)	(75 831)
Outros recebimentos/pagamentos	9 661 955	23 832 643
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(40 438 844)	(27 440 906)
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Pagamentos respeitantes a :		
Ativos fixos tangíveis	(21 231)	(83 740)
Ativos intangíveis	(33 712 177)	(109 344 539)
Investimentos financeiros	(1 606)	0
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	374	38 196
Subsídios ao investimento	45 254 033	70 793 102
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	11 519 393	(38 596 981)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	315 958 579	892 628 719
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	45 775	0
Pagamentos respeitantes a :		
Financiamentos obtidos	(228 230 631)	(601 638 842)
Juros e gastos similares	(142 512 015)	(133 250 922)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(54 738 293)	157 738 955
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	(83 657 744)	91 701 069
Caixa e seus equivalentes no início do período	93 684 952	1 983 884
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10 027 209	93 684 952

O Técnico Oficial de Contas
Dr. Vitor Manuel Gomes Castelo de Carvalho

O Conselho de Administração
Presidente do Conselho de Administração: Dr. João Velez Carvalho
Vogais: Dr. António José Lopes
Eng. Rui Miguel Faria de Sá Pinto
Dra. Joana Fernanda Ferreira de Lima
Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves
Eng. Aires Henrique do Couto Pereira



Metro do Porto. A vida em movimento.

0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO PERÍODO DE 2012

[Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário]

1. INTRODUÇÃO

A Metro do Porto, S.A. (Metro do Porto) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 71/93, de 10 de março, que instituiu o primeiro regime jurídico de exploração de um Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto (AMP), consagrando a exploração do sistema a criar, em regime exclusivo, a uma sociedade anónima de capitais públicos.

A sociedade Metro do Porto, S.A., inicialmente firma de Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A., foi constituída em 6 de agosto de 1993, tendo por objeto a exploração de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto e a sua sede na Av. Fernão de Magalhães 1862-7º, 4350-158 Porto.

O Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, revogou o Decreto-Lei n.º 71/93, de 10 de março e veio conferir à sociedade Metro do Porto, S.A., o estatuto de concessionária por um período de 50 anos, regulamentar as Bases da Concessão (anexo I), definir as regras de atuação dos acionistas (anexo II - Acordo Parassocial dos Acionistas da Metro do Porto, S.A.) e definir os novos Estatutos da Empresa (anexo III). O regime legal da concessão foi alterado pela Lei n.º 161/99, de 14 de setembro, o qual aprovou as bases da concessão, pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 16 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de novembro, com vista a permitir operações de leasing de material circulante afeto ao sistema, pelo Decreto-Lei n.º 33/2003, de 24 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 166/2003, de 24 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 233/2003, de 27 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 192/2008 de 1 de outubro.

Para a prossecução do seu objeto, tem a sociedade que realizar estudos, conceção, planeamento, projetos e a construção das infraestruturas necessárias à realização do empreendimento, bem como

proceder à aquisição de equipamentos e de material circulante. Tais tarefas constituíram a atividade principal da Empresa, às quais se somou em 2003, o início da exploração comercial do Sistema de Metro Ligeiro, com o arranque da operação da Linha Azul. Desde então, a exploração comercial tem vindo a sofrer uma significativa expansão, fruto da abertura dos troços Trindade – Estádio do Dragão, em 2004, Senhora da Hora – Pedras Rubras (da linha da Póvoa), Fonte do Cuco – Fórum da Maia (da linha da Trofa) e da linha Amarela (entre as estações de João de Deus e Pólo Universitário), em 2005 e das aberturas, em 2006, dos troços Pedras Rubras – Póvoa de Varzim, Pólo Universitário – Hospital São João, Fórum da Maia – ISMAI e Verdes – Aeroporto Francisco Sá Carneiro, em 2008 a abertura do troço João de Deus – D. João II no concelho de Vila Nova de Gaia e, em 2011, as inaugurações dos troços Estádio do Dragão – Fânzeres e do troço D. João II – Santo Ovídio.

O financiamento do investimento e da atividade da Sociedade deverá, nos termos da Base XIII do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 192/2008 de 1 de outubro, ser assegurado, para além das receitas decorrentes da atividade, através de dotações do Orçamento de Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus acionistas, podendo estas últimas ser convertidas em capital quando o seu valor, ainda que acumulado, seja igual ou superior a 10 vezes o capital detido pelo acionista prestador.

Nos termos da Base XV do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, com a redação que lhe foi dada

pelo Decreto-Lei n.º 192/2008 de 1 de outubro, o equilíbrio financeiro da exploração do sistema de metro ligeiro deverá ser assegurado pelo Estado através da atribuição de compensações financeiras que visam permitir a cobertura dos custos de funcionamento do sistema de metro em regime de serviço público, as quais deverão ser objeto de contrato programa ou contratos de serviço público a celebrar entre o Estado e a concessionária.

As Bases de Concessão do Sistema de Metro Ligeiro, aprovadas pela Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, com as alterações decorrentes da Lei n.º 161/99, de 14 de setembro, do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, do Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de novembro, do Decreto-Lei n.º 33/2003, de 24 de fevereiro, do Decreto-Lei n.º 166/2003, de 24 de julho e do Decreto-Lei n.º 233/2003, de 27 de setembro, estatuíam na Base XI que, “o Estado suporta, mediante a realização de prestações acessórias à concessionária, os custos inerentes à condução dos processos expropriativos e o pagamento das indemnizações ou de outras compensações aos expropriados, e aos titulares de prédios servientes, bem como os custos decorrentes da aquisição por via do direito privado dos bens imóveis e direitos a eles inerentes no que respeita aos prédios e parcelas a expropriar ou a adquirir a particulares”.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, a Base XI sofreu alteração na sua redação, prevendo agora que o Estado “pode suportar os custos inerentes à condução dos processos expropriativos e o pagamento das indemnizações ou de outras compensações aos expropriados, e aos titulares de prédios servientes, bem como os custos decorrentes da aquisição por via do direito privado dos bens imóveis e direitos a eles inerentes no que respeita aos prédios e parcelas a expropriar ou a adquirir a particulares”.

No final do período de 2012 a sociedade possui as seguintes participações:

TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	33,33%
Metro do Porto Consultoria, Unipessoal, Lda.	100,00%
Nortrem, ACE	0,009%
Transpublicidade, S.A.	40,00%

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 10 de abril de 2013. É da opinião do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras aprovadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.



0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2012, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo supletivamente adotadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de tais estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.18.

2.2 DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

De referir que no período procedeu-se à atualização, com efeitos retroativos, do cálculo da imputação de Subsídios ao Investimento de modo a refletir a data efetiva do seu recebimento.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Entende-se por subsidiárias todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Metro do Porto detém sobre uma entidade.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Os Investimentos em subsidiárias e associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do critério contabilístico da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de rendimentos e gastos reconhecidos desde a data em que a influência significativa ou controlo começa até à data em que efetivamente termina. Rendimentos ou gastos não realizados em transações entre a Empresa e as suas associadas são eliminados. Os resultados atribuídos pela associada são considerados reduções do investimento detido.

A integração do Nortrem, ACE nas demonstrações financeiras da Metro do Porto foi efetuada de modo a refletir os valores de compra e financiamento

efetivos resultantes da aquisição, em 2002 e 2003, do material circulante “Eurotram”.

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização. Os gastos financeiros incorridos na construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	N.º de anos
Edifícios e outras construções	8 - 50
Equipamento básico	4 - 10
Viaturas	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos tangíveis	4 - 8

0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao direito de operar o sistema e de cobrar aos utilizadores do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto um preço pelo serviço de transporte prestado, de acordo com as Bases da Concessão.

Pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, o Estado (concedente) atribuiu à Metro do Porto a exploração em regime de exclusividade do sistema de metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto. De acordo com as Bases da Concessão, a Empresa tem a obrigação de construir e fornecer as infraestruturas e equipamentos necessários à prestação do serviço. A retribuição recebida pela Empresa consiste no direito de explorar esse sistema e de cobrar ao utilizador final um preço pelo serviço prestado durante o período da concessão (até 31 de dezembro de 2048) e Indemnizações Compensatórias recebidas do Estado.

De acordo com o modelo de negócio, traduzido nas bases da concessão, a construção e manutenção do sistema durante o período da concessão é compensada pelo direito de aceder e operar a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente e de cobrar um preço aos utentes do serviço público e Indemnizações Compensatórias recebidas do Estado.

RECONHECIMENTO INICIAL

O direito de utilização registado em ativos intangíveis corresponde à contrapartida recebida do concedente das infraestruturas construídas (vias, túneis, material circulante – ativos fixos tangíveis) um direito (a concessão – ativo intangível) de usar as mesmas para prestar um serviço público. Este direito decorre de uma troca de bens dissemelhantes, sendo o ativo intangível valorizado no reconhecimento inicial ao seu justo valor, conforme previsto NCRF 6.

O justo valor do ativo intangível associado ao direito de exploração do sistema corresponde ao rédito do serviço de construção das infraestruturas e equipamentos (prestado ao concedente). De acordo com o modelo do negócio, o rédito é mensurado ao custo de construção das infraestruturas e equipamentos, sem qualquer margem adicional.

RECONHECIMENTO SUBSEQUENTE

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

AMORTIZAÇÕES

A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo.

Os ativos intangíveis associados à concessão são ativos com vida útil definida, sendo amortizados numa base sistemática a partir da data em que as infraestruturas subjacentes se encontram disponíveis para uso e pelo período remanescente da concessão.

3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS

A Empresa realiza testes de imparidade com periodicidade anual para a generalidade dos ativos do modelo intangível, incluindo os de vida útil indefinida. Os referidos testes de imparidade são realizados em cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, em caso afirmativo, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que se conclui que a perda não é considerada permanente e definitiva, são divulgadas na nota 7 as razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são agrupados por unidades geradoras de caixa, enquanto nível de maior desagregação para o qual existem fluxos de caixa separados e identificáveis.

Os ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão da imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o seu valor recuperável.



0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

3.5 ATIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros. Os ativos financeiros podem ser classificados / mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado deduzido de qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as respetivas alterações de valor reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros e os contratos de instrumentos financeiros de derivados. As variações de justo valor são registadas nos resultados de período,

exceto as que se qualifiquem como relação de cobertura contabilística de fluxos de caixa, em que a variação é registada no capital próprio.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos pela extinção ou transferência do direito ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos ou de todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE DERIVADOS

Os instrumentos financeiros de derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente pelo mesmo método de valorização (justo valor). O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é atribuída aos instrumentos financeiros de derivados e do seu enquadramento nas relações de cobertura contabilística tipificadas na NCRF 27, podendo ser classificados como de cobertura contabilística ou de negociação. Outras relações de cobertura não previstas são registadas como instrumentos financeiros de derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do período nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros.

Quando designados contabilisticamente como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (“fair value hedge”), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura contabilística são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (“cash flow hedge”), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte contabilisticamente ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

3.7 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Perdas por imparidade em dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada com maturidades iniciais até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários

são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos” e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”.

3.9 CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10 PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros pagos a reconhecer em cada período são

0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) é desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato tenha expirado ou tenha sido objeto de liquidação ou cancelamento.

3.11 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, se materialmente relevantes, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no “passivo corrente”, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no “passivo não corrente”.

3.12 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende unicamente as tributações autónomas tal como definidas pela legislação fiscal em vigor. Conforme disposição dos § 68 e 69 da NCRF 25,

procedeu-se à compensação de Ativos por Impostos Diferidos de prejuízos fiscais com os Passivos por Impostos Diferidos relativos a Subsídios ao Investimento recebidos.

3.13 PROVISÕES

As provisões são constituídas sempre que a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar a obrigação.

A análise das perdas contingentes é efetuada no final de cada período e sempre que um dos critérios não seja cumprido a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a possibilidade de saída de recursos para o seu pagamento seja considerada remota.

Os encargos com a manutenção regular são registados em gastos à medida que são incorridos e, em relação aos investimentos de substituição é aplicada a NCRF 21 – Provisões e Passivos Contingentes, isto é são constituídas provisões resultantes da obrigação contratual de manter ou repor a infraestrutura em condições normais de funcionamento. Tais provisões são constituídas desde o período de entrada em funcionamento dos bens até à sua substituição.

A rubrica “Atualização Financeira de Provisões (IFRIC 12) corresponde ao efeito financeiro sobre o montante das referidas provisões de: i) tempo decorrido até ao final da concessão ii) efeito da variação da taxa subjacente ao cálculo anterior.

3.14 SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia e de organismos semelhantes pelo seu valor quando o montante do subsídio é efetivamente recebido.

Os recursos não reembolsáveis atribuídos à Empresa para financiamento dos ativos afetos ao Sistema de Metro Ligeiro, previstos no Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, nas suas posteriores atualizações, são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Subsídios ao investimento”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base sistemática em função da amortização do ativo intangível relativo ao direito de exploração do sistema no período da concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, são descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo tal desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

3.15 LOCAÇÕES

Os contratos de locação relativamente aos quais a Empresa assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo, pelo menor entre o justo valor do bem e o valor atual das rendas de locação vincendas. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela Empresa para os ativos fixos tangíveis.

Os contratos de locação relativamente aos quais a Empresa não assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do bem são classificados como locações operacionais.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.16 GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. Segundo o referido princípio contabilístico, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são sempre reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17 RÉDITO

a) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

O rédito relativo aos serviços de construção das infraestruturas e equipamentos é reconhecido de acordo com o grau de acabamento da atividade de construção, conforme disposição da NCRF 19: o rédito da construção é mensurado pelo justo valor do direito de exploração do sistema durante o período da concessão.

De acordo com o modelo do negócio, e não assumindo a Empresa risco de construção significativo, é determinado que o justo valor do serviço corresponde ao custo de construção sem qualquer margem adicional.

b) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE

Os rendimentos gerados pela utilização do título de transporte intermodal, Andante, quer no Sistema de Metro Ligeiro quer no Funicular dos Guindais, são registados de acordo com as validações registadas no sistema de bilhética. Esta informação é prestada

0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

pelo TIP-Transportes Intermodais do Porto, ACE, entidade responsável pelo tratamento de informação da rede de vendas e pela correspondente repartição de receitas, de acordo com os critérios definidos pelas agrupadas do referido ACE.

Os rendimentos gerados pela utilização do título “Funi”, de utilização exclusiva no Funicular dos Guindais, são obtidos mensalmente, de acordo com a informação disponibilizada pela entidade operadora do funicular.

Os rendimentos gerados pela utilização dos parques de estacionamento da estação de metro Estádio do Dragão e do Parque Central da Maia, são obtidos mensalmente, de acordo com os registos no sistema de controlo de acesso/sistema de bilhética e por informação da entidade gestora do parque, respetivamente. O tarifário, incluindo uma solução de “Park & Ride”, foi definido de forma a promover a utilização combinada com o metro.

Os rendimentos decorrentes do uso dos transportes alternativos foram registados, no período, pela correspondente diminuição do seu g.

Foram igualmente registados 2.827.546 euros (2.831.996 euros em 2011) correspondentes à compensação relativa à participação da Empresa no acordo de Tarifário Social celebrado em 29 de junho de 2006, entre os operadores de transporte aderentes ao sistema intermodal Andante. Estes montantes foram atribuídos pelas Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 53/2012 de 20 de junho e n.º 53/2011 de 16 de dezembro, respetivamente.

c) INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

Durante o período foram registados na conta Subsídios à Exploração o montante de 11.535.895 euros (11.860.442 euros em 2011), de indemnizações compensatórias, que se destinam a compensar a diminuição da receita pela prestação de um serviço público, tal como previsto nas Bases de Concessão. Estes montantes foram atribuídos pela RCM n.º 53/2012 de 20 de junho.

Na ausência de contrato programa ou contrato de serviço público, previsto nas Bases de Concessão, que regule a atribuição destas, até publicação da RCM que define os montantes a atribuir no ano às empresas do sector empresarial do Estado, é registado mensalmente 1/12 do montante recebido no ano anterior, sendo que após a referida publicação são relevados mensalmente os valores reais atribuídos e ajustados os montantes já contabilizados.

3.18 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

3.18.1 PROVISÕES

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.18.2 IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, de que é exemplo o custo de capital.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.18.3 JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros de derivados é obtida de forma isolada para cada um dos instrumentos. A Empresa recorreu a uma empresa independente para realizar o cálculo do justo valor dos instrumentos financeiros de derivados.



0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

4. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A exposição da Sociedade a riscos financeiros inclui, sobretudo, o da variação das taxas de juro do mercado.

i) RISCO CAMBIAL

O risco cambial é muito reduzido, uma vez que os empréstimos estão denominados em euros, e o valor das compras em moeda diferente do euro não tem relevância económica para a Empresa.

ii) RISCO DA TAXA DE JURO

Os empréstimos contratados com o Banco Europeu de Investimentos vencem juros a taxas variáveis e fixas revisíveis, conforme explicitado na nota 16.

Os restantes financiamentos de médio e longo prazo vencem juros a taxas variáveis.

A Empresa detém catorze instrumentos financeiros de derivados, cuja finalidade consiste em reduzir a exposição da Empresa ao risco de taxa de juro, conforme explicitado na nota 17.

iii) RISCO DE CRÉDITO

A Empresa apresenta uma elevada concentração de crédito pelo facto das vendas de títulos serem realizadas pelo TIP-Transportes Intermodais do Porto, ACE. Desta forma, poderão ser repercutidos na Empresa os riscos de crédito deste ACE e dos seus clientes, sendo expectável uma baixa probabilidade de ocorrência.

iv) RISCO DE LIQUIDEZ

O modelo de financiamento da Empresa tem por base os fundos públicos com origem no Estado Português e na União Europeia, financiamento de longo prazo com recurso ao Banco Europeu de Investimento, operações de leasing estruturado, operações de financiamento de longo prazo junto de instituições financeiras e do Instituto de Gestão do Crédito Público. As necessidades de financiamento de curto prazo são asseguradas pelo Instituto de Gestão do Crédito Público.

5. FLUXOS DE CAIXA

5. 1 DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2012, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2012	2011
Depósitos bancários	10.025.685	93.683.429
Caixa	1.524	1.523
Caixa e depósitos bancários	10.027.209	93.684.952
Equivalentes de caixa	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	10.027.209	93.684.952

As componentes de caixa e equivalentes a caixa encontram-se, na sua totalidade, disponíveis para utilização futura.

A rubrica “Outros recebimentos/pagamentos operacionais” da Demonstração dos Fluxos de Caixa respeita, essencialmente, a subsídios à exploração recebidos e a juros de mora e compensatórios liquidados.



0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

MOVIMENTOS NOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – 2011

	Terrenos	Edifícios e outras cons- truções	Equipamento básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administra- tivo	O. Ativos F. Tangíveis	Total
1 de janeiro de 2011							
Custo de Aquisição	956.585	3.687.236	275.210	531.008	2.889.680	177.906	8.517.625
Depreciações acumuladas	0	(1.307.845)	(190.843)	(482.229)	(2.392.254)	(163.998)	(4.537.169)
Valor líquido	956.585	2.379.391	84.367	48.779	497.426	13.908	3.980.456
Alterações no período							
Adições	0	0	0	0	83.001	0	83.001
Alienações	0	0	0	(214.945)	(3.346)	0	(218.291)
Depreciação – período	0	(70.663)	(27.171)	(41.188)	(233.638)	(3.078)	(375.738)
Depreciação – alienações	0	0	0	214.077	2.173	0	216.250
Valor líquido	0	(70.663)	(27.171)	(42.056)	(151.810)	(3.078)	(294.778)
31 de dezembro de 2011							
Custo de Aquisição	956.585	3.687.236	275.210	316.063	2.969.335	177.906	8.382.335
Depreciações acumuladas	0	(1.378.508)	(218.014)	(309.340)	(2.623.719)	(167.076)	(4.696.657)
Valor líquido	956.585	2.308.728	57.196	6.723	345.616	10.830	3.685.678

MOVIMENTOS NOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – 2012

	Terrenos	Edifícios e outras cons- truções	Equipamento básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administra- tivo	O. Ativos F. Tangíveis	Total
1 de janeiro de 2011							
Custo de Aquisição	956.585	3.687.236	275.210	316.063	2.969.335	177.906	8.382.335
Depreciações acumuladas	0	(1.378.508)	(218.013)	(309.340)	(2.623.718)	(167.076)	(4.696.656)
Valor líquido	956.585	2.308.728	57.196	6.723	345.616	10.831	3.685.679
Alterações no período							
Adições	0	0	0	0	21.231	0	21.231
Alienações/Abate	0	0	0	(289)	(518)	0	(807)
Depreciação – período	0	(70.663)	(25.859)	(4.482)	(181.038)	(3.078)	(285.120)
Depreciação – alienações	0	0	0	289	144	0	433
Valor líquido	0	(70.663)	(25.859)	(4.482)	(160.182)	(3.078)	(264.263)
31 de dezembro de 2011							
Custo de Aquisição	956.585	3.687.236	275.210	315.774	2.990.047	177.906	8.402.758
Depreciações acumuladas	0	(1.449.171)	(243.873)	(313.533)	(2.804.612)	(170.154)	(4.981.343)
Valor líquido	956.585	2.238.065	31.337	2.241	185.435	7.752	3.421.415

No período findo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o valor líquido dos ativos fixos tangí-
veis, adquiridos sob o regime de locação financeira, apresenta-se como segue:

	2012	2011
Valor bruto	17.927	17.927
Depreciações acumuladas	(15.686)	(11.204)
	2.241	6.723

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depre-
ciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao direito de exploração comercial do serviço de transporte público de passageiros até ao final de 2048, de acordo com o Decreto-Lei n.º 394-A/98, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 192/2008 de 1 de outubro. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

MOVIMENTOS NOS ATIVOS INTANGÍVEIS – 2011

	Direitos de Exploração	Programas Computador	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2011				
Custo de Aquisição	2.285.545.622	212.721	232.560.873	2.518.319.216
Amortizações acumuladas	(300.671.487)	(34.763)	0	(300.706.250)
Valor líquido	1.984.874.135	177.958	232.560.873	2.217.612.966
Alterações no período				
Adições	30.644.104	46.444	21.819.021	52.509.569
Alienações	(2.854)	0	0	(2.854)
Transferências e abates	195.133.872	0	(195.133.872)	0
Amortizações – período	(56.879.694)	(75.591)	0	(56.955.285)
Amortizações – alienações	512	0	0	512
Valor líquido	168.895.940	(29.147)	(173.314.851)	(4.448.058)
31 de dezembro de 2011				
Custo de Aquisição	2.511.320.744	259.165	59.246.022	2.570.825.931
Amortizações acumuladas	(357.550.669)	(110.354)	0	(357.661.023)
Valor líquido	2.153.770.075	148.811	59.246.022	2.213.164.908

MOVIMENTOS NOS ATIVOS INTANGÍVEIS – 2012

	Direitos de Exploração	Programas Computador	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2012				
Custo de Aquisição	2.511.320.745	259.165	59.246.022	2.570.825.932
Amortizações acumuladas	(357.550.670)	(110.354)	0	(357.661.024)
Valor líquido	2.153.770.075	148.811	59.246.022	2.213.164.908

	Direitos de Exploração	Programas Computador	Ativos em curso	Total
Alterações no período				
Adições	15.618.734	150	37.655.470	53.274.355
Transferências e abates	2.874.014	0	(2.874.014)	0
Amortização - período	(58.679.805)	(86.243)	0	(58.766.048)
Valor líquido	(40.187.057)	(86.093)	34.781.457	(5.491.693)
31 de dezembro de 2012				
Custo de Aquisição	2.529.813.493	259.315	94.027.478	2.624.100.286
Amortizações acumuladas	(416.230.475)	(196.598)	0	(416.427.072)
Valor líquido	2.113.583.018	62.718	94.027.478	2.207.673.214

Os valores incluídos na rubrica de “Direitos de exploração” referem-se aos seguintes ativos:

	2012	2011
Linha Amarela	497.275.872	506.522.382
Tronco Comum	403.736.048	414.812.000
Linha Vermelha	283.007.192	289.161.724
Veículos Eurotram	202.342.406	207.966.932
Linha Verde	187.782.194	192.481.492
Linha Laranja	150.760.808	147.441.914
Veículos Tram-Train	123.724.560	127.027.934
Linha Azul	97.826.236	100.543.624
P.M.O.	89.478.748	91.280.123
Ponte do Infante	32.677.741	33.585.456
Linha Violeta	32.673.986	33.369.836
Geral	12.297.227	9.576.658
	2.113.583.018	2.153.770.075

A rubrica de “Ativos em curso” compreende todos os fornecimentos e custos incorridos com a construção das infraestruturas e equipamentos relativos a troços do sistema que ainda não entraram em exploração e, adicionalmente, o montante do imposto decorrente dos processos de IVA em litígio com a Autoridade Tributária. Tais montantes já parcialmente liquidados, conforme apresentado na nota 12.

0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

Os valores incluídos na rubrica de “Ativos em curso” referem-se aos ativos das seguintes linhas:

	2012	2011
Provisão processo IVA	36.681.574	0
Linha Verde	24.016.306	23.889.237
Linha da Boavista	16.894.678	16.870.078
Linha Amarela	8.037.295	6.565.892
Linha Vermelha	4.002.052	4.172.434
Linha de Gondomar	1.972.169	3.473.016
Linha Leça-Exponor	912.048	908.245
Linha Violeta	720.000	1.000.000
Veículos Tram-Train	483.618	0
Tronco Comum	273.318	0
Geral	16.080	1.226.067
P.M.O.	13.340	1.122.367
Ponte do Infante	5.000	0
Linha Azul	0	18.686
	94.027.478	59.246.022

TESTE DE IMPARIDADE AO ATIVO INTANGÍVEL RELATIVO AO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO SISTEMA

A Empresa efetuou teste de imparidade aos direitos de exploração do sistema ao nível das Unidades Geradoras de Caixa. Os cálculos efetuados têm subjacentes os seguintes pressupostos:

- › Desconto dos cash-flows operacionais das diversas unidades geradoras de caixa, considerando uma taxa de juro média de mercado (antes de impostos) ajustada para o risco da atividade da Empresa;
- › Atribuição do apoio financeiro por parte do Estado conforme referido na Introdução ao Anexo;
- › Restabelecimento do montante do imobilizado líquido à data de balanço pelo seu valor recuperável.

O modelo de imparidade considerou todos os cash-flows operacionais da atividade, incluindo:

- › Fluxos de caixa da exploração do serviço público de transporte.
- › Indemnizações compensatórias a receber do Estado no espírito das bases da concessão.

Não foram considerados no modelo de imparidade as seguintes rubricas:

- › Cash-flows da dívida e subsídios;
- › Cash-flows relativos aos custos de renda do Material Circulante;
- › Investimentos de renovação dos ativos.

Adicionalmente, foi considerado que a receita de bilhética por passageiro-km seria idêntica para todas as unidades geradoras de caixa, que a taxa de crescimento tarifária seria idêntica à taxa de inflação e que o custo de capital utilizado seria de 6,5%.

Conclui-se não existir imparidade nos ativos analisados.



0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, os investimentos em subsidiárias e associadas apresentavam-se como segue:

	% Detida	2012	2011
Transpublicidade, SA	40,00	271.029	268.231
Metro do Porto, Consultoria Unipessoal, Lda.	100,00	4.813	6.005
TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E	33,33	0	0
		275.842	274.236

Os movimentos em investimentos financeiros em subsidiárias e associadas nos períodos de 2011 e 2012 foram os seguintes:

	Metro Porto Consult., Lda	Transpublicidade. S.A.	Total
1 de janeiro de 2011	7.402	288.856	296.258
Aquisições	0	0	0
Ganhos / (Perdas)	(1.397)	(20.625)	(22.022)
Alienações	0	0	0
31 de dezembro de 2011	6.005	268.231	274.236
Aquisições	0	3.100	3.100
Ganhos / (Perdas)	(1.192)	(302)	(1.494)
Alienações	0	0	0
31 de dezembro de 2012	4.813	271.029	275.842

A 31 de dezembro de 2012, o TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE apresenta capitais próprios negativos no valor de 4.335.588 (3.081.186 em 2011), tendo sido reforçada a provisão de 418.134 (278.186 em 2011) em resultado da aplicação do método da equivalência patrimonial.

A informação financeira utilizada para a aplicação do método da equivalência patrimonial corresponde à informação disponibilizada pelas empresas associadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e 2012, estas ainda não formalmente aprovadas.

9. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento do Período, acrescido de derama, e existe tributação autónoma nos termos definidos pela legislação fiscal em vigor.

Ainda, de acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos (seis para períodos anteriores a 2010 e quatro anos para os períodos de 2010 e 2011) após a sua ocorrência e dedutíveis aos lucros fiscais gerados durante o período respetivo.

Em 31 de dezembro de 2012, não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos, por não ser provável que venham a ocorrer resultados tributáveis futuros que compensem esses prejuízos no período de reporte.

Os prejuízos fiscais disponíveis para utilização futura são os seguintes:

Ano do prejuízo	Valor	Utilizável até
2007	141.098.189	2013
2008	146.378.974	2014
2009	135.659.062	2015
2010	288.285.826	2014
2011	324.990.555	2015
2012	402.322.248	2017

Conforme disposição dos § 68 e 69 da NCRF 25, procedeu-se à compensação de Ativos por Impostos Diferidos de prejuízos fiscais com os Passivos por Impostos Diferidos relativos a Subsídios ao Investimento recebidos.

10. DÍVIDAS A RECEBER DE CLIENTES

No período findo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a decomposição da rubrica de Clientes (saldos correntes), apresenta-se como segue:

	2012	2011
Clientes c/c – Atividade de exploração	9.106.560	9.313.196
Clientes c/c – Atividade de investimento	1.809.017	3.035.649
Clientes de cobrança duvidosa	133.950	0
Perdas por imparidade acumuladas	(133.950)	0
Total de contas a receber de clientes	10.915.577	12.348.845

0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava-se como segue:

	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IVA– Reembolsos pedidos	19.902.274	0	19.074.815	97.257
IRS – Retenções na fonte (a terceiros)	891.311	61.257	891.311	73.490
IRC – Pagamentos especiais por conta	456.328		385.078	
IRC – Retenções na fonte (por terceiros)	47.152		27.390	10.100
Contribuições p/ segurança social	5.676	105.452	5.202	94.058
IRC – Tributações autónomas	-61.437			100.205
	21.241.304	166.709	20.383.796	375.110

O saldo devedor de IVA refere-se a reembolsos reclamados junto da Administração Fiscal.

Para os períodos apresentados o saldo credor de IRC tem a seguinte decomposição:

	2012	2011
Tributações autónomas	61.437	100.205
IRC-Retenções	0	10.100
	61.437	110.305

12. OUTRAS DÍVIDAS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a decomposição da rubrica “Outras contas a receber”, é a seguinte:

	2012	2011
Autoridade Tributária e Aduaneira	30.582.277	0
Acréscimos de rendimentos	18.332.197	10.598.989
Tarifário Social Andante	3.191.846	2.646.048
Outros	101.952	61.583
Outras contas a receber	52.208.272	13.306.620

Para os períodos indicados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

13. CAPITAL

CAPITAL REALIZADO

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Empresa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.500.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de dezembro de 2012 a Metro do Porto não detinha ações próprias em carteira.



0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

14. OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

AJUSTAMENTOS EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O saldo da rubrica “Ajustamentos em instrumentos financeiros de derivados” refere-se integralmente à reserva de cobertura correspondente ao justo valor à data de 31 de dezembro de 2012 da operação de cobertura contratada para o LEP.

Os movimentos nesta rubrica decorrem da alteração do justo valor dos referidos instrumentos entre os vários períodos de reporte conforme descrito na nota 17.

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

A rubrica “Subsídios ao investimento” é composta por: i) recursos não reembolsáveis atribuídos à Empresa para financiamento de bens de investimento afeto ao Sistema de Metro Ligeiro, previstos no Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro e nas suas posteriores atualizações (Prestações do Concedente); e ii) fundos com origem no Orçamento de Estado atribuídos em PIDDAC.

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram os seguintes:

	Nota	Prestações do Concedente	Subsídios	Total
1 de janeiro de 2011		472.827.086	28.075.208	500.902.294
Adições		70.793.102	0	70.793.102
Regularizações por resultados	26	(11.752.785)	(737.438)	(12.490.223)
31 de dezembro de 2011		531.867.403	27.337.770	559.205.173
Adições		45.254.033	0	45.254.033
Regularizações por resultados	26	(20.309.685)	(168.444)	(20.478.129)
31 de dezembro de 2012		556.811.751	27.169.326	583.981.077

As “Prestações do Concedente” recebidas em 2012 ascenderam a 45.254.033 euros (70.793.102 euros em 2011) e tiveram origem no Orçamento de Estado e em fundos comunitários (QREN).

A reconciliação do Capital Próprio para as rubricas “Ajustamentos em instrumentos financeiros de derivados”, “Ajustamentos em participações financeiras” e “Subsídios ao investimento” apresenta a seguinte decomposição:

	Ajustamentos em instrumentos financeiros de derivados	Ajustamentos em participações financeiras	Subsídios ao Investimento
Parte do capital próprio em 01-01-2011	(10.062.841)	835.189	500.902.294
Alterações no Período:			
Variação de Instrumentos de Cobertura	(5.475.999)	0	0
Variação Subsídios ao Investimento	0	0	58.302.879
Outros	0	(17.200)	0
Parte do capital próprio em 31-12-2011	(15.538.840)	817.989	559.205.173
Alterações no Período:			
Variação de Instrumentos de Cobertura	(4.403.587)	0	0
Variação Subsídios ao Investimento	0	0	24.775.904
Outros	0	637.898	0
Parte do capital próprio em 31-12-2012	(19.942.427)	1.455.887	583.981.077

15. PROVISÕES

O valor de Provisões refere-se fundamentalmente ao montante estimado pela Empresa como necessário para fazer face à obrigação de renovação das infraestruturas afetas à concessão, as quais reverterão para o Estado findo o período de concessão.

Adicionalmente existem outras provisões, resultantes de: (i) eventuais pagamentos no âmbito de processos judiciais em curso, tendo-se obtido para o efeito uma estimativa dos juristas internos e externos à Empresa; (ii) aplicação do método da equivalência patrimonial à participação no TIP, ACE.

A evolução da rubrica “Provisões” apresenta-se como segue:

	2012	2011
Renovação Ativos - IFRIC 12	315.081.974	237.889.387
Outras Provisões	75.525.491	38.359.557
	390.607.465	276.248.944

0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

	Nota	Renovação Ativos (IFRIC 12)	Outras Provisões	Total
A 1 de janeiro de 2011		176.928.093	12.992.135	189.920.228
Dotação Provisões - Outras Provisões		0	27.898.764	27.898.764
Dotação Provisões IFRIC 12 - Operacional		40.319.676	0	40.319.676
Dotação Provisões IFRIC 12 - Financeiro	28	27.094.198	0	27.094.198
Reversão Provisões		0	(2.531.342)	(2.531.342)
Utilização Provisões		(6.452.580)	0	(6.452.580)
A 31 de dezembro de 2011		237.889.387	38.359.557	276.248.944
Saldo Corrente		0	0	0
Saldo não corrente		237.889.387	38.359.557	276.248.944
A 1 de janeiro de 2012		237.889.387	38.359.557	276.248.944
Dotação Provisões - Outras Provisões		0	54.468.246	54.468.246
Dotação Provisões IFRIC 12 - Operacional		46.027.085	0	46.027.085
Dotação Provisões IFRIC 12 - Financeiro	28	34.506.692	0	34.506.692
Reversão Provisões		0	(17.302.312)	(17.302.312)
Utilização Provisões		(3.341.190)	0	(3.341.190)
A 31 de dezembro de 2012		315.081.974	75.525.491	390.607.465
Saldo Corrente		0	0	0
Saldo não corrente		315.081.974	75.525.491	390.607.465
		315.081.974	75.525.491	390.607.465

As variações registadas no período de 2012 decorrem de:

- i. Necessidade de substituição de ativos afetos à concessão, de modo a garantir a funcionalidade do Sistema, tendo em conta a vida útil dos bens que o compõem, de acordo com o disposto na IFRIC 12, pelo montante de 80. 533.777 euros;
- ii. Utilização de provisões anteriormente constituídas no âmbito do referido no ponto anterior, no montante de 3.341.190 euros, decorrente de gastos incorridos na manutenção de ativos durante o período de 2012;
- iii. Previsões de responsabilidades futuras a assumir pela Empresa, decorrente processos expropriativos e contencioso no montante de 54.050.112 euros;
- iv. Reversões de provisões anteriormente constituídas resultantes da assunção de responsabilidades durante o período de 2012 no montante de 17.302.312 euros;
- v. Dotação de provisões, no âmbito da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial resultante da participação financeira no TIP, ACE, no montante de 418.134 euros.

A rubrica “Outras provisões” apresenta a seguinte decomposição:

	2012	2011
Processo IVA	48.566.708	0
Processos expropriativos	9.917.440	11.920.000
Processos relacionados com exploração	9.149.171	5.299.495
Processos relacionados com empreitadas	3.808.899	13.477.044
Processos diversos	2.399.172	6.635.956
Aplicação MEP	1.445.196	1.027.062
Outras contingências	238.905	0
	75.525.491	38.359.557

16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo e natureza, nos finais dos períodos, apresenta-se como segue:

	2012			2011		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos sobre a forma de C. Corrente	0	0	0	30.000.000	0	30.000.000
Empréstimos Mútuos	150.750.000	1.565.703.941	1.716.453.941	152.500.000	1.407.500.000	1.560.000.000
Empréstimos Obrigacionista	0	50.000.000	50.000.000	0	50.000.000	50.000.000
Banco Europeu de Investimentos	44.941.633	710.116.535	755.058.168	28.679.623	755.058.169	783.737.792
Leasing	4.150	0	4.150	8.552	0	8.552
Locação Material Circulante - LEP	6.206.014	191.121.672	197.327.686	6.101.376	197.327.686	203.429.062
Bonificação BEI	348.431	1.254.145	1.602.576	376.231	1.602.577	1.978.808
Bonificação LEP	321.491	2.729.281	3.050.772	326.457	3.050.772	3.377.229
Total	202.571.719	2.520.925.574	2.723.497.293	217.992.240	2.414.539.204	2.632.531.444

Todos os empréstimos estão negociados em euros e vencem juros a taxa variável.

Taxas de juro variáveis	2012	2011
Corrente	202.571.719	217.992.240
Não corrente	2.520.925.574	2.414.539.204
	2.723.497.293	2.632.531.444

0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

O endividamento não corrente é composto por dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimentos, por contratos sobre a forma de mútuo, por financiamento em leasing (LEP) e por empréstimo obrigacionista, nas condições seguidamente descritas.

No montante dos empréstimos exigíveis a Curto Prazo estão incluídos 44.941.633 euros relativos à amortização do financiamento obtido junto do BEI e 149.500.000 euros relativos à amortização de empréstimos sobre a forma de mútuo.

No final do período de 2012, todas as linhas de crédito contratadas estavam utilizadas.

A maturidade dos empréstimos é a seguinte:

Maturidades	2012	2011
até 1 ano	202.571.719	217.992.240
entre 2 e 5 anos	1.181.968.375	255.000.000
mais de 5 anos	1.338.957.199	2.159.539.204

A carteira de endividamento com maturidade superior a 1 ano, à data de 31 de dezembro de 2012, tem a seguinte composição:

a) BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

Contratos	Valor contratado	Valor total em dívida
BEI I		
Tranche A	99.759.579	66.506.386
Tranche B	100.000.000	86.666.667
Tranche C	100.000.000	86.666.667
Tranche D	243.930.128	227.668.120
BEI II		
Tranche A	120.000.000	109.565.217
Tranche B	80.000.000	73.043.478
Tranche C	60.000.000	60.000.000
Total	803.689.708	710.116.535

Os empréstimos contraídos junto do BEI estão contratados em Euros, em regime de taxa variável BEI (consistentemente mais baixa que a Euribor de maturidade idêntica), em regime de taxa fixa revisível e em regime de taxa variável, tendo como referencial a Euribor a 3 meses (BEI II – Tranche C).

Os contratos de financiamento com o BEI beneficiam de Garantia Pessoal da República Portuguesa, por um período de 20 anos.

Em 2003 foi tomada a opção pelo regime de taxa fixa revisível para as tranches B e C (BEI I). A tranche B, inicialmente fixada até 15 de março de 2009, foi refixada, no corrente período, até março de 2013. A tranche C, fixada inicialmente até 15 de setembro de 2009, foi refixada por um período de 6 anos.

Ainda em 2003, foi tomada a opção pelo regime de taxa fixa revisível, até 15 março de 2010, para parte da tranche D, no valor de 100 milhões de euros.

Durante o período de 2006, foi contratado, um instrumento financeiro de derivado de taxa de juro sobre a totalidade da tranche D do contrato BEI, no montante de 243,9 milhões de euros. No período de 2008, e no âmbito de uma política de acompanhamento ativo da dinâmica dos mercados de dívida, procedeu-se à reestruturação, com a mesma contraparte, do referido contrato. Como consequência da elevada volatilidade verificada nos mercados financeiros durante o período de 2009, procedeu-se a um ajustamento do instrumento financeiro de derivado de taxa de juro referido. As duas alterações ocorreram sem gastos adicionais para a Empresa.

Contratou-se, em abril de 2009, um instrumento financeiro de derivado de taxa de juro sobre as tranches A e B do contrato BEI II, pela totalidade do montante e até ao vencimento do financiamento.

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos obtidos junto do BEI classificados a médio e longo prazo apresentam o seguinte plano de reembolsos:

Contrato BEI I

- Tranche A: 10 prestações anuais consecutivas com início no ano de 2009
- Tranche B e C: 10 prestações anuais consecutivas com início no ano de 2012
- Tranche D: 10 prestações anuais consecutivas com início no ano de 2013

Contrato BEI II

- Tranche A: 13 prestações anuais consecutivas com início no ano de 2012
- Tranche B: 13 prestações anuais consecutivas com início no ano de 2012
- Tranche C: 12 prestações anuais consecutivas com início no ano de 2016

b) CONTRATOS DE MÚTUA

Durante o período de 2012 foram contratados quatro empréstimos sob a forma de mútuo no montante de 308.953.941 euros e vencimento em 2017.

Em 31 de dezembro de 2012 os contratos de empréstimo sobre a forma de mútuo apresentavam a seguinte composição:

Entidade Original	Montantes em dívida	Maturidades
Deutsche Bank	105.000.000	2014
Nomura	75.000.000	2014
DGTF	444.750.000	2016
Barclays	75.000.000	2017
DGTF	308.953.941	2017
BNP Paribas	100.000.000	2018
JP Morgan	120.000.000	2023
DEPFA	85.000.000	2027
Deutsche Bank	126.000.000	2028
Goldman Sachs	126.000.000	2028
Total	1.565.703.941	

Do total apresentado no quadro anterior, 426 milhões de euros foram recolocados em outras entidades financeiras.



0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

Em 31 de dezembro de 2012 os instrumentos financeiros de derivados afetos a contratos de empréstimo sobre a forma de mútuo apresentavam a seguinte detalhe:

Financiamento bancário		Instrumento financeiro de derivado			
Entidade	Entidade	Tipo	Capital (M Eur)	Contrato	Maturidade
Santander/Depfa	Santander	Interest Rate Swap	53	13/08/2007	15/09/2027
Santander/Depfa	Depfa	Interest Rate Swap	35	13/08/2007	15/09/2027
Deutsche Bank	Deutsche Bank	Equity Swap	84	10/07/2009	15/02/2028
Deutsche Bank	Deutsche Bank	Equity Swap	42	27/03/2009	15/02/2028
Deutsche Bank	Deutsche Bank	Equity Swap	105	09/07/2009	15/07/2014
BNP Paribas	BNP Paribas	Equity Swap	100	17/07/2008	21/07/2018
JP Morgan	JP Morgan	Equity Swap	120	04/09/2008	15/09/2023
Nomura	Nomura	Equity Swap	75	24/07/2009	20/08/2014
Goldman Sachs	Goldman Sachs	Set up Swap	126	15/02/2008	15/02/2028
Goldman Sachs	Nomura	Equity Swap	126	16/06/2009	15/02/2028

c) EMPRÉSTIMO OBRIGACIONISTA

Durante o período de 2010 a Empresa procedeu a uma emissão de obrigações, por oferta particular, garantida pela República Portuguesa, no montante de 50 milhões de euros e com maturidade de 5 anos. O reembolso das obrigações será efetuado ao valor nominal no final do prazo do contrato.

d) LEASING (LOCAÇÃO ESTRUTURADA)

Entre 2002 e 2004 a Metro do Porto procedeu a três tranches, de uma operação de financiamento estruturado sale and lease back denominada “Locação Estruturada Portuguesa” com o Nortrem ACE. Nos termos desta operação, a Nortrem, ACE adquiriu as 72 composições Eurotram por um valor de 250 milhões de euros. A Empresa detém uma participação de 0,001% nesta entidade, atuando como fiador nos contratos de mútuo celebrados por esta entidade para financiamento da aquisição dos veículos. Adicionalmente, foi atribuída uma garantia da República Portuguesa às obrigações da Metro do Porto enquanto fiadora do Nortrem, ACE.

Contrato	Veículos	Montante Contrato	Montante Dívida	Maturidade
Tranche 2002	28	97.222.222	73.059.249	2022
Tranche 2003	35	121.527.777	93.281.412	2023
Tranche 2004	9	31.250.000	24.781.011	2024
Totais	72	250.000.000	191.121.671	

No mesmo momento da venda, a Empresa celebrou com a Nortrem, ACE um contrato de locação operacional dos veículos por um prazo de 20 anos, em regime de taxa variável indexada à Euribor a 6 meses, tendo a Metro do Porto a opção de compra dos veículos a partir do 15.º ano da operação de locação e até à maturidade da mesma.

Em relação à tranche 2002 foi contratado em 27 de março de 2003 um instrumento financeiro de derivado de taxa de juro, através do qual foi fixada a taxa de juro até à maturidade de operação.

A 11 de janeiro de 2007 foi contratada com uma outra instituição financeira um instrumento financeiro de derivado de taxa de juro que visou reestruturar até à maturidade o primeiro instrumento financeiro de derivado contratado.

A 13 de agosto de 2009, celebrou-se com uma terceira instituição financeira, uma operação de reestruturação parcial, até março de 2011, do instrumento financeiro de derivado de taxa de juro contratado em janeiro de 2007.

O impacto da participação no Nortrem, ACE apresenta-se como segue:

	2012	2011
No ativo corrente		
Outros ativos financeiros	10.187.750	10.046.885
	10.187.750	10.046.885
No passivo corrente		
Outros passivos financeiros	654.782	1.004.937
	654.782	1.004.937



0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2012 a Metro do Porto detinha em carteira vários instrumentos financeiros de derivados.

Tendo em conta as características dos instrumentos financeiros de derivados utilizados pela Empresa, as condições necessárias para realização de “hedge accounting” não são satisfeitas na generalidade destes instrumentos, encontrando-se apenas um derivado, referente à operação de cobertura contratada para o LEP, classificado como de cobertura contabilística, contabilizado conforme referido na Nota 14.

As variações de justo valor dos instrumentos financeiros de derivados classificados como de não cobertura contabilística encontram-se reconhecidos em resultados do período, conforme evidenciado abaixo.

	Nota	Cobertura contabilística	Não Cobertura contabilística	Total
Justo Valor a 1 de janeiro de 2011		(10.361.554)	(503.920.583)	(514.282.137)
Variação Justo Valor - Reservas. Instr. Financeiros		(5.475.999)	0	(5.475.999)
Variação Justo Valor - Resultados Período		0	(130.917.898)	(130.917.898)
Parcela imputável a custo de financiamento	28	(120.136)	(5.703.597)	(5.823.733)
Justo Valor a 31 de dezembro de 2011		(15.957.689)	(640.542.078)	(656.499.767)
Variação Justo Valor - Reservas Instr Financeiros		(4.235.832)	0	(4.235.832)
Variação Justo Valor - Resultados Período		0	(219.232.498)	(219.232.498)
Parcela imputável a custo de financiamento	28	(167.755)	(9.522.180)	(9.689.935)
Justo Valor a 31 de dezembro de 2012		(20.361.276)	(869.296.756)	(889.658.032)

Não existem limites ótimos para o nível da cobertura da exposição ao risco de taxa de juro, nem sequer consenso entre os especialistas quanto à percentagem do valor contabilístico da carteira de dívida que uma determinada empresa não deverá ter exposta a este tipo de risco. Na ausência destes critérios de referência, a Empresa tem assumido uma posição de acompanhamento dinâmico do mercado, pelo que, estrategicamente tem assumido uma posição pró-ativa – não reativa – face à evolução dos mercados de taxa de juro, reajustando os instrumentos financeiros de derivados em função da evolução dos referidos mercados. Este acompanhamento da evolução dos mercados financeiros em geral e de taxa de juro em particular, é permanente e independente da existência ou não de limites explícitos de exposição ao risco de taxa de juro.

Em 2012 não foi contratada qualquer novo instrumento financeiro de derivado de taxa de juro.

Na impossibilidade de determinar o valor intrínseco da carteira de derivados, em termos integrados, a 31 de dezembro de 2012, os valores apresentados correspondem a cada uma das posições dos instrumentos financeiros de derivados avaliadas individualmente. Deste modo, não é possível estimar uma medida de risco da carteira que reflita adequadamente os efeitos de diversificação, resultantes da exposição a fatores de risco não perfeita e positivamente correlacionados, e que, como é sabido, diferem da média ponderada desses fatores de risco.

Acresce, ainda, que a determinação do mark-to-market, obtida de forma isolada para cada um dos instrumentos financeiros de derivados da carteira da Metro do Porto, é da responsabilidade de uma entidade independente contratada para o efeito. Tais modelos assumem como pressupostos centrais que: (i) o nível das taxas forward, reconhecidamente um estimador enviesado das futuras taxas de juro à vista, se manterá inalterado até à maturidade do instrumento, quando é notório que as referidas taxas exibem uma expressiva volatilidade, mesmo no intraday trading; e (ii) não será introduzido qualquer reajustamento nas estruturas de cobertura existentes, qualquer que seja a evolução do mercado de taxa de juro.

Durante o período, reclassificou-se a rubrica “Aumentos/Reduções de justo valor” na Demonstração dos Resultados por Naturezas para representar adequadamente as variações nos instrumentos financeiros de derivados.

Os valores dos instrumentos financeiros de derivados a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 apresentam-se como segue:

	2012	2011
Instrumentos Financeiros Derivados - sem Cobertura Contabilística	24.744.597	28.441.143
Total Justo Valor - Ativo	24.744.597	28.441.143
Instrumentos Financeiros Derivados - Cobertura Contabilística	(20.361.276)	(15.957.689)
Instrumentos Financeiros Derivados - sem Cobertura Contabilística	(894.041.353)	(668.983.221)
Total Justo Valor - Passivo	(914.402.629)	(684.940.911)
Justo Valor Líquido	(889.658.032)	(656.499.767)

Em 31 de outubro de 2012, com a assinatura do Contrato de Mandato de Representação entre a Empresa e o Instituto de Gestão do Crédito Público, I.P. (IGCP) em cumprimento da alínea d) do n.º 1 do Art.º 6º do Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto, foi atribuído ao IGCP um mandato para a gestão da carteira de instrumentos financeiros de derivados detida pela Empresa.

0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

18. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos mais significativos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

Entidade	2012	2011
Prometro, S.A.	9.275.652	13.711.950
Normetro, ACE	2.455.192	2.836.160
EMEF - Emp. Manut. Equip. Ferroviário, SA.	772.609	217.946
Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE	437.293	4.179
Bombardier Transportation Portugal, S.A.	390.324	1.924.639
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	264.632	985.630
Outros	958.698	899.440
Total saldo fornecedores - correntes	14.554.400	20.579.944

19. FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos mais significativos de fornecedores de investimentos referem-se às seguintes entidades:

Entidade	2012	2011
Normetro, ACE	12.586.818	14.224.614
GACE. Gondomar, ACE	1.410.106	5.726.519
Bombardier Transportation Portugal, S.A.	476.134	1.074.756
Lena - Engenharia e Construções, SA	90.243	2.058.960
Outros	352.569	5.623.423
Total saldo fornecedores - correntes	14.915.870	28.708.272

Esta rubrica refere-se maioritariamente aos valores faturados pela aquisição de equipamentos e materiais incorporados nos ativos em curso.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar (saldo corrente) é o seguinte:

	2012	2011
Acréscimos de gastos		
Juros de empréstimos	13.859.369	11.556.803
Operação comercial	5.258.406	4.443.790
Comissões de garantias	505.883	485.867
Remunerações	293.811	331.223
Outros	355.752	336.879
Outros credores	160.266	3.038.895
Pessoal	57.647	62.893
Outras contas a pagar	20.491.134	20.256.350

21. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O valor das vendas e serviços prestados reconhecidos na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	Nota	2012	2011
Prestação de Serviços – Mercado interno			
Serviços prestados (construção)	23	53.274.205	48.661.449
Serviços prestados (transporte)		38.689.843	35.661.591
Serviços prestados (direitos de utilização)		7.497.292	7.213.419
Outros		700.137	700.910
Prestação de serviços		100.161.476	92.237.369

A rubrica “Serviços prestados (direitos de utilização)” contempla na sua totalidade os direitos de utilização das instalações fixas e do material circulante no âmbito do Contrato de Subconcessão da Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto.

0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	Nota	2012	2011
Subcontratos (construção)	23	53.274.205	45.942.686
Subcontratos (operação e manutenção)		39.920.739	38.990.541
Subcontratos (direitos de utilização)		7.497.292	7.213.419
Outros Subcontratos		2.417.076	2.430.189
Rendas		1.989.702	980.670
Vigilância e segurança		1.378.096	1.492.623
Trabalhos especializados		614.585	2.419.575
Conservação e reparação		231.963	44.303
Outros		660.319	1.524.260
Fornecimentos e serviços externos		107.983.977	101.038.266

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, excluindo o efeito da aplicação da IFRIC 12 apresenta a seguinte configuração:

	2012	2011
Subcontratos	49.835.107	48.823.037
Outros Serviços Especializados	2.591.028	4.512.729
Serviços Diversos	2.048.172	1.501.170
Conservação e Reparação	231.963	44.303
Outros	3.502	214.341
	54.709.772	55.095.580

Reclassificou-se a utilização de provisões na rubrica “Outros fornecimentos e serviços externos” na Demonstração dos Resultados por Naturezas para representar adequadamente os gastos de renovação ocorridos ao longo período. A reclassificação efetuada traduz-se na redução da rubrica “Gasto de conservação e reparação”.

23. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS/GASTOS DIRETOS CONSTRUÇÃO (IFRIC 12)

O valor de Prestações de Serviços de Construção e respetivos Gastos diretos reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com o disposto na IFRIC 12 é detalhado como segue:

	2012	2011
Prestações Serviços Construção (IFRIC 12)	53.274.205	48.661.449
Gastos Diretos Construção (IFRIC 12)	53.274.205	45.942.686
FSE’S - Imputáveis à Construção	0	1.735.102
Gastos com Pessoal - Imputáveis à Construção	0	983.661
Gastos imputáveis à Construção	53.274.205	48.661.449
Margem Construção - IFRIC 12	0	0

Em virtude do reduzido volume de construção não foram identificados gastos financeiros ou gastos com o pessoal passíveis de capitalização no período.

24. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica de “Subsídios à exploração” apresenta o seguinte detalhe:

	2012	2011
Indemnizações compensatórias	11.535.895	11.860.442
Subsídios de outras entidades	9.069	8.195
	11.544.964	11.868.637

0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

25. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2012 e 2011, foram como segue:

	2012	2011
Remunerações		
Órgãos sociais	227.058	394.618
Pessoal	3.049.386	3.377.907
	3.276.444	3.772.525
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	733.066	794.400
Custos de ação social	127.318	106.214
Outros	113.460	164.281
	973.844	1.064.895
Gastos com o pessoal	4.250.288	4.837.420

O número médio de empregados da Empresa em 2012 foi de 90 (98 em 2011).

26. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” apresenta o seguinte detalhe:

	Nota	2012	2011
Imputação de subsídios ao investimento	14	20.478.129	12.490.223
Benefício de penalidades contratuais		7.491.973	12.256.614
Coimas recebidas de clientes		362.093	260.679
Outros		231.527	54.766
Outros rendimentos operacionais		28.563.722	25.062.282

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe da rubrica de “Outros gastos e perdas” é apresentado no quadro seguinte:

	2012	2011
Impostos	946.812	2.047.943
Coimas entregues ao IMTT	96.695	385.300
Quotizações	42.617	26.975
Outros	10.740	11.803
Outros gastos operacionais	1.096.864	2.472.021

28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

O detalhe dos “Juros e gastos similares suportados” dos períodos de 2012 e 2011 é como segue:

	2012	2011
Juros de Financiamentos Obtidos	149.081.361	133.402.991
Atualização Financeira Provisões (IFRIC 12)	34.506.692	27.094.198
Comissões de garantias	2.437.087	2.235.755
Juros de mora e compensatórios	2.124.439	578.841
Outros	311.976	425.590
	188.461.555	163.737.375

De acordo com o explicitado na nota 3.13 a rubrica “Atualização Financeira de Provisões (IFRIC 12) corresponde ao efeito financeiro sobre o montante das provisões de: i) tempo decorrido até ao final da concessão ii) efeito da variação da taxa subjacente ao cálculo anterior.

Do montante total de “juros de financiamentos obtidos” registados no final do período, 82.001.064 euros correspondem a juros de Instrumentos Financeiros de Derivados (65.479.331 euros em 2011).

0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

Em cumprimento do Despacho n.º 101/09 SETF, de 30 de janeiro, a tabela seguinte apresenta a evolução da taxa anual média de financiamento (all-in cost médio anual) da Empresa nos últimos 5 anos, bem como respetivos juros suportados:

Ano	All-in Cost (média anual)	Juros Suportados
2012	5,56%	149.081.361
2011	5,47%	133.402.991
2010	3,95%	89.436.151
2009	2,76%	58.233.775
2008	4,15%	66.859.647
	Total	497.013.925

O all-in cost médio anual inclui os encargos associados aos contratos de financiamento, bem como os cash flows associados aos contratos de cobertura de risco de taxa de juro ativos.

29. COMPROMISSOS

Os compromissos financeiros mais relevantes assumidos pela Empresa dizem respeito aos contratos de operação do Sistema de Metro Ligeiro, empreitada de construção da Linha de Gondomar e Manutenção do material circulante, bem como os contratos de prestação de serviços de Fiscalização empreitada de construção do prolongamento da Linha Amarela a Santo Ovídeo em V. N. Gaia. Assumem no final do período a seguinte configuração:

Entidade	Âmbito	Valor do contrato	Valor realizado	%
Prometro, S.A.	Subconcessão Op. e Manut. SMLAMP	218.383.603	126.282.204	58%
GACE-Consórcio adjudicatário	Construção da Linha de Gondomar	121.571.764	100.870.835	83%
Bombardier/Vossloh	Forn. e Manut. Material Circulante	115.487.779	111.181.476	96%
Consórcio (CFS)	Fiscalização	61.806.544	60.523.352	98%
BAL-Consórcio adjudicatário	Prolongamento L. Amarela a Sto. Ovídeo	32.866.749	28.987.915	88%

O único fornecedor que representa mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos do ano de 2012 (no caso de esta percentagem ultrapassar 1.000.000 euros) é a Prometro, S.A.

30. CONTINGÊNCIAS

A Empresa tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	2012	2011
Tribunal do Porto	Processos expropriativos	1.084.716	1.763.523
Tribunal de Vila do Conde	Processos expropriativos	717.235	1.852.817
Tribunal de Gondomar	Processos expropriativos	390.315	407.118
Tribunal da Póvoa de Varzim	Processos expropriativos	225.754	280.542
Tribunal de Vila Nova de Gaia	Processos expropriativos	210.760	122.556
Tribunal da Maia	Processos expropriativos	54.636	73.566
Tribunal de Matosinhos	Processos expropriativos	5.788	5.788
		2.689.205	4.505.910



0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

31. PARTES RELACIONADAS

31.1 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

Estado
Área Metropolitana do Porto
STCP
CP – Comboios de Portugal

Associadas:

TIP – Transportes Intermodais do Porto ACE
Metro do Porto Consultoria, Lda.
Transpublicidade, S.A.

(b) Transações e saldos pendentes

i) Acionistas e partes relacionadas:

Durante o período, a Empresa efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	2012	2011
Prestação Serviços		
Estado (DGTF)	2.827.546	2.831.996
STCP	36.425	0
	2.863.971	2.831.996
Aquisição de Serviços		
Estado (IGCP)	1.397	77
STCP	107.839	165.849
CP - Comboios de Portugal	53.378	49.664
	162.614	215.590
Juros pagos		
Estado (IGCP)	26.426.478	11.156.286
Financiamentos obtidos		
Estado (IGCP)	308.953.941	593.000.000
	335.543.033	604.371.876

No final do período de 2012 e 2011, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2012	2011
Saldos devedores		
Estado (DGTF)	3.191.846	2.646.048
STCP	44.718	13
	3.236.564	2.646.061
Saldos credores		
Estado (IGCP)	910.912.686	501.885.141
STCP	25.103	103.709
CP - Comboios de Portugal	13.677	211
	910.951.466	501.989.061

ii) Associadas:

Durante o período, a Empresa efetuou as seguintes transações com entidades associadas:

	2012	2011
Prestação Serviços		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	35.832.909	33.375.799
Transpublicidade, S.A.	330.878	232.889
	36.163.787	33.375.799
Aquisição de Serviços		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	1.894.656	1.776.012
	1.894.656	1.776.012

0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

No final do período de 2012 e 2011, os saldos resultantes de transações efetuadas com entidades associa-
das são como se segue:

	2012	2011
Saldos devedores		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	6.508.875	6.340.218
Metro do Porto Consultoria, Lda.	3.758	2.170
Transpublicidade, S.A.	335.323	317.663
	6.847.957	6.660.051
Saldos credores		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	301.077	1.056.932
	301.077	1.056.932



32. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS (VALORES ANUAIS EM EUROS) – MANDATO I

1. MESA ASSEMBLEIA GERAL

	2012		
Mesa da Assembleia Geral Mandato I	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
	Valentim Santos de Loureiro	Alberto João Coraceiro de Castro	Luís Artur de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar
Remuneração anual fixa	2.400	2.000	1.600
Redução remuneratória*	120	0	114
Remuneração anual efetiva	2.280	2.000	1486
Andante Pro	691	691	691

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

2. ÓRGÃO (S) DE FISCALIZAÇÃO

	2011		2012	
Conselho Fiscal Mandato I	P	V	P	V
	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	Guilherme Manuel Lopes Pinto	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	Guilherme Manuel Lopes Pinto
Remuneração anual fixa	18.200	0	8.400	0
Redução remuneratória*	1.820	0	840	0
Remuneração anual efetiva	16.380	0	7.560	0

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Revisor Oficial de Contas	2011	2012
Remuneração anual auferida	21.500	15.526
Redução remuneratória*	1908	1.413
Remuneração anual efetiva	19.592	14.114

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

3. AUDITOR EXTERNO

Auditor Externo	2011	2012
Remuneração anual auferida	17.000	16.000
Redução remuneratória*	n.a	n.a.
Remuneração anual efetiva	17.000	16.000

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

4. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Presidente	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
	António Ricardo de Oliveira Fonseca	Maria Gorete Gonçalves Fernandes Rato	Jorge Moreno Delgado	Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves
Mandato	I	I	I	I	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	57.096,47 €	45.797,54 €	48.990,47 €	8.732,75 €	0,00 €
OPRLO	Não	Não	Não	Sim	Sim
Entidade de Origem	MP, S.A	MP, S.A.	I.P. de Viana do Castelo	STCP, S.A.	CMPorto
Entidade pagadora (origem/Destino)	MP, S.A	MP, S.A.	MP,S.A	STCP, S.A.	CMPorto
1.1.Remuneração Anual	48.973,09 €	40.918,41 €	42.654,61 €	0	0
1.2. Despesas de Representação (Anual)	6.721,62 €	4.669,74 €	5.377,28 €	0	0
1.3. Senha de presença (Valor Anual)	0	0	0	0	0
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	2.784,74 €	2.279,41 €	2.401,59 €	487,50 €	0
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011	5.290,98 €	4.330,87 €	4.563,03 €	732,00 €	0
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0	0
1.7. Reduções de anos anteriores	0 €	0 €	0 €	0 €	0
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	47.618,99 €	38.977,87 €	41.067,27 €	-1.219,50 €	0
2. Remuneração variável	0	0	0	0	0

	Presidente	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
	António Ricardo de Oliveira Fonseca	Maria Gorete Gonçalves Fernandes Rato	Jorge Moreno Delgado	Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves
Mandato	I	I	I	I	I
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0	0	0	0	0
4. Outras (identificar)	9.477,48 €	6.819,67 €	7.923,20 €	9.952,25 €	0
Férias Não Gozadas (ano anterior)	5.557,95 €	3.599,43 €	4.658,09 €	0	0
Férias Não Gozadas (corrente ano)	3.175,97 €	2.540,78 €	2.540,78 €	0	0
Remuneração reversível	0	0	0	9.952,25 €	0
Subsídio de deslocação	0	0	0	0	0
Subsídio de refeição	743,56 €	679,46 €	724,33 €	0	0
Encargos com benefícios sociais					
Regime de Proteção Social	6.615,02 €	5.635,60 €	3.776,76 €	0	0
Segurança Social	6.615,02 €	5.635,60 €	0,00 €	0	0
CGA/ADSE	0	0	3.776,76 €	0	0
Seguros de saúde	380,45 €	190,22 €	566,41 €	0	0
Seguros de vida	0	0	0	0	0
Seguro de Acidentes Pessoais	226,16 €	181,40 €	195,11 €	0	0
Outros (indicar)	864,60 €	637,78 €	985,12 €	637,78 €	425,19 €
Andante Pro	864,60 €	637,78 €	985,12 €	637,78 €	425,19 €
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Entidade	TIP, ACE	TIP, ACE		STCP, S.A.	C.M.Porto
Entidade	Nortrem, ACE				
Entidade	Transpublicidade, S.A.				
Remuneração Anual	0	0	0	0	0

0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

Parque Automóvel	Presidente	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
Mandato	I	I	I	I	I
Modalidade de Utilização	Aquisição	Renting	Aquisição	n.a	n.a
Valor de referência da viatura nova	69.967,00 €	50.304	61.500	n.a	n.a
Ano Início	n.a	2010	n.a	n.a	n.a
Ano Termo	n.a	2013	n.a	n.a	n.a
N.º prestações (se aplicável)	n.a	48	n.a	n.a	n.a
Valor Residual	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	n.a	10.926,48 €	n.a	n.a	n.a
Combustível gasto com a viatura	1.298,24 €	242,60 €	1.645,74 €	n.a	n.a
Plafond anual Combustível atribuído	4.990,80 €	3.992,64 €	3.992,64 €	n.a	n.a
Outros (Portagens)	250,30 €	30,70 €	793,96 €	n.a	n.a
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	n.a	n.a

Outras regalias e compensações	Presidente	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
Mandato	I	I	I	I	I
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	0	0	0	0	0
Gastos anuais com comunicações móveis	216,00 €	159,49 €	270,05 €	n.a	n.a
Outras (indicar)	0	0	0	n.a	n.a
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não	n.a	n.a

Gastos c/ deslocações	Presidente	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
Mandato	I	I	I	I	I
Custo total anual c/ viagens	0	0	2.050,47 €	0	0
Custos anuais com Alojamento	0	0	552,41 €	0	0
Ajudas de custo	0	0	268,04 €	0	0
Outras (indicar)	0	0	0	0	0

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS (VALORES ANUAIS EM EUROS) – MANDATO II

1. MESA ASSEMBLEIA GERAL

2012			
Mesa da Assembleia Geral Mandato II	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
	Valentim Santos de Loureiro	Alberto João Coraceiro de Castro	Luís Artur de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar
Remuneração anual fixa	0	0	0
Redução remuneratória*	0	0	0
Remuneração anual efetiva	0	0	0
Andante Pro	585	585	585

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

2. ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

2012		
Conselho Fiscal Mandato II	P	V
	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira
Remuneração anual fixa	7.564	0
Redução remuneratória*	756	0
Remuneração anual efetiva	6.808	0

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Revisor Oficial de Contas	2012
Remuneração anual auferida	8.530
Redução remuneratória*	853
Remuneração anual efetiva	7.677

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

0.2

CONTAS DO
EXERCÍCIO 2012

3. AUDITOR EXTERNO

Auditor Externo	2011	2012
Remuneração anual auferida	17.000	16.000
Redução remuneratória*	n.a	n.a.
Remuneração anual efetiva	17.000	16.000

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

4. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Presidente	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
	João Velez Carvalho	António José Lopes	Rui Miguel Faria de Sá Pinto	Joana Fernanda Ferreira de Lima	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves
Mandato	II	II	II	II	II	II
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	33.310,08 €	26.799,34 €	5.167,29 €	0	0	0
OPRLO	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Entidade de Origem	MP, S.A	MP, S.A.	MP, S.A.	CM da Trofa	CM do Porto	CM Póvoa de Varzim
Entidade pagadora (origem/Destino)	MP, S.A	MP, S.A.	MP, S.A	CM da Trofa	CM do Porto	CM Póvoa de Varzim
1.1.Remuneração Anual	27.196,09 €	21.756,86 €	5.439,23 €	Origem	Origem	Origem
1.2. Despesas de Representação (Anual)	10.878,46 €	8.702,75 €	0	0	0	0
1.3. Senha de presença (Valor Anual)	0	0	0	0	0	0
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	1.903,76 €	1.522,97 €	271,94 €	0	0	0
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011	3.617,09 €	2.893,68 €	0	0	0	0
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0	0	0	0	0	0
1.7. Reduções de anos anteriores	0	0	0	0	0	0
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	32.553,70 €	26.042,96 €	5.167,29 €	0	0	0
2. Remuneração variável	0	0	0	0	0	0

	Presidente	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
	João Velez Carvalho	António José Lopes	Rui Miguel Faria de Sá Pinto	Joana Fernanda Ferreira de Lima	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves
Mandato	II	II	II	II	II	II
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0	0	0	0	0	0
4. Outras (identificar)	0	0	0	0	0	0
Subsídio de deslocação	0	0	0	0	0	0
Subsídio de refeição	756,38 €	756,38 €	0	0	0	0
Encargos com benefícios sociais						
Regime de Proteção Social						
Segurança Social	4.593,80 €	4.804,06 €	1.048,96 €	0	0	0
Seguros de saúde	0	0	0	0	0	0
Seguros de vida	0	0	0	0	0	0
Seguro de Acidentes Pessoais	131,94 €	106,15 €	20,47 €	0	0	0
Outros (indicar)	0	0	0	0	0	0
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Entidade (identificar)	TIP, ACE	TIP, ACE		C.M. Trofa.	C.M.Porto	C. M. Póvoa de Varzim
Entidade		Nortrem, ACE				
Entidade		Transpubli- cidade, S.A				
Remuneração Anual	0	0	0	0	0	0

0.2

CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

Parque Automóvel	Presidente	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
Mandato	II	II	II	II	II	II
Modalidade de Utilização	Aquisição	Renting				
Valor de referência da viatura nova	69.967 €	61.500 €				
Ano Início	n.a	n.a				
Ano Termo	n.a	n.a				
N.º prestações (se aplicável)	n.a	n.a				
Valor Residual	n.a	n.a				
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	n.a	n.a				
Combustível gasto com a viatura	945,30 €	1.471,04 €				
Plafond anual Combustível atribuído	4.990,80 €	3.992,64 €				
Outros (Portagens, lavagens)	232,55 €	294,69 €				
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim				

Outras regalias e compensações	Presidente	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
Mandato	II	II	II	II	II	II
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	80	80				
Gastos anuais com comunicações móveis	122,31 €	87,42 €				
Outras (indicar)	0	0				
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim				

Gastos c/ deslocações	Presidente	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
Mandato	II	II	II	II	II	II
Custo total anual c/ viagens	0	0	0	0	0	0
Custos anuais com Alojamento	0	0	0	0	0	0
Ajudas de custo	0	0	0	0	0	0
Outras (indicar)	0	0	0	0	0	0

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 5 de abril de 2013, o Tribunal Constitucional decidiu, nos termos do Acórdão n.º 187/2013, declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, da norma do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. A decisão de inconstitucionalidade da referida norma determinará o pagamento, pela Empresa, do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14.º mês, estimando-se um impacto nos resultados do período de 306.948 euros.



0.3

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO DE AUDITORIA

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975**Contribuinte n.º 502 138 394*

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas Demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, da "Metro do Porto, S.A.", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de 2.340.730.886 euros e um total de capital próprio negativo de 1.738.559.397 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 491.356.515 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados; e
 - f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



0.3

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO DE AUDITORIA

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMFM com o n.º 1975*

Contribuinte n.º 502 138 394

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "Metro do Porto, S.A." em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMFM com o n.º 1975*

Contribuinte n.º 502 138 394

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 9.1 Conforme referido no relatório de gestão, o balanço apresenta um total de capital próprio negativo, estando a empresa, por conseguinte, abrangida pelo disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que os accionistas deverão deliberar em conformidade. De salientar que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio de continuidade, o que pressupõe o apoio financeiro dos accionistas e/ou a obtenção de resultados positivos no futuro.
- 9.2 Como consta do relatório de gestão e do anexo às demonstrações financeiras, os testes de imparidade realizados aos direitos de concessão reconhecidos no balanço, que ascendem a cerca de 2.208 milhões de euros, pressupõem a manutenção do apoio financeiro do accionista Estado, o qual está previsto nas Bases de Concessão. De referir que este apoio financeiro tem sido concretizado através da concessão de financiamento, que ascendeu em 2012 a cerca de 309 milhões de euros (593 milhões de euros em 2011), e pela atribuição de indemnizações compensatórias, cujo montante totalizou 11,5 milhões de euros em 2012 (11,8 milhões de euros em 2011).

Porto, 23 de Abril de 2013

António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada por António Monteiro de Magalhães
R.O.C. nº 179

0.4

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL



0.4

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCALRELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
DA
METRO DO PORTO, S.A.

Senhores Accionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias da Metro do Porto, S.A. (adiante designada apenas por sociedade) e cumprindo com o mandato que nos foi conferido, compete-nos elaborar e submeter à apreciação de V. Exas. o relatório anual da nossa acção fiscalizadora e o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e respectivo anexo, elaborados pelo Conselho de Administração, reportados a 31 de Dezembro de 2012.

No decurso do exercício, acompanhamos a gestão da sociedade e tomámos conhecimento da actividade desenvolvida, procedendo à leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e da Assembleia Geral e realizando reuniões com a Administração e demais responsáveis pelos serviços, nas quais nos foram prestados todos os esclarecimentos e informações solicitados. Procedemos igualmente às validações e controlos que por lei nos são cometidos, designadamente examinando registos contabilísticos e testando, por escolha aleatória, a conformidade dos lançamentos com os documentos que lhes serviram de suporte e demais informação disponível, apreciando o cumprimento do normativo legal e estatutário aplicável, nomeadamente quanto à divulgação da informação anual sobre governo das sociedades, conforme previsto no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Em 2012 foram eleitos novos órgãos sociais para o triénio 2012-2014, tendo sido elaborados o plano de reestruturação da sociedade e o plano de alienação de imóveis. A sociedade foi classificada como Entidade Pública Reclificada (EPR), passando a integrar o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, o que reforçou as suas necessidades de reporte, essencialmente ao nível do controle orçamental.

Apreciamos o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, que estão elaborados em conformidade com as disposições legais aplicáveis, os quais reflectem, no essencial, a posição dos registos contabilísticos e apresentam a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa. Procedemos igualmente à apreciação da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas membro deste Conselho, a qual merece a nossa concordância.



Cumprimento de obrigações legais

Relativamente às obrigações legais e regulamentares a que a sociedade, enquanto empresa pública, se encontra vinculada, houve da parte da empresa a preocupação de cumprimento quase generalizado das mesmas, tal como é especificado no relatório de gestão.

Ao nível das práticas de boa governação societária, salienta-se:

- O respeito do princípio da transparência, através da divulgação da generalidade da informação legalmente determinada;
- A preservação de sistemas de controlo eficientes;
- A adoção de procedimentos tendentes à prevenção de conflitos de interesses.

Quanto à gestão de risco financeiro, a Metro do Porto deu cumprimento ao previsto na alínea d) do n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto, por via da celebração com o ICGP de um Contrato de Mandato de Representação, no âmbito do qual este Instituto ficou responsável pela gestão da carteira de instrumentos financeiros derivados detida pela empresa, incluindo as operações com opções de vencimento antecipado exercíveis pela contraparte.

A empresa não constituiu quaisquer aplicações financeiras ao longo do exercício, mantendo as suas disponibilidades junto do ICGP, com exceção das que resultam de excedentes pontuais diários para fazer face às necessidades correntes da empresa. Não tendo havido, desta forma, um cumprimento integral do princípio da unidade de tesouraria do Estado, e não tendo a empresa solicitado a aplicação do regime de exceção previsto na Lei nº 64-B/2011, de 31 de dezembro de 2011, procedeu esta, já em 2013, a entrega ao Estado dos juros dos depósitos a ordem recebidos, nos termos legalmente definidos.

Em matéria de endividamento remunerado, a Metro do Porto não excedeu, em 2012, o limite máximo de acréscimo previsto no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (5,0%), tendo atingido um acréscimo de endividamento de 4,5%.

Rubricas	Endividamento Remunerado			
	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012
Divida remunerada	2.211.495	2.240.395	2.632.531	2.733.466
Acrescimento de endividamento 1		0,4%	17,5%	3,5%
Divida remunerada ajustada (*)	2.128.254	2.116.307	2.501.611	2.621.262
Acrescimento de endividamento 2		-0,4%	15,1%	4,4%
Limite legal de atreço		7,0%	8,0%	9,0%

(*) O ajustamento refere-se (i) aos instrumentos emitidos para cobrir os montantes não compartilhados pela PIDDAC e pela QREN dos projetos Eco-Clima e (ii) aos (i) Emissão de Dívida - Fundo de Reserva - Venda Nova e (ii) a bonificação RFI/LEP que são montantes instrumentais associados aos empréstimos. Sendo prémios recebidos pela contratação de empréstimos, estão considerados no valor de financiamento obtido, de acordo com o definido na NCEB 27/IAA/06. No entanto, não são devidos, mas sim reconhecidos (juros) que não são registados nos resultados ao longo da vida dos empréstimos associados, pelo motivo de não serem obtidos até ao final da NCEB 27/IAA/06.

0.4

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

De salientar, porém, que o cumprimento desta determinação foi conseguido por via da suspensão de todos os investimentos não adjudicados, tendo sido desenvolvidos apenas os que estavam já em fase de execução.

O prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP), calculado nos termos da RCM nº 34/2008, alterada pelo Despacho n.º 9870/2009, registou uma redução de 129 dias (53%), traduzindo, assim, uma superação do objetivo definido na referida RCM¹. De salientar que, no início de 2013, foi alterada a forma de apuramento do valor a considerar na conta "278 - Outros devedores e credores", para apuramento do PMP, passando a considerar-se a soma dos saldos credores das sub-contas da 278 e não o saldo global dessa conta, conforme vinha sendo feito, o que garante uma maior coerência dos valores do indicador.

O valor das dívidas em atraso² registou uma redução de 6,6 M€ face a 2011, fixando-se, em 31-12-2012, em 15,7 M€.

No que respeita às remunerações, a empresa deu cumprimento às disposições legais, em matéria de não atualização de salários nominais, de aplicação de reduções remuneratórias e de não atribuição de prémios de gestão.

Relativamente aos custos operacionais, registou-se em 2012 uma variação de -11,9% e -7,8% face a 2010 e a 2011, respetivamente. No que se refere especificamente a despesas com deslocações, ajudas de custo, alojamento e comunicações, a empresa excedeu os limites máximos definidos. Salienta-se ainda a redução de 4 trabalhadores no decorrer do exercício de 2012.

Análise da atividade económico-financeira

Apesar da menor procura sentida ao longo do exercício, registou-se, em 2012, uma subida de 8,5% das receitas geradas pelo serviço de transporte, em resultado da atualização dos tarifários.

Em termos patrimoniais, salienta-se a redução do ativo em 2,3%, face a 31 de Dezembro de 2011, fixando-se em 2.341 M€. O capital próprio sofreu uma redução de 37% face a 2011, atingindo o valor de -1.739 M€, o que reflete essencialmente o resultado líquido apurado no período de 2012. Ao nível do passivo (4.079 M€), registou-se um esforço de regularização das dívidas a fornecedores correntes e de investimento, com uma redução de 40,2% das dívidas no final do exercício face ao ano anterior.

Ao nível do investimento, verificou-se um decréscimo do seu valor, dado que foram suspensas novas empreitadas, restringindo-se o investimento essencialmente à conclusão das empreitadas de construção dos últimos troços abertos.

O resultado líquido em 2012 foi de -491 M€, refletindo o agravamento de 23,7% face a 2011.

¹ Redução do PMP no intervalo (15% ; 25%), na medida em que o PMP do ano anterior foi superior a 45 dias.

² Não pagamento de faturas após o decurso de 90 dias sobre a data convencionada para o seu pagamento ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.



Na medida em que, de acordo com o balanço reportado a 31 de Dezembro de 2012, o total de capital próprio negativo foi agravado face ao período anterior, dado o resultado negativo apurado, estando a empresa abrangida pelo disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, importa que os accionistas deliberem sobre esta matéria conforme decorre do CSC. De salientar que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio de continuidade, o que pressupõe o apoio financeiro dos accionistas, nomeadamente do Estado.

Salienta-se que as operações de derivados contratualizadas pela empresa em anos anteriores se encontram adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras. O justo valor destes instrumentos financeiros reportado a 31 de dezembro de 2012 foi determinado por uma entidade independente, o que não assegura, porém, que o valor de mercado possa vir a ser negativamente influenciado por alterações decorrentes da conjuntura económico-financeira, o que poderá, designadamente, determinar uma penalização da empresa na eventualidade de serem concretizados resgates antecipados.

De referir ainda que, pese embora a decisão do Tribunal Constitucional, no sentido determinar a inconstitucionalidade da norma referente à suspensão da atribuição do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14º mês, as demonstrações financeiras de 2012 não refletem a responsabilidade daí decorrente, por força da imaterialidade da mesma. Esta situação determinará um impacto no resultado líquido de 2013 no valor de -307 m€.

De salientar, ainda, que fazendo a Metro do Porto parte do grupo de empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, o seu orçamento integra o Orçamento do Estado (OE). Estando, ainda, a decorrer o prazo para encerramento das contas de gestão, não se mostra possível apresentar comentários quanto aos resultados da execução orçamental da empresa, numa ótica de caixa, a qual integrará a Conta Geral do Estado. Deve, no entanto, registar-se o fato de 2012 ser o primeiro ano em que a Metro do Porto, enquanto EPR, ficou vinculada a uma obrigação desta natureza, a qual se reveste de particular dificuldade, pela exigência de conciliação entre duas perspetivas distintas: a empresarial/patrimonial e a orçamental/caixa.

Parecer

Face aos trabalhos efetuados e como corolário do que precede, somos de PARECER:

- 1º que podem ser aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o seu Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012;
- 2º que pode ser aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão;
- 3º que devem proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tirem as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

0.4

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**Declaração de Responsabilidade**

De acordo com o disposto no nº1 da alínea c) do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade.

Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que esta se defronta.

Porto, 3 de Maio de 2013

O Conselho Fiscal

Dna. Marta Fernanda Jânica Silva Martins - Presidente

Dr. Nuno Ricardo Pereira Jalima Oliveira - Vogal

António Magalhães & Carlos Santos - S.R.O.C. - representada
por Dr. António Monteiro de Magalhães - R.O.C. nº 179 - Vogal

0.5

RELATÓRIO
DE AUDITÓRIA



0.5

RELATÓRIO DE AUDITÓRIA



Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Metro do Porto, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 2.340.730.886 euros e um total de capital próprio negativo de 1.738.559.397 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 491.356.515 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangiu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Nº1 Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 221 423 000 Fax +351 221 423 499, www.pwc.com/pt
Matriculada no Conservatório do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. inscrita no Registo das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Metro do Porto, S.A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamamos a atenção para o facto de, tal como referido no relatório de gestão e na introdução ao anexo às demonstrações financeiras, o equilíbrio financeiro da empresa tem como pressuposto o apoio financeiro por parte do Estado, bem como da atribuição de indemnizações compensatórias ao longo da vida da concessão, no sentido de suportar as necessidades de exploração e serviço da dívida. Os testes de imparidade aos direitos de concessão registados no ativo, no montante de cerca de 2.171 milhões de euros, têm igualmente como pressuposto o referido apoio financeiro. Conforme referido na Nota 16 o Estado concedeu em 2012, através do IGCP, um financiamento de 309 milhões de euros.

23 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2012

Metro do Porto, S.A.
PaC, p. de 3

METRO DO PORTO, S.A.

Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7º andar
4350 - 158 Porto
Tel. 225 081 000
Fax. 225 081 001

www.metrodoporto.pt
metro@metrodoporto.pt

N.º de Contribuinte: 503 278 602
Registado com o n.º: 51498/41018 (2ª CRCP)
Capital Social: 7.500.000 euros

Edição e Propriedade: METRO DO PORTO, S.A.

Design: SKA - Brand Developement

Impressão: Seletcor

Exemplares: 250

Ano de Edição: 2013

Depósito Legal:

ISSN: 1645-1694



Metro do Porto. A vida em movimento.